



Governo do Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL
RAG
2009 Analítico

VOLUME DE
APRESENTAÇÃO



Estado de Mato Grosso

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado de Mato Grosso

Arnaldo Alves de Souza Neto
Secretário de Estado de Planejamento e
Coordenação Geral

Éder de Moraes Dias
Secretário Chefe da Casa Civil

Edmilson José dos Santos
Secretário de Estado de Fazenda

Roseli de Fátima Meira Barbosa
Secretária de Estado de Trabalho Emprego,
Cidadania e Assistência Social

Jilson Francisco da Silva
Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural

Vilceu Francisco Marchetti
Secretário de Estado de Infra-Estrutura

Geraldo Aparecido de Vitto Júnior
Secretário de Estado de Administração

Osmar de Carvalho
Secretário de Estado de Comunicação Social

Alexandre Torres Maia
Secretário de Estado de Meio Ambiente

Oscemário Forte Daltro
Secretário de Estado de Cultura

Renaldo Loffi
Secretário Extraordinário de Projetos
Estratégicos

Vicente Falcão de Arruda Filho
Secretário Extraordinário de Apoio e
Acompanhamento às Políticas Ambientais e
Fundárias

Diógenes Gomes Curado Filho
Secretário de Estado de Justiça e Segurança
Pública

Rosa Neide Sandes de Almeida
Secretário de Estado de Educação

Augusto Carlos Patti do Amaral
Secretário de Estado de Saúde

Antônio Roberto Monteiro de Moraes
Secretário Chefe da Casa Militar

José Alves Pereira Filho
Secretário-Auditor Geral do Estado

Pedro Jamil Nadaf
Secretário de Estado de Indústria, Comércio,
Minas e Energia

Vanice Marques
Secretária de Estado de Desenvolvimento de
Turismo

Dorgival Veras de Carvalho
Procurador Geral do Estado

Laércio Vicente de Arruda e Silva
Secretário de Estado de Esportes e Lazer

Ilma Grisoste Barbosa
Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Flávia Maria Barros Nogueira
Secretária Extraordinária de Apoio às Políticas
Educativas



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

VOLUME DE APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO

Página

APRESENTAÇÃO	09
METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES	13
REGIÕES DE PLANEJAMENTO	21
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURI-ANUAL	27
BALANÇO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM MATO GROSSO	73

ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS:

VOLUME I – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 01 A 04

OBJETIVO ESTRATÉGICO 01 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

PROGRAMAS:

034-MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA
072-OBRA PÚBLICA E INFRA-ESTRUTURA
074-FOMENTO AO CRÉDITO
092-PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A SINISTROS E EMERGÊNCIA
102-GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA
168-CIDADANIA PARA TODOS
170-CONSELHOS NA CONSTRUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL
171-COOPERAÇÃO SOCIAL PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E DROGAS
172-RESSOCIALIZAÇÃO DOS REEDUCANDOS E ADOLESCENTES INFRATORES
173-REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE
176-ACESSO À JUSTIÇA
191-APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR
239-MEU LAR
259-REDUÇÃO DA IMPUNIDADE
262-DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
271-SEGURANÇA NO TRÂNSITO E QUALIDADE NO ATENDIMENTO
280-GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MT
284-DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER
287-DEFESA DA CIDADANIA E RESPEITO AOS DIREITOS DO CIDADÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 02 - AUMENTO DO NÍVEL GERAL DE SAÚDE

PROGRAMAS:

235-ASSISTÊNCIA À SAÚDE
273-EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
274-EFETIVAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA A PARTIR DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA
275-CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
276-REORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM FOCO NA REGIONALIZAÇÃO
278-IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DO SUS
279- POLÍTICA DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 03 - AMPLIÇÃO DA EDUCAÇÃO, COM UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIA) E ELEVAÇÃO DO NÍVEL E DA QUALIDADE DOS ENSINOS MÉDIOS E FUNDAMENTAL

PROGRAMAS:

289-APRENDIZAGEM COM QUALIDADE
290-GESTÃO ATIVA



Estado de Mato Grosso

OBJETIVO ESTRATÉGICO 04 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO COM AMPLIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E AUMENTO DO NÚMERO DE PESQUISADORES ATIVOS

PROGRAMAS:

- 250-FORTALECIMENTO DO ENSINO SUPERIOR
- 251-EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CULTURAL
- 252-GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
- 253-APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
- 255-DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO

VOLUME II – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 05 A 07

OBJETIVO ESTRATÉGICO 05 - FORMAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE CIDADES DE FORMA CONTROLADA E SUSTENTÁVEL

PROGRAMAS:

- 183-GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- 208-CIDADE-CIDADÃ
- 222-DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO 06 - AMPLIAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA DA POPULAÇÃO, AUMENTO DO PIB PER CAPITA E ELEVAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA COM CARTEIRA ASSINADA, LEVANDO À AMPLIAÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DA ECONOMIA MATO-GROSSENSE

PROGRAMAS:

- 196-FORMAÇÃO QUALIFICADA DE RECURSOS HUMANOS
- 256-DESENVOLVIMENTO REGIONAL / MT-REGIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO 07 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE MATO GROSSO, COM VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL COM RESPEITO AOS POVOS INDÍGENAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA CULTURA MATO-GROSSENSE.

PROGRAMAS:

- 206-INTERCÂMBIO E INTEGRAÇÃO CULTURAL
- 207-PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL

VOLUME III – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 08 E 09

OBJETIVO ESTRATÉGICO 08 - CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE COM O USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBRE A FLORESTA.

PROGRAMAS:

- 177-CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS
- 178-EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA
- 180-CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE BIODIVERSIDADE
- 181-GESTÃO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
- 182-GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
- 261-DEFESA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO ESTRATÉGICO 09 - REDUÇÃO DO RITMO DE DESMATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E DAS ÁREAS DEGRADADAS DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.

PROGRAMAS:

- 179-GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
- 190-DESENVOLVIMENTO FLORESTAL / MT-FLORESTA

VOLUME IV – OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - DEMOCRATIZAÇÃO E AUMENTO DA EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS E DA EXCELÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



Estado de Mato Grosso

PRESTADOS À SOCIEDADE, COM BASE NA MELHORIA DA ESTRUTURA DO ESTADO E CONTROLE SISTEMÁTICO DOS RECURSOS GOVERNAMENTAIS.

PROGRAMAS:

- 142-GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO
- 145-AÇÃO LEGISLATIVA
- 146-FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS
- 147-PRESTAÇÃO JURISDICIONAL-ACAO JUDICIARIA
- 199-REVITALIZAÇÃO DA EMPAER
- 219-COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
- 220-GESTÃO DA INFORMAÇÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS
- 223-MELHORIA DA QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO
- 224-GESTÃO DE PESSOAS
- 225-GESTÃO INTEGRADA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO ESTADUAL
- 226-FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES
- 227-MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL
- 228-FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL
- 229-MARCO REGULATÓRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS
- 233-ESTADUAL DE AÇÃO POLÍTICA
- 236-GESTÃO DA RECEITA PÚBLICA
- 237-GESTÃO FINANCEIRA ESTADUAL
- 260-RELACIONAMENTO SEFAZ SOCIEDADE
- 263-DEFESA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORDEM TRIBUTÁRIA
- 264-DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
- 277-APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE GESTÃO DA SES
- 281-ADVOCACIA DO ESTADO
- 282-VALORIZAÇÃO DO COLABORADOR
- 283-QUALIDADE NOS SERVIÇOS DO CONTROLE EXTERNO
- 285-MODERNIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- 291-FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO
- 292-INCENTIVO AO CONTROLE SOCIAL
- 293-GESTÃO DE PESSOAS NO TRIBUNAL DE CONTAS
- 294-GESTÃO DE PROCESSOS
- 295-VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

VOLUME V – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 11 A 13 / PROGRAMAS PADRONIZADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11 - AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E DA COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA MATO-GROSSENSE

PROGRAMAS:

- 201-DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO
- 218-ESTRADEIRO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12 - REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE EXTERNA DA ECONOMIA COM O DECLÍNIO DA PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS IN NATURA E AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE BENS MANUFATURADOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES MATO-GROSSENSE

PROGRAMAS:

- 214-DEFESA SANITÁRIA VEGETAL
- 216-DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13 - DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVAS E ADENSAMENTO DAS CADEIAS COM AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA ECONOMIA ESTADUAL.

PROGRAMAS:

- 132-SERVIÇOS DE METROLOGIA E QUALIDADE
- 185-DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO
- 210-FOMENTO À ATIVIDADE MINERAL
- 217-INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
- 240-NOSSA TERRA, NOSSA GENTE
- 258-DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL
- 286-DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS PADRONIZADOS

PROGRAMA 036-APOIO ADMINISTRATIVO

AÇÕES DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

- 01101 Assembléia Legislativa
- 01302 Diretoria Gestora do Extinto Fundo de Assistência Parlamentar
- 01303 Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo
- 02101 Tribunal de Contas
- 03101 Tribunal de Justiça
- 03601 Fundo de Apoio ao Judiciário
- 04101 Casa Civil
- 04301 Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso
- 04302 Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal
- 05101 Casa Militar
- 06101 Auditoria Geral do Estado
- 07101 Gabinete do Vice Governador
- 08101 Procuradoria Geral de Justiça
- 08601 Fundo de Apoio ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- 09101 Procuradoria Geral do Estado
- 09601 Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Jurídicos
- 10101 Defensoria Pública do Estado
- 11101 Secretaria de Estado de Administração
- 11303 Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso
- 11601 Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado de Mato Grosso
- 11602 Fundo de Previdência do Estado de Mato Grosso
- 12101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural
- 12301 Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso
- 12302 Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
- 12501 Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
- 13101 Secretaria de Estado de Comunicação Social
- 14101 Secretaria de Estado de Educação
- 15101 Secretaria de Estado de Esportes e Lazer
- 15601 Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso
- 16101 Secretaria de Estado de Fazenda
- 16601 Fundo de Gestão Fazendária
- 17101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia
- 17301 Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
- 17302 Instituto de Metrologia e Qualidade de Mato Grosso
- 17501 Companhia Matogrossense de Mineração
- 17502 Companhia Matogrossense de Gás
- 19101 Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
- 19201 Fundação Nova Chance
- 19301 Departamento Estadual de Trânsito
- 19601 Fundo Estadual de Segurança Pública
- 20101 Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
- 20401 Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso
- 21101 Secretaria de Estado de Saúde
- 21601 Fundo Estadual de Saúde
- 22101 Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social
- 23101 Secretaria de Estado de Cultura
- 24101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo
- 25101 Secretaria de Estado de Infra-estrutura
- 26101 Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
- 26201 Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso
- 26202 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
- 26302 Fundo Estadual de Educação Profissional
- 27101 Secretaria de Estado do Meio Ambiente
- 30101 Recursos Sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Administração



Estado de Mato Grosso

30102 Recursos Sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda

PROGRAMA 994-OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA

AÇÕES DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

12501 Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
17302 Instituto de Metrologia e Qualidade de Mato Grosso
17501 Companhia Matogrossense de Mineração
19301 Departamento Estadual de Trânsito
20401 Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso
21101 Secretaria de Estado de Saúde
26201 Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso
30102 Recursos Sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda

PROGRAMA 995-OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA

AÇÕES DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

30102 Recursos Sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda

PROGRAMA 996-OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS

AÇÕES DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

02101 Tribunal de Contas
03101 Tribunal de Justiça
03601 Fundo de Apoio ao Judiciário
04101 Casa Civil
04301 Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso
04302 Agência Estadual de Execução dos Projetos da Copa do Mundo do Pantanal
05101 Casa Militar
06101 Auditoria Geral do Estado
09101 Procuradoria Geral do Estado
09601 Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Jurídicos
11303 Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso
11601 Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado de Mato Grosso
12101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural
12301 Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso
12302 Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
12501 Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
12604 Fundo de Aval do Estado de Mato Grosso
13101 Secretaria de Estado de Comunicação Social
16101 Secretaria de Estado de Fazenda
16601 Fundo de Gestão Fazendária
17101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia
17301 Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
17302 Instituto de Metrologia e Qualidade de Mato Grosso
17501 Companhia Matogrossense de Mineração
17502 Companhia Matogrossense de Gás
17601 Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial
19601 Fundo Estadual de Segurança Pública
19201 Fundação Nova Chance
19301 Departamento Estadual de Trânsito
20101 Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
20401 Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso
21601 Fundo Estadual de Saúde
24101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo
25101 Secretaria de Estado de Infra-estrutura
26201 Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso
26202 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
26302 Fundo Estadual de Educação Profissional
27101 Secretaria de Estado do Meio Ambiente
30102 Recursos Sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Fazenda
30103 Recursos Sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral



Estado de Mato Grosso

PROGRAMA 997-PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DO ESTADO

AÇÕES DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

01302 Diretoria Gestora do Extinto Fundo de Assistência Parlamentar
01303 Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo
03101 Tribunal de Justiça
04101 Casa Civil
06101 Auditoria Geral do Estado
08101 Procuradoria Geral de Justiça
09101 Procuradoria Geral do Estado
10101 Defensoria Pública do Estado
11101 Secretaria de Estado de Administração
11602 Fundo de Previdência do Estado de Mato Grosso
12101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural
12301 Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso
12302 Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
14101 Secretaria de Estado de Educação
16101 Secretaria de Estado de Fazenda
17101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia
17301 Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
19101 Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
19301 Departamento Estadual de Trânsito
20101 Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
21101 Secretaria de Estado de Saúde
22101 Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social
23101 Secretaria de Estado de Cultura
24101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo
25101 Secretaria de Estado de Infra-estrutura
26201 Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso
27101 Secretaria de Estado do Meio Ambiente
30101 Recursos Sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Administração

PROGRAMA 998-OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

AÇÕES DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

09101 Procuradoria Geral do Estado
11601 Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado de Mato Grosso
12302 Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
12501 Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
17501 Companhia Matogrossense de Mineração
19301 Departamento Estadual de Trânsito
20401 Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso
26201 Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

PROGRAMA 999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99000 Tesouro do Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO DA AÇÃO



GOVERNAMENTAL

RAG

2009

Apresentação



Governo do Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

APRESENTAÇÃO

O modelo de gestão adotado no nosso Estado é o voltado para resultados. Este modelo pressupõe que todas as ações de governo têm como objetivo a melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou seja, o impacto que os programas e projetos de governo terão em nossa sociedade. A fim de atingir esse objetivo, em 2005, o Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, elaborou o Plano de Desenvolvimento do Estado – MT + 20. Este plano foi elaborado de forma participativa, considerando os cenários mundial, nacional e do Estado, a articulação das dimensões técnica e política e o desenvolvimento sustentável para um horizonte de 20 anos.

O plano aponta para uma Visão de Futuro onde Mato Grosso será um dos melhores lugares para se viver e trabalhar, o que será fruto de mudanças profundas que acontecerão de forma gradual. A concretização da Visão de Futuro será o resultado da parceria vitoriosa entre os Governos Estadual, Federal e Municipal, Entidades Nacionais e Internacionais, Empresários e Trabalhadores, em torno de parâmetros como a eficácia e eficiência do gasto público, a democratização, a transparência e a ética na gestão do Estado e a elevada participação da sociedade na construção do futuro. Ao final dos 20 anos, o Estado apresentará alta qualidade de vida, com acesso amplo, de todos, aos bens e serviços públicos, com uma população educada e qualificada, que respeita e valoriza sua diversidade cultural.

Considerando essa Visão de Futuro, foram identificadas iniciativas para o longo, médio e curtos prazos, avaliadas, considerando as condições econômicas e políticas do Estado e tendo como resultados treze Objetivos Estratégicos, com suas respectivas estratégias. Na elaboração do Plano Plurianual – PPA - 2008-2011, foram considerados esses objetivos para direcionar as ações de Governo, em busca de se alcançar a Visão de Futuro que almejamos.

Dessa forma, apresentamos neste Relatório de Ação Governamental o resultado dos programas executados em 2009, buscando o controle social, através da transparência das ações do poder público.

Além da transparência, uma premissa da gestão voltada para resultados é a responsabilização dos gestores na execução das ações e na busca dos resultados esperados. Para atender a essa necessidade, foi publicado em 17 de julho de 2007 o Decreto nº 509/2007, que institui o monitoramento dos programas e ações de governo.

O monitoramento terá o seu início no exercício de 2009, mas com a sua regulamentação tenta se consolidar a cultura de avaliação como uma fase do ciclo de gestão, a qual permite a revisão de estratégias para obter melhores resultados, além de ser uma oportunidade única de aprendizagem organizacional.

A prestação de contas por parte do Governo Estadual, que fazemos agora através deste relatório – RAG 2009 está prevista em instrumentos legais, como a Constituição Estadual e a Lei Complementar 101/2000, a Lei nº 8.827/2008, que instituiu o PPA 2008-2011 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.957/2008, que dispõe que a prestação de contas incluirá os resultados da execução dos programas e ações de governo, conforme metas e indicadores estabelecidos.

Neste relatório, foi feita a análise de todos os programas e ações (projeto, atividade e operações especiais) previstos na Lei Orçamentária Anual de 2009, de acordo com a base do sistema FIPLAN. Foram apresentadas as suas execuções física, orçamentária e financeira, pelos responsáveis por ações e gestores de programas. Essa é a forma que os órgãos de governo, através de seus responsáveis, têm para prestar contas à sociedade da utilização dos recursos públicos.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação - SEPLAN, como coordenadora de todo o projeto, apresentou a metodologia, capacitou e prestou assessoria aos órgãos na elaboração deste relatório, além de analisar as informações prestadas pelos mesmos e formatar o documento final.



Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO DA AÇÃO



GOVERNAMENTAL

RAG 2009

Metodologia da avaliação dos programas



Governo do Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E DAS AÇÕES

A metodologia de avaliação adotada no Estado de Mato Grosso neste PPA 2008-2011 foi elaborada desde 2004, com o objetivo de promover a análise de todas as ações de governo pelos responsáveis nos órgãos/entidades, com instruções adotadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, disponibilizadas tanto no Manual de Elaboração do Relatório da Ação Governamental como também pelas assessorias, durante o período de elaboração do mesmo pelos responsáveis nos órgãos/entidades.

Os núcleos sistêmicos de cada órgão/entidade participam com o apoio institucional, assessoria aos responsáveis pela análise e consolidação no órgão das análises do setor.

Os procedimentos de elaboração foram: alterações no sistema FIPLAN e no formato de avaliação através de segmentação das informações prestadas à SEPLAN pelos órgãos/entidades por meio de seus agentes públicos e políticos gestores de programas e responsáveis por ações constantes da programação do Estado para o exercício de 2009; orientação de preparação para elaboração de análises, com providências de relatórios da execução programática de 2009; orientação das metas nos prazos estabelecidos; capacitação aplicada pela SEPLAN aos responsáveis nos órgãos/entidades e respectivos núcleos sistêmicos, com assessoria ao longo do processo; avaliação executada pelos gestores de programas e responsáveis pelas ações no **Sistema FIPLAN**; análise da SEPLAN; ajustes das avaliações setoriais; assessoria da SEPLAN e dos núcleos de sistêmicos no período de ajustes e consolidação do processo na SEPLAN.

Todo este trabalho foi preparado seguindo o conceito de avaliação:

Avaliação pode ser entendida “como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações governamentais sobre as quais os gestores públicos possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas e os programas. Não se destina a resolver ou substituir juízos envolvidos na tomada de decisão, mas permite certo conhecimento dos resultados de um dado programa - informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção de um programa e sua execução” (Ala-Haja & Helgason apud GUGEL, 2004)¹.

A avaliação dos programas e das ações está apresentada conforme a estrutura de ações de governo aprovada no PPA 2008-2011. Cada programa finalístico ou de gestão de políticas públicas está em um dos treze objetivos estratégicos de governo, quais sejam:

- 1 - Melhoria da qualidade de vida;
- 2 - Aumento do nível geral de saúde;
- 3 - Ampliação da educação, com universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental;
- 4 - Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do Estado com ampliação dos investimentos e aumento do número de pesquisadores ativos;
- 5 - Formulação e expansão da rede de cidades de forma controlada e sustentável, incluindo o monitoramento da geração e do aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos para geração de energia renovável e venda de crédito de carbono;
- 6 - Ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada, levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense;
- 7 - Preservação do patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso, com valorização da diversidade cultural com respeito aos povos indígenas e sua contribuição para a formação da cultura mato-grossense;

¹ GUGEL, Gisele. Arcabouço metodológico para implementação da avaliação dos programas de governo que possa contribuir para o fortalecimento do planejamento governamental do estado de Mato Grosso, 2004. Monografia de especialização em gestão pública por resultados. Universidade Federal de Mato Grosso. 2004



Estado de Mato Grosso

- 8 - Conservação do meio ambiente e da biodiversidade (preservação e manutenção) uso e manejo sustentável dos recursos naturais (solo, água, minerais e bióticos em áreas de conservação) com diminuição das pressões antrópicas, especialmente sobre a floresta;
- 9 - Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso;
- 10 - Democratização e aumento da eficiência da gestão pública do Estado e dos municípios e da excelência dos serviços públicos prestados à sociedade, com base na melhoria da estrutura do estado e controle sistemático dos recursos governamentais;
- 11 - Ampliação da infra-estrutura econômica e da competitividade da economia mato-grossense;
- 12 - Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações na economia estadual (percentual do PIB) e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportação mato-grossense; e
- 13 - Diversificação da Estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas com ampliação da participação da indústria na economia estadual.

Os programas chamados de apoio administrativo são apresentados como programas e ações padronizados e sua ordem segue a mesma apresentada na Lei Orçamentária Anual, por unidades orçamentárias. Entende-se por programa como a articulação de um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema, ou ao atendimento de uma necessidade da sociedade, ou ainda, a uma oportunidade de investimento.

Para a elaboração do RAG 2009, foi aperfeiçoado o formato de avaliação dos Programas e das suas respectivas Ações, em busca de obter-se resultados mais claros da realidade do Estado.

Abaixo está o texto explicativo e orientativo dos índices PPD e COFD, bem como, dos campos da avaliação, transcritos do Manual de Elaboração do Relatório da Ação Governamental 2009.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os atributos que definem os **Programas** são:

- Tipo do Programa;
- Origem do Programa;
- Objetivo do Programa;
- Público alvo;
- Unidade Responsável pelo Programa;
- Responsável pelo Programa;
- Indicadores do Programa;
- Indicadores do desempenho Quantitativo e Qualitativo do Programa;
- Valores Orçados, Atualizados, Contingenciados e Executados; e
- Índices de Avaliação do Planejamento e da Gestão;

Na análise dos **Indicadores** de cada programa, deverão ser justificados os resultados de cada um dos indicadores ano a ano, inclusive os não atualizados. A recomendação é que este quadro tenha redação objetiva e clara de forma a prestar informação de fácil entendimento a todos os leitores/usuários. Aqui será avaliado o índice alcançado no ano de 2009 em relação ao que estava previsto no PPA 2008-2011, para o exercício 2009.

Os valores estão demonstrados no **Quadro da Realização Orçamentária e Financeira do Programa**, da seguinte forma:

- **Fonte** – destaca a fonte à qual o recurso orçamentário está vinculado;
- **Dotação inicial** - recursos orçamentários previstos na LOA 2009;
- **Dotação final** - considera as alterações que ocorreram durante o exercício financeiro, somando ou diminuindo na dotação inicial os créditos adicionais;
- **Valor empenhado** – valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para liquidação dos compromissos assumidos;
- **Valor Contingenciado** – valor do orçamento reservado para assegurar equilíbrio orçamentário;
- **Capacidade de Planejamento** (Índice PPD - Planejamento e Programação da Despesa)



• **Capacidade de Execução** (Índice COFD - Capacidade Operacional Financeira da Despesa)

Desde 2005, foram introduzidas para análise, tanto dos responsáveis nos órgãos quanto da sociedade, os dois índices acima mencionados: PPD, resultante da divisão da despesa empenhada pela inicialmente fixada, e COFD, resultante da divisão da despesa empenhada pela dotação final (dotação inicial mais créditos adicionais) menos o valor contingenciado, para avaliação das despesas.

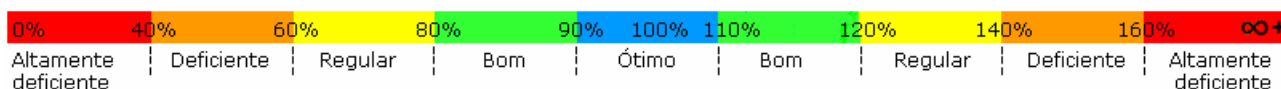
Para que a metodologia fosse utilizada, adotamos o estágio que representa o fato gerador da despesa pública, qual seja, o “Empenho”. Dessa forma, pretendemos obter no RAG uma representação mais fiel de nossa eficiência das previsões iniciais e finais, comparativamente às respectivas realizações.

Apesar das diversas análises que estes índices permitem fazer, estes por si só ainda são insuficientes para uma avaliação precisa ou mais próxima da realidade. O RAG foi concebido pensando em aliar as análises quantitativas com a análise qualitativa.

Estes índices mostrarão as situações de conformidade ou não. As situações de conformidade deverão ser mantidas e socializadas. Quanto às situações de não conformidade deverão ser equacionadas.

Com base na metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP², que busca avaliar a efetividade/eficácia das previsões iniciais e finais da despesa orçamentária e da meta física, comparativamente às respectivas realizações, foi implantada no SIGPLAN uma **RÉGUA**, onde serão enquadrados os desempenhos alcançados pelos órgãos na realização/execução da meta física, orçamentária e financeira de seus **Programas** e respectivas **Ações**. A régua ora implantada, aumentou em 4 vezes os parâmetros apresentados na régua defendida pela ABOP, a fim de que todos os resultados alcançados pelos órgãos deste Estado sejam demonstrados.

De acordo com a presente régua, os desempenhos são considerados melhores quanto mais próximos de 100%, conforme ilustrado no desenho a seguir:



∞ símbolo do infinito

A régua traz os seguintes parâmetros para medir o grau de desempenho alcançado na realização/execução do planejamento do órgão:

- será indicado como **Ótimo** atingir a faixa de 90,01% a 110,00%;
- será indicado como **Bom** atingir a faixa entre 80,01% e 90,00%, ou ainda, a faixa entre 110,01% e 120,00%;
- será indicado como **Regular** atingir a faixa entre 60,01% e 80,00%, ou ainda, a faixa entre 120,01% e 140,00%;
- será indicado como **Deficiente** atingir a faixa entre 40,01% e 60,00%, ou ainda, a faixa entre 140,01% e 160,00%; e
- será indicado como **Altamente Deficiente** atingir menos de 40,00%, ou ainda, acima de 160,00%.

Destacamos a possibilidade de esses parâmetros tornarem-se um referencial e que os órgãos venham a utilizar a metodologia como uma das formas de realizar uma auto-avaliação, aprimorando cada vez mais sua gestão orçamentária, este pode ser considerado um dos principais ganhos do processo.

A **Análise do Desempenho do Programa** se traduz através:

- da **Execução do Programa** (Com base no critério de eficiência, justifica o nível em que o Programa foi executado);
- dos **Resultados do Programa** (Diante da origem e objetivo do programa, descreve qual foi a efetividade do programa);

² Para detalhes sobre a metodologia, consulte as páginas da internet: www.abop.org.br - informativos 58, 60, 67; e www.tc.df.gov.br/contas/2004/arq18-indavaliacao_despesa.pdf.



Estado de Mato Grosso

- das **Principais restrições e providências adotadas** (Detalha as dificuldades que ocorreram durante a realização do programa e quais as soluções adotadas para saná-las);
- de **Outros Aspectos Relevantes** (Descreve outros fatos e situações que repercutiram no programa e não se enquadram nos campos anteriores);
- de **Outros produtos entregues no programa** (Relatar, quais são os produtos, como surgiram, suas aplicações e relação com os produtos originais do programa); e
- das **Recomendações da Unidade responsável pelo programa**;

AValiação DAS Ações

Os atributos que se referem às **Ações** são:

- Nome da Ação;
- Tipos de Ação;
- Objetivo Específico da Ação;
- Responsável pela Ação;
- Descrição da Meta Física;
- Unidade de Medida;
- Unidade Responsável pela Ação;
- Valores orçados, atualizados, contingenciados e executados; e
- Índices de avaliação do planejamento e da gestão;

A **Avaliação da Ação** está demonstrada nos seguintes quadros:

Meta Física realizada por região de planejamento - apresenta a quantidade de bens ou serviços públicos entregues por região, pretende identificar a distribuição geográfica desse bens ou serviços público.

Meta Física - apresenta os índices apurados dos dados orçamentários propostos e executados para a LOA 2009 e as variações dos mesmos que ocorreram durante o exercício, ou seja, um histórico quantitativo da meta física, no formato:

- **Meta Física Prevista LOA 2009** - apresenta a quantidade de produtos previstos na LOA.
- **Meta Física Prevista Após Créditos** - apresenta a quantidade de créditos (suplementar/especial/extraordinário) e a meta física ajustada após os créditos no período em avaliação;
- **Meta Física da ação realizada** - apresenta a quantidade total do produto entregue na ação;
- **% Realizado em Relação à Meta Física prevista** - apresenta o índice da meta física realizada em relação à estimada na LOA, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão, comparando a meta física prevista na LOA com a realizada;
- **% Realizado em Relação à Meta Física após créditos** - apresenta o índice da meta física realizada após os créditos adicionais, ou seja, demonstra a capacidade de realização da meta física, comparando a meta física prevista + créditos (suplementação ou anulação), em relação à realizada.

Os valores estão apresentados no **Quadro da Realização Orçamentária e Financeira da Ação**, da seguinte forma:

- **Fonte** – destaca a fonte na qual o orçamento está vinculado;
- **Dotação Inicial - LOA 2009** – apresenta os valores orçados previstos na LOA, relativos a cada fonte;
- **Dotação Final - Após Créditos** - apresenta a quantidade de créditos (suplementar/especial/extraordinário) efetuados durante o exercício e nesse número há um link que abrirá uma janela com todas as informações sobre os respectivos créditos e o valor do orçamento ajustado após os créditos no período em avaliação.
- **Valor Empenhado** – apresenta o valor do orçamento comprometido com os credores dos órgãos para a liquidação dos compromissos assumidos;
- **Valor Contingenciado** – apresenta o valor do orçamento reservado, pelo Governo do Estado, para assegurar o equilíbrio orçamentário;
- **% PPD** (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2009) – apresenta o índice Planejamento e Programação da Despesa – PPD, resultante da divisão da despesa empenhada pela inicialmente



Estado de Mato Grosso

fixada, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão, comparando o orçamento previsto na LOA com o realizado;

- **% COFD** (Empenhado em relação a Dotação Final) – Valor Contingenciado – apresenta o índice Capacidade Operacional Financeira da Despesa – COFD, resultante da divisão do recurso financeiro empenhado em relação à dotação final (após os créditos adicionais) diminuído o valor contingenciado, ou seja, demonstra a capacidade de realização do orçamento, pelo órgão.

Análise dos índices PPD e COFD - avalia a execução do orçamento em relação ao que foi previsto na LOA 2009 (lei orçamentária) e após os créditos e contingenciamentos pelos índices PPD e COFD.

- **Capacidade de Planejamento (PPD)** - descreve os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado no PPD, e através desse resultado pode-se visualizar de que forma os órgãos estão efetivamente projetando a despesa, ou seja, se estão realizando corretamente a previsão do orçamento no processo do PTA.
- **Capacidade de Execução (COFD)** - visualiza como está a gestão financeira do órgão, descreve os acontecimentos que resultaram no desempenho apurado no COFD.

Análise da Execução Orçamentária e Financeira da Ação

- **Alcance do objetivo específico** - descreve com base nos resultados do PPD e do COFD, o nível em que o objetivo específico da Ação (P/A/OE) foi alcançado, tendo em vista que são resultados esperados ao final do projeto/atividade.
- **Execução Orçamentária e Financeira** - “execução orçamentária”: como foram utilizados os créditos consignados no Orçamento ou Lei Orçamentária Anual - LOA. Já a “execução financeira”, se trata do fluxo de recursos financeiros necessários para atender à realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às Unidades Orçamentárias pelo Orçamento.
- **Outros Aspectos Relevantes** - indica os principais gastos na Ação que ainda não tenham sido mencionados nas respostas das questões propostas anteriormente, bem como o impacto nas ações, caso tenha sido utilizado recursos de origem não-orçamentária.
- **Recomendações da Unidade Responsável pela Ação** - indica quais as providências a serem tomadas para que ação seja mais eficiente.

PROGRAMAS E AÇÕES PADRONIZADOS

As unidades responsáveis foram orientadas a elaborarem o relatório de todos os programas de sua responsabilidade, inclusive os programas de apoio administrativo:

- o programa de apoio administrativo, propriamente dito;
- o programa de previdência e pensionistas do Estado;
- os programas de operações especiais;
- o programa de reserva de contingência.

No programa de apoio administrativo existem ações não padronizadas e ações padronizadas. As ações padronizadas, comum a todas as unidades do Estado, não têm meta física, desta forma a unidade responsável deveria relatar apenas a execução orçamentária e financeira destas ações.

As ações não padronizadas, que por não ter um programa específico na unidade setorial foram alocados no programa de apoio administrativo, têm meta física, portanto, a unidade responsável deveria informar os produtos entregues no relatório físico, orçamentário e financeiro normalmente, como se estas ações estivessem em um programa finalístico do órgão.

Nos programas de previdência e pensionistas do Estado e programas de operações especiais todas as ações são padronizadas, desta forma, não têm meta física, e o órgão deveria relatar sobre as ações e sobre estes programas.

A apresentação destes programas chamados genericamente de programas e ações padronizadas será por unidade orçamentária, ordenada por códigos, de acordo com a apresentação na LOA.

Abaixo está o quadro das 12 regiões de planejamento que o Estado utiliza para elaborar os instrumentos como o PPA, LDO, PTA, LOA e RAG. Há também a região chamada de todo o Estado, com o



Estado de Mato Grosso

código 99, quando o órgão não consegue especificar por razões próprias em qual região de planejamento foi entregue a meta física ou quando a meta física beneficia todo o Estado. Neste Relatório o órgão ao indicar onde entregou a meta física realizada, seleciona a região de planejamento e digita a quantidade da meta física entregue. Abaixo estão os nomes das regiões, com os municípios pertencentes a cada um, e os códigos utilizados.

RELATÓRIO DA AÇÃO



GOVERNAMENTAL

RAG 2009

Regiões de Planejamento



Governo do Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO

Até a elaboração do Plano Plurianual 2004/2007, o Estado de Mato Grosso utilizava as mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para o planejamento, observando-se alguma variação na distribuição dos municípios, provavelmente para incorporar a dimensão política. Esta regionalização era normativa para a elaboração dos instrumentos de planejamento, particularmente os orçamentos anuais.

As mesorregiões definidas pelo IBGE já não conseguiam dar resposta à extensão do Estado e às mudanças territoriais ocorridas, indicando a necessidade de uma revisão. Portanto, para a elaboração do PPA 2008/2011, foi adotada para o planejamento e os instrumentos legais a regionalização produzida pelos estudos do Zoneamento Sócio Econômico Ecológico de Mato Grosso - ZSEE.

O ZSEE definiu as regiões de planejamento ao longo do processo de definição das Unidades Sócio-Econômicas-Ecológicas – USEE, para as quais foram considerados os modos de uso e ocupação, de organização da produção e os graus diferenciados de consolidação das atividades econômicas e os componentes da base natural. A estes critérios foram adicionados os estudos da hierarquia urbana, resultando nas Regiões de Influência.

Para a utilização dessas regiões nos instrumentos de planejamento (que exigem limites administrativos), foi realizado um ajuste incorporando os limites dos municípios, considerando-se que o município pertencia à região onde estava localizada a sua sede.

Os municípios se distribuem nas Regiões de Planejamento da forma que se segue:

0100	REGIÃO I	0200	REGIÃO II
0101	Juina (Cidade Pólo)	0201	Alta Floresta (Cidade Pólo)
0102	Castanheira	0202	Nova Bandeirantes
0103	Juruena	0203	Apiacás
0104	Cotriguaçu	0204	Nova Monte Verde
0105	Aripuanã	0205	Paranaíta
0106	Colniza	0206	Carlinda
0107	Rondolândia	0207	Nova Canaã do Norte
		0208	Colíder
		0209	Nova Santa Helena
		0210	Terra Nova do Norte
		0211	Novo Mundo
		0212	Guarantã do Norte
		0213	Matupá
		0214	Peixoto de Azevedo
		0215	Nova Guarita
0300	REGIÃO III	0400	REGIÃO IV
0301	Vila Rica (Cidade Pólo)	0401	Barra do Garças (Cidade Pólo)
0302	Santa Terezinha	0402	Querência
0303	Confresa	0403	Ribeirão Cascalheira
0304	Porto Alegre do Norte	0404	Canarana
0305	Santa Cruz do Xingu	0405	Nova Nazaré
0306	São José do Xingu	0406	Água Boa
0307	Cana-Brava do Norte	0407	Cocalinho
0308	Alto Boa Vista	0408	Campinápolis
0309	São Félix do Araguaia	0409	Nova Xavantina
0310	Serra Nova Dourada	0410	Novo São Joaquim
0311	Bom Jesus do Araguaia	0411	Araguaiana
0312	Novo Santo Antônio	0412	General Carneiro



Estado de Mato Grosso

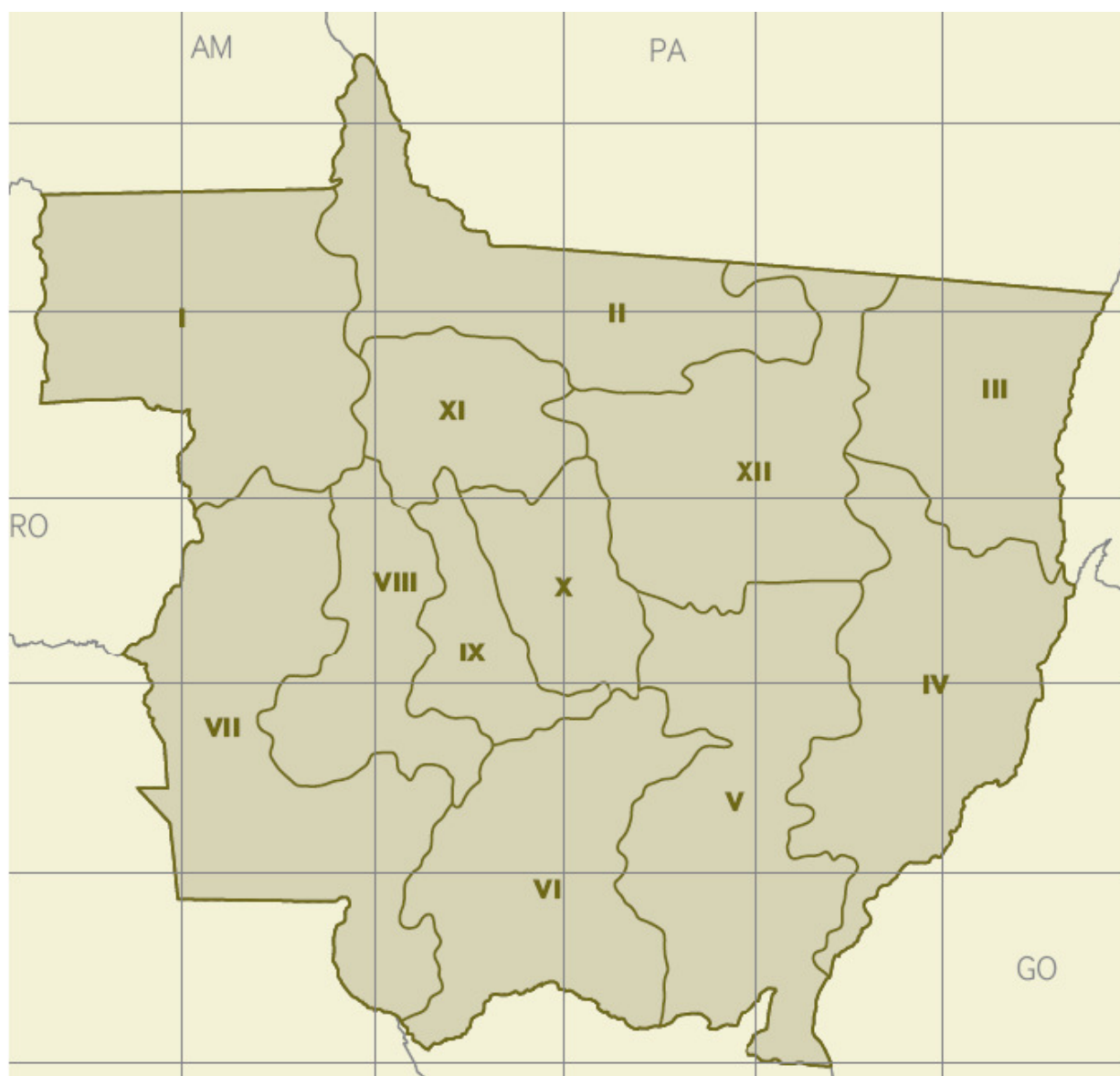
0313	Luciara	0413	Pontal do Araguaia
		0414	Torixoréu
		0415	Ribeirãozinho
		0416	Ponta Branca
		0417	Araguainha
0500	REGIÃO V	0600	REGIÃO VI
0501	Rondonópolis (Cidade Pólo)	0601	Cuiabá (Cidade Pólo)
0502	Gaúcha do Norte	0602	Várzea Grande
0503	Paranatinga	0603	Nobres
0504	Santo Antônio do Leste	0604	Rosário Oeste
0505	Campo Verde	0605	Acorizal
0506	Primavera do Leste	0606	Jangada
0507	Dom Aquino	0607	Planalto da Serra
0508	Poxoréo	0608	Nova Brasilândia
0509	Tesouro	0609	Chapada dos Guimarães
0510	Jaciara	0610	Nossa Senhora do Livramento
0511	São Pedro da Cipa	0611	Santo Antônio do Leverger
0512	Juscimeira	0612	Barão do Melgaço
0513	Pedra Preta	0613	Poconé
0514	Guiratinga		
0515	São José do Povo		
0516	Alto Garças		
0517	Itiquira		
0518	Alto Araguaia		
0519	Alto Taquari		
0700	REGIÃO VII	0800	REGIÃO VIII
0701	Cáceres (Cidade Pólo)	0801	Tangará da Serra (Cidade Pólo)
0702	Porto Esperidião	0802	Porto Estrela
0703	Mirassol D'Oeste	0803	Barra dos Bugres
0704	Glória D'Oeste	0804	Nova Olímpia
0705	São José dos Quatro Marcos	0805	Denise
0706	Curvelândia	0806	Santo Afonso
0707	Araputanga	0807	Campo Novo do Parecis
0708	Indiavaí	0808	Brasnorte
0709	Figueirópolis D'Oeste		
0710	Lambari D'Oeste		
0711	Rio Branco		
0712	Salto do Céu		
0713	Reserva do Cabaçal		
0714	Jauru		
0715	Vale de São Domingos		
0716	Pontes e Lacerda		
0717	Vila Bela da Santíssima Trindade		
0718	Conquista D'Oeste		
0719	Nova Lacerda		
0720	Comodoro		
0721	Campos de Júlio		
0722	Sapezal		
0900	REGIÃO IX	1000	REGIÃO X
0901	Diamantino (Cidade Pólo)	1001	Sorriso (Cidade Pólo)
0902	Alto Paraguai	1002	Nova Mutum
0903	Nortelândia	1003	Santa Rita do Trivelato
0904	Arenápolis	1004	Lucas do Rio Verde
0905	Nova Marilândia	1005	Tapurah
0906	São José do Rio Claro	1006	Ipiranga do Norte
0907	Nova Maringá	1007	Itanhangá
1100	REGIÃO XI	1200	REGIÃO XII
1101	Juara (Cidade Pólo)	1201	Sinop (Cidade Pólo)
1102	Porto dos Gaúchos	1202	Nova Ubiratã



Estado de Mato Grosso

1103	Novo Horizonte do Norte	1203	Feliz Natal
1104	Tabaporã	1204	Vera
		1205	Santa Carmem
		1206	Cláudia
		1207	União do Sul
		1208	Itaúba
		1209	Marcelândia
9900	REGIÃO XIII - TODO ESTADO		

MAPA DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO





Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO DA AÇÃO



GOVERNAMENTAL

RAG 2009

Evolução dos indicadores do Plano Plurianual



Governo do Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso



EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PLANO PLURIANUAL 2008/2011

A avaliação consiste na emissão de juízos de valor e freqüentemente se reveste de uma grande subjetividade. Para que a avaliação das políticas públicas avance na objetividade é necessário negociar e estabelecer padrões ou parâmetros que sejam aceitos por uma parcela significativa da sociedade. Estes padrões ou parâmetros pelos quais se avaliam os resultados das intervenções são denominados indicadores. Para algumas áreas de políticas públicas os indicadores já estão amplamente negociados e são bastante aceitos como padrões para a avaliação da evolução dos problemas da sociedade.

Os Objetivos Estratégicos são resultados prioritários a serem perseguidos no horizonte de tempo dos Planos e as estratégias são as linhas de ação, os meios para se alcançar os Objetivos Estratégicos, ou seja, são iniciativas altamente relevantes que indicam como a organização procurará alcançar cada Objetivo Estratégico.

Considerando a Visão de Futuro expressa no Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso MT+20 e os desafios colocados para o seu alcance, foram identificadas iniciativas para o longo, médio e curto prazos e uma carteira que poderia compor o Plano Plurianual para o período 2008 a 2011. Estas iniciativas foram avaliadas considerando as condições econômicas e políticas do Estado, resultando nos Objetivos Estratégicos e Estratégias relacionados a seguir. As estratégias que foram consideradas prioritárias estão destacadas em negrito e foram utilizadas para orientar a elaboração programas prioritários do governo.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 01

“Melhoria de qualidade de vida”

Indicadores de qualidade de vida:

- Rendimento domiciliar

O rendimento domiciliar *per capita* é considerado por muitos especialistas a melhor variável capaz de medir o poder de compra dos orçamentos domiciliares. Elevar o nível e reduzir a instabilidade do rendimento (e mitigar os seus efeitos) constitui objetivo relevante de política pública.

Observa-se que o rendimento domiciliar *per capita* tem apresentado comportamento bastante instável, mas essa instabilidade diminuiu após o advento do Plano Real. Nota-se forte crescimento em 2008, ano em que o rendimento domiciliar *per capita* foi de R\$707, 26% superior ao observado no ano anterior e segundo maior valor observado em toda a série histórica (superado apenas pelo atípico ano do Cruzado, 1986). Excetuado 1986, em nenhum outro ano da série o rendimento domiciliar *per capita* ultrapassou a barreira dos R\$ 600,00, o que confirma que 2008 foi um ano realmente marcante para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

Rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 1981 a 2008 - R\$ de 1º de outubro de 2008

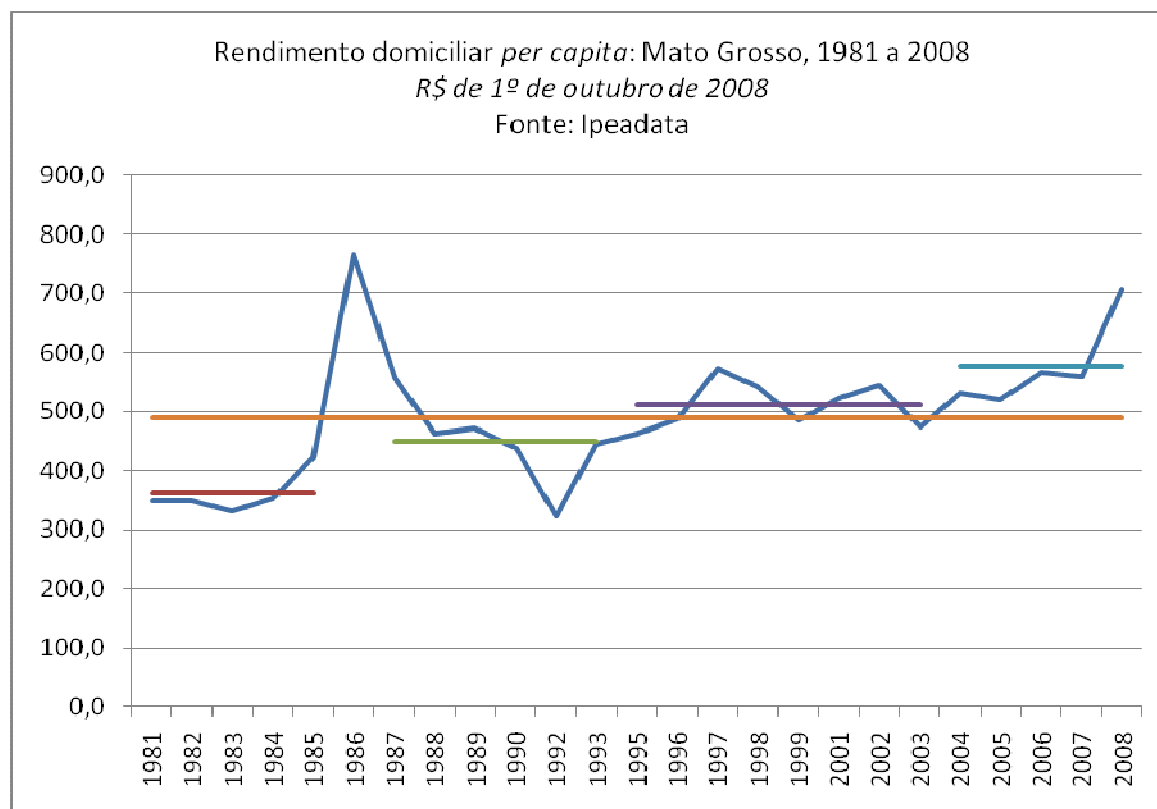
Ano	Rendimento domiciliar per capita	Média trienal móvel
1981	348,7	
1982	349,5	
1983	331,5	343,2
1984	353,2	344,7
1985	423,6	369,4
1986	765,2	514,0
1987	557,8	582,2



Estado de Mato Grosso

Ano	Rendimento domiciliar per capita	Média trienal móvel
1988	462,5	595,2
1989	471,3	497,2
1990	438,0	457,3
1992	323,1	410,8
1993	444,4	401,9
1995	462,5	410,0
1996	487,0	464,6
1997	572,7	507,4
1998	540,9	533,5
1999	484,3	532,7
2001	521,9	515,7
2002	544,4	516,9
2003	473,5	513,3
2004	530,9	516,3
2005	520,5	508,3
2006	566,8	539,4
2007	560,4	549,2
2008	707,1	611,4

Fonte: Ipeadata (baseado nas Pnad's do IBGE)



Fonte: Ipeadata. Traços horizontais indicam média de sub-períodos.



- Pobreza

A evolução da pobreza segue alguns padrões em termos de seus determinantes. Nos anos 70, ela declinou basicamente por conta do forte crescimento econômico, já que a desigualdade era elevada e crescente e o País vivia sob regime de exceção. Nos anos 80 e início dos anos 90, quando o País voltava à democracia, a desigualdade piorou e a pobreza oscilou entre os extremos marcados pelos efeitos do segundo choque do petróleo (1983), o auge do Plano Cruzado (1986) e o colapso do Plano Collor (1992). Resumidamente, a década de 80 foi uma “década perdida” para os esforços de redução da desigualdade e da pobreza. No entanto, data de 1988 o advento da então denominada “Constituição cidadã”, cujos impactos sobre as condições sociais se fariam sentir nos anos subsequentes. Contando com esse ambiente institucional da Constituição de 1988 e com o advento do Plano Real (a partir de 1994), a pobreza sofreu novo impulso de redução, desta vez por conta da estabilização monetária, progressos consideráveis na saúde e na educação (sobretudo ensino fundamental) e montagem de uma rede de proteção social mais abrangente. Porém, a contribuição do período 1994-2003 para a redução da pobreza foi modesta e limitada pelas baixas taxas de crescimento econômico, impostas pela vulnerabilidade da economia brasileira às sucessivas crises internacionais.

O período 2004-2008 reuniu um conjunto de condições simultâneas e favoráveis a uma queda mais consistente da pobreza: liberdades civis, retomada do crescimento econômico em ambiente de menor vulnerabilidade externa, consolidação da estabilidade monetária, melhorias no mercado de trabalho (aumento do emprego e do grau de formalização) e aprofundamento da rede de proteção social (na qual se inclui o programa Bolsa Família, a ampliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a recuperação do salário mínimo, que reajusta os benefícios da assistência e da previdência social). Nesse período, a taxa de pobreza em Mato Grosso declina de aproximadamente 26% (média do período 1995-2003) para 12,4% em 2008 e, pela primeira vez, fica abaixo da marca alcançada pelo atípico ano do Cruzado (1986).

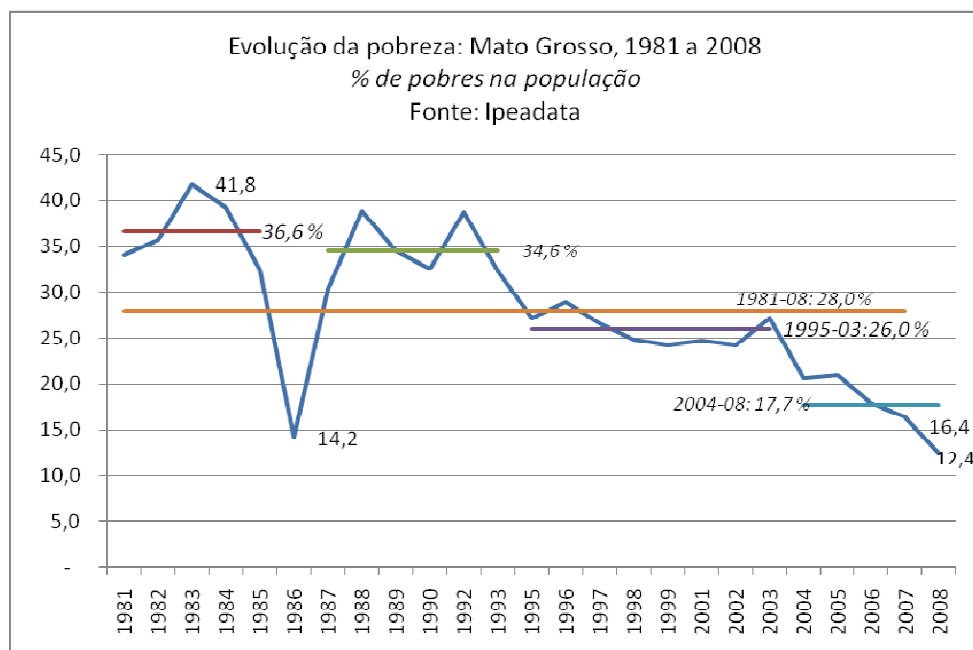
Evolução da pobreza: Mato Grosso, 1981 a 2008 (% de pobres na população)

Ano	% de pobres	Ano	% de pobres
1981	34,1	1996	28,9
1982	35,8	1997	26,6
1983	41,8	1998	24,8
1984	39,2	1999	24,3
1985	32,4	2001	24,7
1986	14,2	2002	24,2
1987	30,3	2003	27,2
1988	38,9	2004	20,6
1989	34,6	2005	21,0
1990	32,6	2006	17,9
1992	38,7	2007	16,4
1993	32,3	2008	12,4
1995	27,2		

Fonte: Ipeadata



Estado de Mato Grosso



- Desigualdade

Os índices de desigualdade não apresentam tendência definida (de redução ou elevação), ao contrário da pobreza, que segue nítida tendência de queda. Os dados mostram que a desigualdade na distribuição de renda tem “oscilado nas alturas”. Entre 2002 e 2007 havia sinais de queda na desigualdade, mas 2008 sinalizou reversão a padrões elevados de desigualdade observados nos períodos anteriores e o índice de Gini foi a 0,5420, ante 0,5150 em 2007. O recrudescimento da desigualdade pode ser observado também na participação dos diferentes estratos de renda: de 2007 a 2008, a participação dos 10% mais ricos (10%+) aumentou de 41,6% para 44,3%, enquanto a parcela apropriada pelos 40% mais pobres (40%-) diminuiu de 11,8% para 11,1%.

A elevação da desigualdade observada em 2008 pode estar relacionada com a forte aceleração econômica do período. Isto porque os grupos sociais mais bem posicionados (propriedade, educação e experiência) estão mais aptos a usufruir dos benefícios do crescimento, distanciando-se dos demais grupos. Entretanto, a queda da pobreza indica que o crescimento econômico chegou também aos estratos de menor rendimento, embora em menor proporção.

Evolução de alguns indicadores de desigualdade em Mato Grosso, 1981 a 2007

ANO	10%+ (%)	20% + (%)	10% - (%)	40% - (%)	40%-/10%+ (%)	10%-/10%+ (%)	índice de Gini
1981	41,6	56,8	1,6	12,4	7,5	3,8	0,5160
1982	41,1	57,2	1,4	11,5	7,0	3,4	0,5156
1983	44,1	59,6	1,4	10,7	6,1	3,2	0,5432
1984	44,2	60,0	1,1	10,1	5,7	2,5	0,5478
1985	42,7	59,0	1,4	10,6	6,2	3,3	0,5386
1986	49,5	64,7	1,2	9,2	4,6	2,4	0,5936
1987	50,2	65,4	0,8	7,9	3,9	1,6	0,6088
1988	51,6	66,8	0,9	7,8	3,8	1,7	0,6212
1989	48,4	64,2	1,0	8,5	4,4	2,1	0,5927



Estado de Mato Grosso

ANO	10%+ (%)	20% + (%)	10% - (%)	40% - (%)	40%-/10%+ (%)	10%-/10%+ (%)	índice de Gini
1990	44,2	60,9	1,1	9,6	5,4	2,5	0,5578
1992	40,2	56,1	1,1	11,2	7,0	2,7	0,5146
1993	48,2	62,9	1,1	9,8	5,1	2,3	0,5741
1995	44,8	60,3	1,0	10,2	5,7	2,2	0,5530
1996	45,7	61,9	0,8	9,3	5,1	1,8	0,5705
1997	50,6	65,4	0,8	8,7	4,3	1,6	0,6066
1998	47,3	62,7	1,0	9,7	5,1	2,1	0,5752
1999	43,8	59,5	1,2	10,8	6,2	2,7	0,5420
2001	46,7	62,0	0,8	9,7	5,2	1,7	0,5693
2002	45,9	62,2	0,9	9,5	5,2	2,0	0,5710
2003	43,7	60,0	1,1	9,4	5,4	2,4	0,5455
2004	41,7	58,0	1,3	10,3	6,1	3,0	0,5260
2005	41,5	57,5	1,2	10,5	6,3	2,8	0,5202
2006	43,0	58,1	1,3	11,5	6,7	2,9	0,5278
2007	41,6	57,1	1,3	11,8	7,1	3,1	0,5150
2008	44,3	59,3	1,2	11,1	6,3	2,6	0,5420

Fonte: IBGE/ Ipeadata (dados das Pnad's)

Nota: 10%+: leia-se renda apropriada pelos 10% mais ricos

20%+: leia-se renda apropriada pelos 20% mais ricos

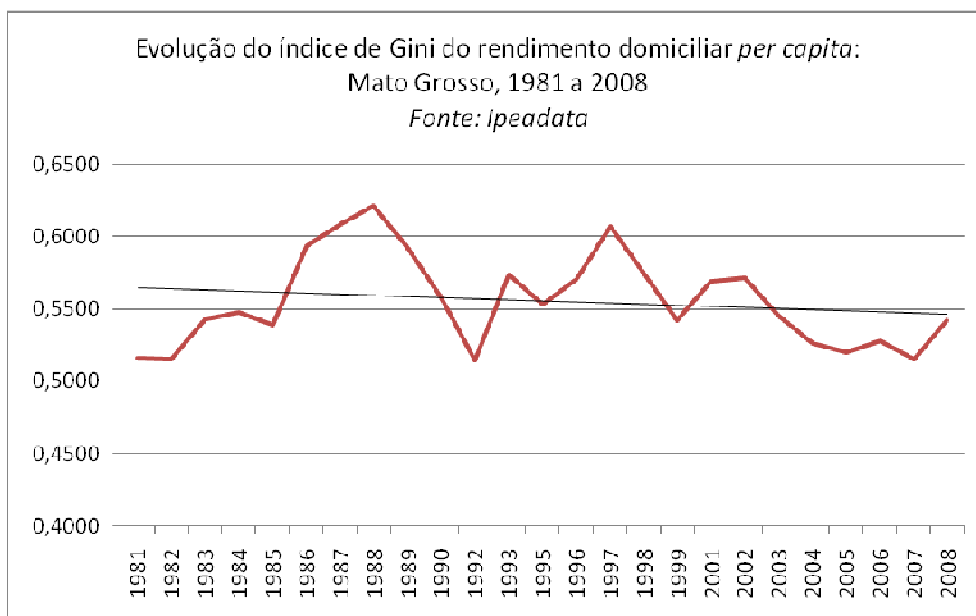
10%-: leia-se renda apropriada pelos 10% mais pobres

40%-: leia-se renda apropriada pelos 40% mais pobres

10%-/10%+: razão entre a renda média dos 10% mais pobres e a renda média dos 10% mais ricos (em %)

Gini: índice que varia de 0 (ausência de desigualdade) a 1 (máxima desigualdade)

Dados de 2008: calculados pela SEI/SEPLAN, com base nos microdados da Pnad.



Fonte: Ipeada. Nota: a linha de tendência tem inclinação estatisticamente igual a zero (ausência de tendência entre 1981 e 2008). Mas, no período 2002-2008, verifica-se leve tendência de declínio na desigualdade, apesar do recrudescimento de 2008.



Estado de Mato Grosso

- Condições de habitação

Alguns indicadores mostram melhorias na qualidade de vida no que se refere à habitação. O acesso à água potável com canalização interna, por exemplo, aumentou de 81,9% para 91,9%, de 2002 a 2007. Entretanto, o acesso ao esgotamento sanitário exhibe números preocupantes, evidenciando a carência de investimentos no setor. Em 2008, apenas 25,1% das pessoas viviam em domicílios com sistemas adequados de esgoto, segundo dados da Pnad (tabulados pelo Ipeadata).

O indicador “densidade superior a 2” revela que há cada vez menos pessoas em domicílios com mais de 2 moradores por cômodo (excluídos o banheiro e a cozinha). Isso pode ser atribuído à redução do tamanho das famílias e, possivelmente, à diminuição dos casos de famílias em regime de co-habitação, refletindo melhorias nas condições sócio-econômicas gerais. O indicador de densidade costuma ser utilizado, em conjunto com outros indicadores, para identificar situações de déficit habitacional.

Acesso a serviços de saneamento e densidade ocupacional das moradias: Mato Grosso, 1990 a 2007.

Ano	% de pessoas em domicílios com água potável com canalização interna ¹	% de pessoas em domicílios com esgoto adequado ²	% de pessoas em domicílios com densidade superior a 2 por cômodo ³
1990	57,5	25,9	33,9
1992	65,1	21,1	31,0
1993	65,3	21,9	30,3
1995	68,3	22,9	25,3
1996	71,9	21,6	22,6
1997	75,4	34,7	24,6
1998	78,9	33,4	20,6
1999	77,7	28,2	20,3
2001	79,7	37,2	22,2
2002	81,9	46,8	19,2
2003	84,0	45,6	19,4
2004	83,3	36,7	19,4
2005	89,7	44,3	17,6
2006	89,7	33,8	15,0
2007	91,9	25,1	15,7

Fonte: IPEADATA (baseado nas Pnad's)

Notas:

1. Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna.

2. Porcentagem da pessoas que vive em domicílios particulares permanentes com acesso a instalações de esgoto, ou seja que tem banheiro de uso exclusivo e com esquadro conectado a rede coletora de esgoto ou pluvial ou a uma fossa séptica ligada ou não a uma rede coletora.

3. Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade superior a 2. A densidade do domicílio é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos do mesmo, excluídos o(s) banheiro(s) e mais um cômodo, destinado à cozinha

- Violência: mortalidade por causas externas

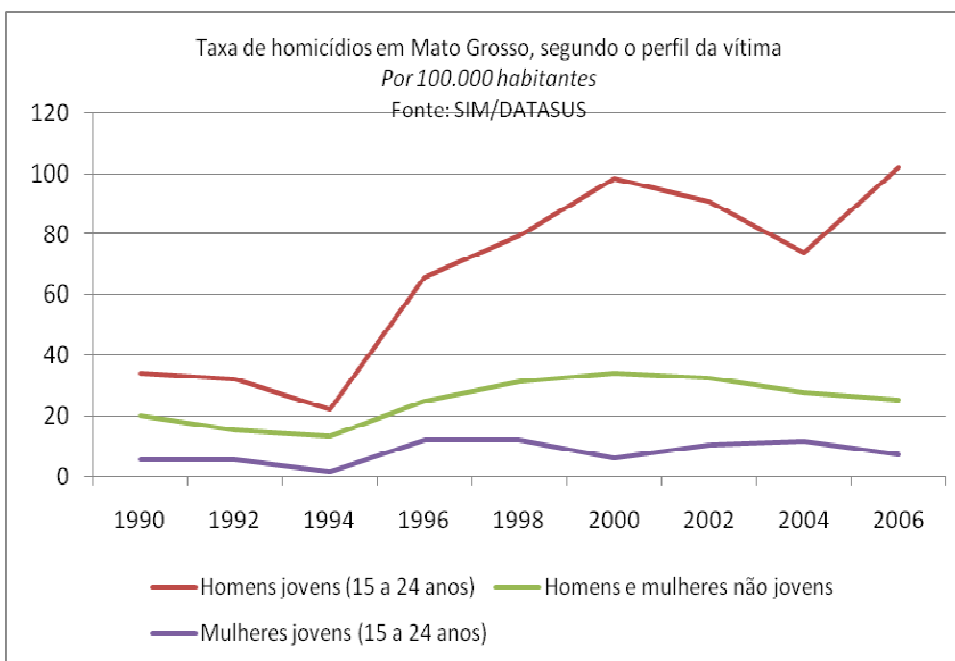
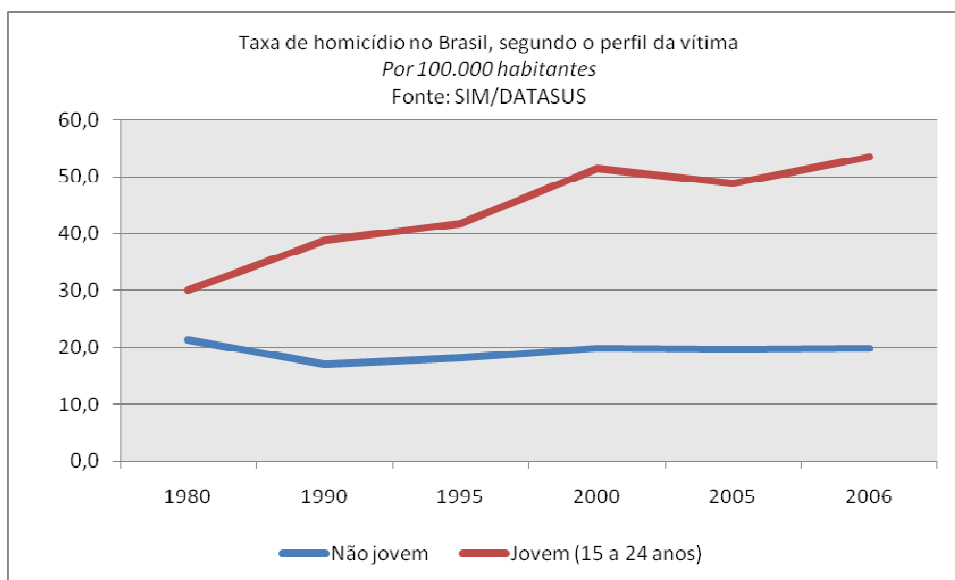
Vários estudos assinalam que as formas mais graves de violência têm se agravado basicamente contra a juventude. No Brasil, a taxa de homicídios tem permanecido estável na população não jovem (em



Estado de Mato Grosso

torno de 20 mortes por 100.000 habitantes), mas é crescente na população jovem (15 a 24 anos), tendo aumentado em 78%, de 1980 a 2006.

A situação de Mato Grosso também aponta para uma violência crescente contra a juventude, especificamente do sexo masculino. Nesse grupo, a taxa de homicídio chegou a 101 mortes por cem mil habitantes, em 2006, tendo aumentado mais de 40% apenas de 1996 a 2006.



Taxa de mortalidade específica por causas externas na população total, segundo os tipos de causa: Mato Grosso, 1990 a 2006

Ano	TME - TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA POR CAUSAS EXTERNAS (POR 100.000)					
	Acidentes de transporte	Homicídios	Suicídios	Intenção indeterminada	Demais causas externas	Total
1990	14,5	21,4	2,4	0,2	36,8	75,3
1991	13,0	22,3	2,6	0,2	36,0	74,0



Estado de Mato Grosso

Ano	TME - TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA POR CAUSAS EXTERNAS (POR 100.000)					
	Acidentes de transporte	Homicídios	Suicídios	Intenção indeterminada	Demais causas externas	Total
1992	14,6	17,2	2,9	0,2	39,2	74,1
1993	16,4	16,5	2,8	0,2	39,8	75,8
1994	13,4	14,1	2,5	16,2	27,6	73,7
1995	23,3	25,2	4,7	1,8	25,4	80,4
1996	29,3	29,5	5,6	2,0	17,8	84,2
1997	25,8	33,5	4,5	1,4	20,2	85,5
1998	25,2	35,7	5,7	1,3	20,2	88,0
1999	26,1	34,6	5,2	1,0	20,4	87,3
2000	28,7	39,5	5,7	0,7	20,3	94,9
2001	27,9	38,0	5,6	0,4	19,5	91,4
2002	33,1	36,4	5,9	1,7	22,1	99,1
2003	27,9	34,2	6,1	3,0	22,4	93,7
2004	32,6	31,0	5,8	5,1	18,7	93,2
2005	30,6	32,4	5,4	7,0	16,8	92,2
2006	28,7	31,4	5,9	4,6	16,3	86,8

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Notas:

1. Nas tabulações por faixa etária ou sexo, estão suprimidos os casos com idade ou sexo ignorados, respectivamente.
2. TME - Taxa de mortalidade específica: óbitos por 100.000 habitantes.
3. Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 02

“Aumento do nível geral da saúde”, com as seguintes estratégias:

- 1- fortalecimento das ações de vigilância a saúde;
- 2- fortalecimento da atenção básica a saúde;
- 3- ampliação e manutenção da regionalização e regulação da rede de assistência a saúde.

O nível de saúde da população pode ser mensurado pelos indicadores que se seguem:

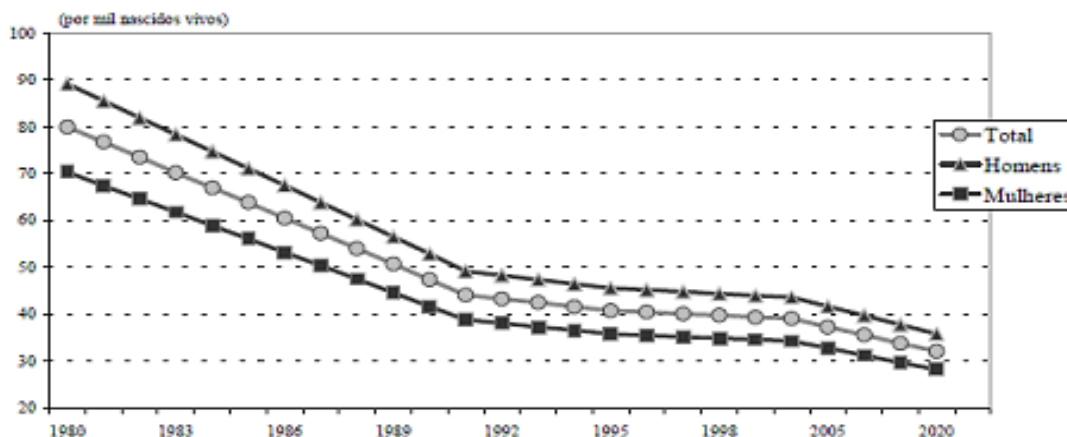
a) mortalidade infantil-número de óbitos infantis(menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos.Este indicador é muito utilizado para medir as condições de saúde pois incorpora muitas variáveis como atendimento pré e neonatal, nutrição, saneamento,entre outros.

A análise da evolução da mortalidade permite acompanhar mudanças do perfil epidemiológico de uma população por meio de aspectos da sua estrutura,dos níveis e da sua tendência.



Estado de Mato Grosso

Gráfico 6 - Taxa de mortalidade infantil, por sexo, Brasil — 1980-2020



FONTE: IBGE, Anuário Estatístico 1998.

Tabela I - Evolução da mortalidade infantil em Mato Grosso (por mil nascidos vivos) 1997-2007

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004 ^[1]	2005 ^[2]	2006	2007
Taxa	26,7	25,54	24,47	23,49	22,58	21,78	21,04	18,92	17,75	18,8	18,2

Fonte: DATASUS; SIM e SINASC – SVC/MS e IBGE

[1] Estimativa com base em dados de nascidos vivos e óbitos infantis divulgados pelo DATASUS

[2] Dado da SES/MT (site oficial)

b) Cobertura pelo Programa Saúde da Família

Tabela II – Cobertura do Programa Saúde da Família de 2006-2009 no Estado de Mato Grosso.

Ano	Mês	Nº de ESF credenciadas pela CIB*	Nº de ESF no SIAB**	Nº de ESF implantados	Cobertura populacional da SF (%)	População
2006	12	572	471	471	52,62	-
2008	12	591	532	521	57,09	1.710.871
2009	12	628	557	551	61,53	1.819.903

Fonte: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/>

*Comissões Intergestores Bipartite (Dirigentes da Secretaria de Estado e dos Municípios)

**Sistema de Informação da Atenção Básica

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 03

“Ampliação da educação, com universalização da educação básica (infantil, fundamental e média) e elevação do nível e da qualidade dos ensinos médio e fundamental”, com as seguintes estratégias:

1. Reestruturação da gestão do sistema educacional;
2. Fortalecimento da educação rural e regional;
3. Melhoria da infra-estrutura da rede física escolar escolas públicas (educação infantil, fundamental e média).



Estado de Mato Grosso

Os avanços na Educação podem ser medidos com os indicadores que se seguem.

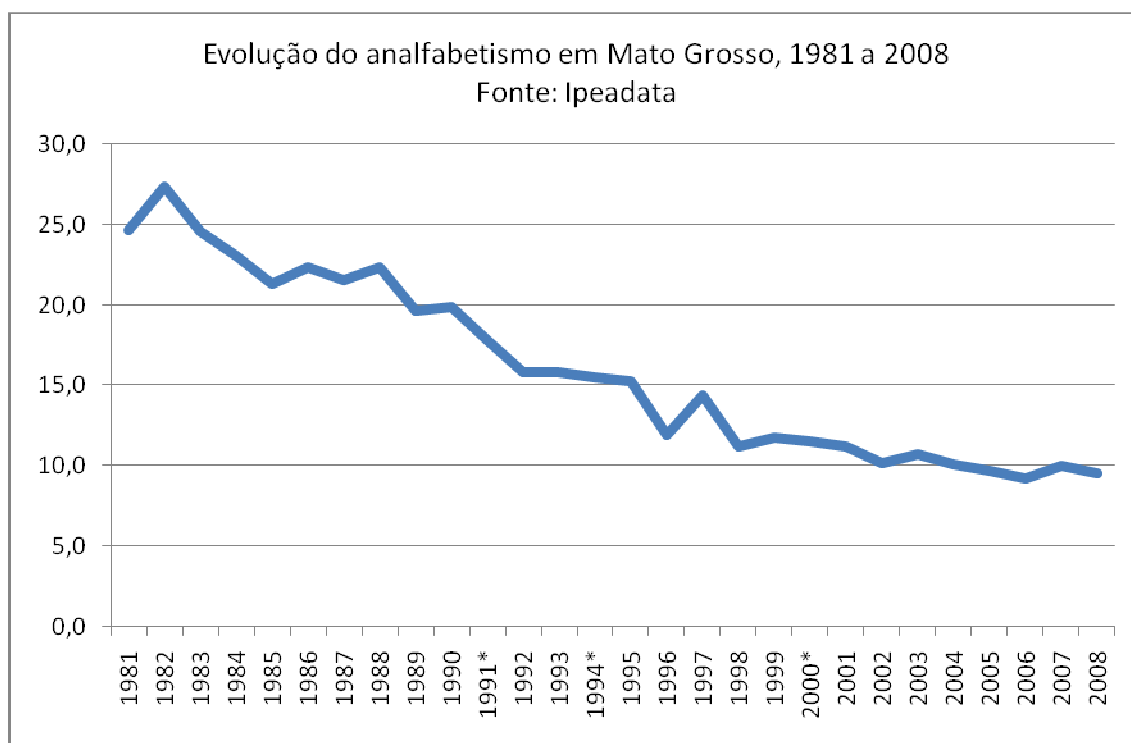
a) Taxa de analfabetismo – são consideradas analfabetas pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever um bilhete simples

A forte escolarização na base da pirâmide (7 a 14 anos), sobretudo nos anos 90, acelerou o declínio do analfabetismo em período recente. Mas, essa fonte de indução está perdendo força. Evidência disso é que, em Mato Grosso, a taxa de analfabetismo declinou em média 0,86 pontos percentuais a cada ano, entre 1981 e 1996, e apenas 0,33 pontos percentuais ao ano, entre 1997 e 2008. (ver figura, que sugere certa estabilização em torno de 9% a 10%).

Os levados índices atuais de analfabetismo (em termos dos padrões internacionais) refletem as condições educacionais e sócio-econômicas do País e do Estado no passado e, possivelmente, o baixo esforço empreendido na alfabetização de adultos ao longo do tempo. Com efeito, embora a taxa de analfabetos atinja modestos 1,8% na população de 15 a 24 anos, à medida que se avança na estrutura etária ela vai a 6,4% (35 a 44 anos), 14,3% (45 a 54 anos), 22,1% (55 a 64 anos) e 41% na população com 65 anos ou mais. No conjunto da população de 15 anos ou mais a taxa é de 9,6%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2008). Como a população está em processo de envelhecimento, em função da redução da natalidade e do aumento da expectativa de vida (dois acontecimentos desejáveis), a taxa de analfabetismo seguirá em ritmo mais lento de redução, a menos que se intensifiquem os programas de alfabetização de adultos.

Mato Grosso tem aproximadamente 214 mil analfabetos com 15 anos ou mais de idade, assim distribuídos: 69,32% (148,3 mil) com idade entre 15 a 64 anos e 30,68% (65,6 mil) estão com mais de 64 anos. Há outros 22 mil analfabetos na população de 7 a 14 anos, mas usualmente não são considerados nas estatísticas, uma vez que integram uma faixa de escolarização obrigatória.

Há um aspecto relevante na estatística de analfabetismo: cerca de 30% dos analfabetos (65,2 mil pessoas) já freqüentaram (28,9%) ou estão freqüentando (1,6%) escola. Isso significa que, dependendo da qualidade da educação ou do nível de ensino alcançado, a alfabetização pode não ser concretizada, ou, se concretizada, pode sofrer reversão à situação anterior de analfabeto.



Nota: (*) dados obtidos por média dos extremos próximos (anos em que as Pnad's não foram realizadas).

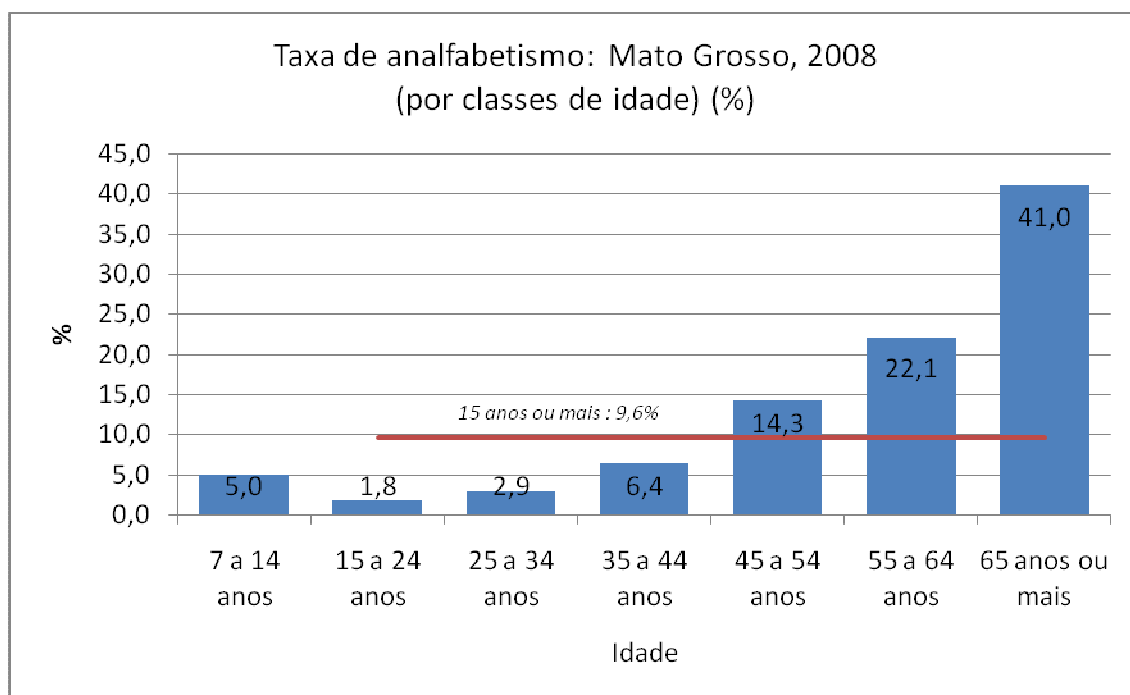


Estado de Mato Grosso

Indicadores de analfabetismo, por faixa etária: Mato Grosso, 2008

Idade	Total de analfabetos	Taxa de analfabetismo na faixa etária (%)	Percentual relativo ao total de 7 anos ou mais	Percentual relativo ao total de 15 anos ou mais
7 a 14 anos	22.019	5,00	9,33	-
15 a 24 anos	10.041	1,76	4,26	4,7
25 a 34 anos	15.060	2,95	6,38	7,0
35 a 44 anos	28.579	6,42	12,11	13,4
45 a 54 anos	49.822	14,26	21,11	23,3
55 a 64 anos	44.799	22,10	18,99	20,9
65 anos ou mais	65.648	40,96	27,82	30,7
55 anos ou mais	110.447	30,42	46,81	51,6
45 anos ou mais	160.269	22,49	67,92	74,9
35 anos ou mais	188.848	16,31	80,03	88,3
25 anos ou mais	203.908	12,22	86,41	95,3
15 anos ou mais	213.949	9,55	90,67	100,0
7 anos ou mais	235.968	8,80	100,00	-

Fonte: IBGE (Pnad) Tabulações especiais: SEI/SEPLAN (microdados)



Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas e analfabetas, conforme frequência à escola (no presente ou no passado): Mato Grosso, 2008

Especificação	Alfabetizados	%	Analfabetos	%	Total
Freqüentam escola	394.675	19,5	3.475	1,6	398.150
Freqüentaram anteriormente	1.592.635	78,6	61.792	28,9	1.654.427
Nunca freqüentaram escola	38.614	1,9	148.682	69,5	187.296
Total	2.025.924	100,0	213.949	100,0	2.239.873

Fonte: IBGE (Pnad) Tabulações especiais: SEI/SEPLAN (microdados)



Estado de Mato Grosso

b) Acesso à escola - razão entre o número de pessoas na faixa de idade considerada que freqüentam a escola e o total de pessoas nesta faixa etária (em %). Entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade que estão freqüentando o 2º grau, o indicador inclui também aqueles que já completaram 8 anos de estudo.

Tabela II – Evolução dos indicadores de acesso à escola em Mato Grosso (%).

Ano	Frequência à Escola		Frequência ao 2º grau	
	5-6 anos	7-14 anos	15-17 anos	15-17 anos / 2ºG
1995	53,18	91,42	61,77	18,57
1996	53,31	91,11	72,46	22,15
1997	54,48	91,05	69,39	23,88
1998	57,09	95,57	70,81	24,14
1999	59,75	93,52	75,80	28,91
2001	63,84	96,69	77,06	40,04
2002	66,38	5,59	76,86	40,84
2003	72,31	94,78	79,88	42,17
2004	73,20	96,16	75,69	48,42
2005	72,32	96,38	81,36	48,97
2006	77,60			
2007 [1]	80,56			
2008 [1]	83,44			

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br / IPEADATA

[1] Projeção SEPLAN/SEI

c) Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental da rede estadual.

Tabela III – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Fundamental em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	72,0	8,1	20,5
2000	70,1	8,0	22,5
2001	73,4	8,1	19,5
2003	69,8	8,9	22,2
2004	69,8	9,7	21,2
2005	77,6	8,5	13,9
2006	84,2	8,1	8,9
2007	87,1	7,9	5,0
2008	88,3	7,2	4,5

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

d) Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Médio da rede estadual.

Tabela IV – Evolução das taxas de aprovação, reprovação e abandono do Ensino Médio em Mato Grosso (%).

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
1999	70,7	5,6	23,7
2000	67,2	5,0	27,8
2001	68,1	7,1	24,8
2003	63,0	7,4	29,6
2004	63,3	8,0	28,7



Estado de Mato Grosso

Ano	Aprovação	Reprovação	Abandono
2005	63,8	7,0	29,2
2006	68,6	7,7	23,0
2007	73,3	8,8	17,9
2008	71,2	9,4	19,4

Fonte: www.edudatabrasil.inep.gov.br

e) Defasagem escolar - diferença entre o número de anos de estudo recomendado para uma pessoa em função de sua idade, e o número de anos de estudo atingido pela mesma. Esta medida foi obtida independentemente de a criança estar ou não freqüentando a escola. O indicador consiste no somatório da defasagem de todas as pessoas com idade entre 10 e 14 anos e o número total de pessoas neste mesmo segmento etário.

Tabela V – Evolução da defasagem escolar em Mato Grosso (%).

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Defasagem escolar (anos)	1,71	1,57	1,54	1,34	1,22	1,19	0,98	0,84	0,83	0,76	0,8	0,8

Fonte: IPEADATA

f) Nível de aprendizagem - proficiência atingida pelos alunos na Língua Portuguesa e Matemática nas Escolas Urbanas Estaduais

Tabela VI – Evolução da proficiência nas Escolas Urbanas Estaduais em Mato Grosso.

Assunto	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007
Língua Portuguesa (4ª Série EF)	172,8	171,0	155,1	149,7	159,4	165,6	172,1
Matemática (4ª Série EF)	175,3	178,7	173,9	163,3	170,7	176,1	181,7
Língua Portuguesa (8ª Série EF)	249,0	235,7	229,2	229,3	220,2	221,2	222,2
Matemática (8ª Série EF)	244,5	228,9	238,8	234,4	234,2	228,1	232,5
Língua Portuguesa (3ª Série EM)	278,5	273,5	256,5	259,3	261,6	249,6	258,4
Matemática (3ª Série EM)	259,6	262,9	270,1	271,3	262,7	254,5	267,5

Fonte: INEP/MEC

Nota: o SAEB é realizado nos anos ímpares, por amostragem.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 04

“Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica do Estado com ampliação dos investimentos e aumento do número de pesquisadores ativos”, com as seguintes estratégias e indicadores:

ENSINO SUPERIOR

1. Descentralização do ensino superior com criação de campi das universidades nos pólos regionais, priorizando os pólos de Confresa e Juína;
2. Melhoria e Fortalecimento das Universidades Públicas;
3. **Educação à distância para todos os níveis de educação de jovens e adultos.**

a) Acesso ao Ensino Superior



Estado de Mato Grosso

Tabela I – Evolução do número de matrículas e de concluintes no Ensino Superior em Mato Grosso.

Dependência administrativa / Ano	Total		Federal		Estadual		Municipal		Privado	
	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.	Matr.	Conc.
2000	42.681	5.476	13.697	1.673	5.684	827	184	88	23.116	2.888
2001	44.622	6.225	13.994	1.803	5.915	918	209	96	24.504	3.408
2002	52.297	7.295	13.736	1.873	5.703	899	138	0	32.720	4.523
2003	61.151	8.419	15.185	2.045	6.994	852	251	21	38.721	5.501
2004	64.598	11.154	-	-	-	-	-	-	-	-
2005	68.593	10.840	14.340	1.986	9.392	728	486	418	44.345	15.417
2006	72.257	11.678	14.532	1.966	9.866	1.757	509	96	47.350	7.859
2007	76.480	11.193	13.368	2.135	11.254	1.528	576	21	51.282	7.255
2008	84.763	13.126	14.923	2.146	13.388	1.679	-	-	56.452	17.837

Fonte: INEP do Ministério da Educação.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Expansão da infra-estrutura e da capacidade de assistência técnica às cadeias produtivas;
2. Articulação com o governo federal para a ampliação dos centros de formação e capacitação profissional continuada em nível técnico e superior orientada para a diversidade sócio-cultural do Estado (instalação de CEFETs nas cidades de Confresa, Pontes e Lacerda, Barra do Garças Rondonópolis, Campo Novo e Juína).

3. Apoio aos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com prioridade para a área de biotecnologia.

a) Matrículas e titulações em Mestrado e Doutorado

Tabela II – Evolução da matrícula e titulação em Mestrados e Doutorados no Estado de Mato Grosso.

Ano	Alunos novos		Alunos matriculados (em dezembro)		Alunos titulados	
	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado	Mestrado	Doutorado
2000	114	-	261	-	66	-
2001	52	-	203	-	60	-
2002	123	-	204	-	92	-
2003	203	-	320	-	92	-
2004	-	-	444	-	107	-
2005	-	-	456	-	192	-
2006	-	-	921	-	207	-

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia

Tabela III – Evolução dos grupos de pesquisa e sua qualificação em Mato Grosso.

Ano	2000	2002	2004	2006	2008
Grupos de pesquisa	30	114	171	254	293
Pesquisadores (P)	169	476	831	1.176	1.511
Doutores (D)	78	205	408	592	834
Percentual de doutores (D / P)	46,2	43,1	49,1	50,3	55,2

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)



Estado de Mato Grosso

Concluintes do Ensino Médio em Mato Grosso – 2008

Concluintes		%
TOTAL GERAL	28.211	61
Tipo de Instrução		
Pública	23.956	85
Privada	4.255	15
Gênero		
Masculino	11.011	39
Feminino	17.224	61

Fonte: SEE/MT/SEPLAN

Vagas oferecidas na Educação Superior em Mato Grosso – 2008

	1995	2000	2003	2008	2008/2003 (%)
TOTAL	8.492	21.631	35.514	25.449	71
FEDERAL	2.242	5.625	4.374	4.046	93
ESTADUAL	760	2.130	2.274	3.940	173
MUNICIPAL	-	50	190	-	-
PARTICULAR	5.490	13.826	2.680	17.463	61

Fonte: SEPLAN/Anuário Estatístico / IPEADATA

Alunos Matriculados por Campus da UFMT (2008)

CAMPUS	MATRICULADOS	%
CUIABÁ	8.942	32,1
RONDONÓPOLIS	2.576	9,3
MEDIO ARAGUAIA	1.082	3,9
SINOP	15.221	54,7
TOTAL	27.821	100,0

Fonte: UFMT/PROPLAN/Gerência de Informações

b) produção científica de livros e outras publicações

Tabela IV – Evolução da produção científica de livros e outras publicações no Estado de Mato Grosso.

Período	Total de autores		Livros ou capítulos de livros publicados				Outras publicações bibliográficas	
			Livros		Capítulos de livros			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	74	3	229	11	419	25
2000 a 2003	696	271	145	4	456	14	1.295	205

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

c) produção científica de artigos.



Estado de Mato Grosso

Tabela V – Evolução da produção científica de artigos completos em periódicos e anais em Mato Grosso.

Período	Total de autores		Artigos completos em periódicos especializados				Trabalhos completos publicados em anais de eventos	
			Circulação nacional		Circulação internacional			
	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante	Pesquisador	Estudante
1998 a 2001	365	161	615	10	255	3	598	75
2000 a 2003	696	271	1.450	31	470	2	1.315	71

Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil E Ministério da Ciência e Tecnologia

d) patentes solicitadas e concedidas

Tabela VI – Evolução dos pedidos e concessões de patentes em Mato Grosso.

Tipos de patentes	2000		2001		2002		2003		2004	
	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.	Pedida	Concedida.
Desenho industrial	3	22	1	4	5	-	1	3	1	-
Modelo de utilidade	23	2	19	-	12	1	14	-	9	-
Privilégio de invenção	15	-	10	1	12	-	13	-	12	-
Total	41	24	30	5	29	1	28	3	22	-

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e Ministério da Ciência e Tecnologia

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 05

“Formação e expansão da rede de cidades de forma controlada e sustentável, incluindo o monitoramento da geração e do aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos para geração de energia renovável e venda de crédito de carbono”, com a seguinte estratégia:

- Melhoria das condições de habitabilidade e Funcionalidade das cidades

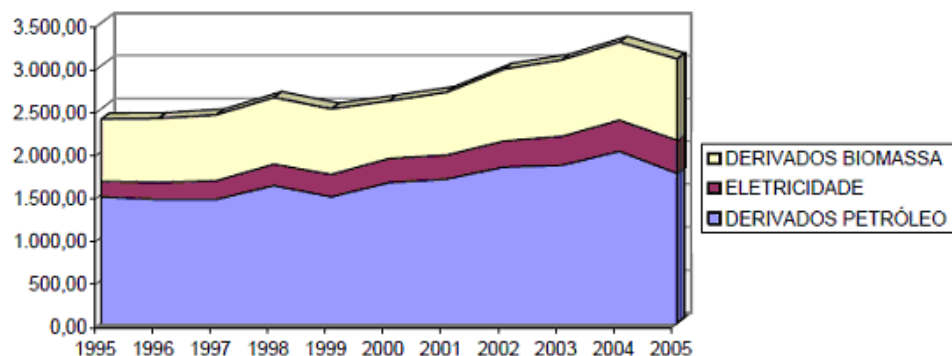
Os indicadores mostram a evolução e os avanços ocorridos nos domicílios (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo). Também pode ser avaliada com participação percentual das fontes renováveis de energia consumida no Estado.

Informações sobre a produção, transformação e consumo de energia no Estado, de modo a ser entendido como um dos instrumentos para o planejamento das políticas públicas e de atividades privadas para o setor. Desta maneira, pretende-se que os dados nele contidos sirvam de instrumento para estudos, análises e trabalhos técnicos na área de geração e distribuição de energia e possibilitem que este vetor de desenvolvimento econômico seja utilizado como instrumento de integração social tornando-o acessível a todas as localidades e domicílios, tanto rurais como urbanos.

O Balanço Energético tem entre suas principais funções, o papel de instrumento para a formulação e a consolidação das políticas comuns do setor de infra-estrutura, constituindo-se em um elo fundamental para vários tipos de estudos, tais como: planejamento energético; viabilização de novas tecnologias; busca de eficiência energética; preservação ambiental e desenvolvimento de novos negócios. O acesso da sociedade a fonte de informações sobre energia, vem contribuindo para responder aos desafios e as necessidades da população e do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.



Estado de Mato Grosso

ESTRUTURA DO CONSUMO FINAL ENERGÉTICO POR FONTES
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP**EVOLUÇÃO DA DEPENDÊNCIA EXTERNA DE ENERGIA**
MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP

FONTES	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
DEMANDA TOTAL DE ENERGIA (a)	2.527,8	2.784,4	2.727,2	2.717,3	2.866,1	3.110,2	3.254,7	3.433,9	3.215,2	3.090,0	3.307,4
• CONSUMO FINAL	2.429,0	2.631,4	2.574,6	2.592,0	2.692,0	2.963,7	3.067,6	3.272,0	3.081,6	2.939,1	3.119,2
• PERDAS (*)	98,8	153,0	152,6	125,3	174,1	146,5	187,1	161,9	133,6	150,9	188,2
PRODUÇÃO ENERGIA PRIMÁRIA (b)	1.433,1	1.533,3	1.494,7	1.280,5	1.584,3	1.754,1	2.069,5	2.090,5	1.942,3	2.105,3	2.303,6
DEPENDÊNCIA EXTERNA (c) = (a) - (b)	1.094,7	1.251,1	1.232,5	1.436,8	1.281,8	1.356,1	1.185,2	1.343,4	1.265,8	984,7	1.003,8
DEPENDÊNCIA EXTERNA [(c) / (a)] %	43,3	41,7	45,2	52,9	44,7	43,6	36,4	39,2	39,5	31,8	30,3

(*) Perdas na transformação, distribuição, energia não aproveitada e ajustes

PRODUÇÃO E CONSUMO "PER CAPITA" DE ENERGIA
MATO GROSSO e BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MATO GROSSO			BRASIL (1)		
		1997	2002	2007	1997	2002	2007
PRODUÇÃO DE ENERGIA PRIMÁRIA	tEP/hab.	0,6	0,7	0,8	0,3	1,0	1,2
PRODUÇÃO DE ENERGIA SECUNDÁRIA	tEP/ hab.	0,15	0,3	0,7	0,4	0,8	0,9
CONSUMO FINAL DE ENERGIA NO SETOR RESIDENCIAL	tEP/ hab.	0,15	0,12	0,12	0,1	0,1	0,1
CONSUMO DE ELETRICIDADE NO SETOR RESIDENCIAL	kWh/ hab.	443,7	419,1	489,2	452,0	412,2	480,0
CONSUMO DE LENHA NO SETOR RESIDENCIAL	m ³ / hab.	0,25	0,15	0,14	1,1	1,3	1,3
CONSUMO DE GLP NO SETOR RESIDENCIAL	kg/ hab.	35,0	33,0	29,0	33,8	31,3	28,1

(1) FONTES: IBGE (Pop BR = 184.388.620 hab)

EMISSIONES RELATIVAS DE CO₂ NO ESTADO DE MATO GROSSO

POPULAÇÃO 10 ³ hab.			PIB 10 ⁶ /US\$(*)			CONSUMO TOTAL (1) 10 ³ tEP			EMISSIONES DE CO ₂ (2) 10 ³ ton			ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	ANOS		
														1997	2002	2007
1997	2002	2007	1997	2002	2007	1997	2002	2007	1997	2002	2007	(1) EMISSIONES DE CO ₂ /HAB	ton./hab.	2,1	2,7	1,9
												(1) EMISSIONES DE CO ₂ / PIB	ton./10 ⁶ US\$	0,5	0,9	0,3
2.374	2.604	2.854	9.498	7.169	21.717 (3)	1.444	2.233	1.874	4.697	6.926	5.559	(1) EMISSIONES DE CO ₂ / CONSUMO TOTAL (2)	ton./tEP	3,2	3,1	3,0

(1) Apenas o consumo total dos energéticos de fontes não renováveis.

(2) Apenas as emissões decorrentes dos energéticos de fontes não renováveis (Não Biogênicas).

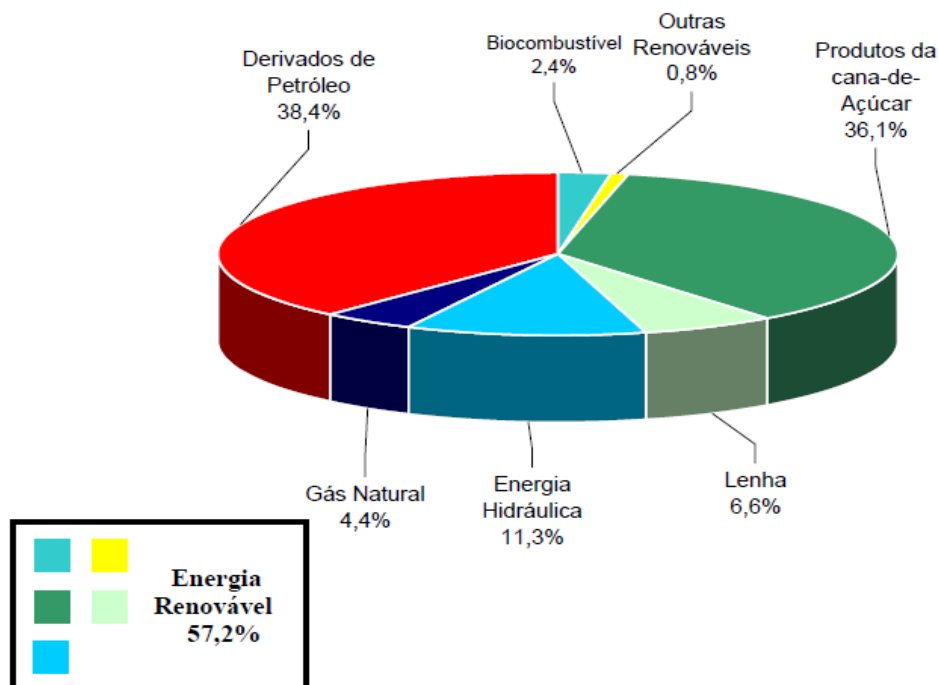
(3) Dados Estimados

* Fonte SEPLAN/MT: PIB convertido pela taxa de câmbio média: 1997=(R\$/US\$= 1,079) ; 2002=(R\$/US\$= 2,921) ; 2007=(R\$/US\$= 1,948)

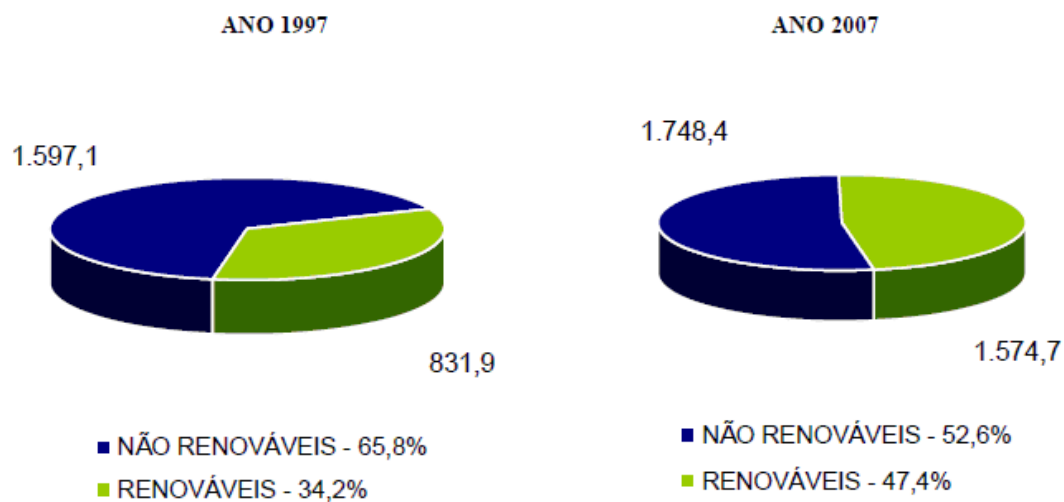


Estado de Mato Grosso

MATRIZ ENERGETICA DE MATO GROSSO – 2007



PARTICIPAÇÃO DAS FONTES RENOVÁVEIS NO CONSUMO FINAL ENERGETICO MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP





Estado de Mato Grosso

ESTADO DE MATO GROSSO**BALANÇO NOS CENTROS DE TRANSFORMAÇÃO****CENTRAIS ELÉTRICAS SP (*)****MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP**

FONTES	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ÓLEO DIESEL (a)	49,1	51,9	48,0	46,9	42,6	44,9	44,6	56,4	61,0	29,9	38,6
GERAÇÃO DE ELETRICIDADE (**)	34,4	33,5	34,5	35,0	33,5	33,8	35,4	38,2	42,7	32,3	31,8
• GERAÇÃO HIDRÁULICA	17,2	16,0	17,9	19,4	19,0	19,2	19,9	19,6	19,3	19,1	20,4
• GERAÇÃO TÉRMICA (b)	17,2	17,5	16,6	15,6	14,5	14,6	15,5	18,6	23,4	13,2	11,4
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c) = (a) - (b)	31,9	34,4	31,4	31,3	28,1	30,3	29,1	37,8	37,6	16,7	27,2
RENDIMENTO DAS TÉRMICAS (%) (1)	35,0	33,7	34,6	33,3	34,0	32,5	34,7	33,0	38,4	44,1	29,5

SP (*) Serviço Público

(1) Rendimento médio

(**) 1 kWh=860 kcal (relação para a transformação de MWh em tEP médio, considerando 10.800 kcal/kg o poder calorífico do petróleo).

CENTRAIS ELÉTRICAS PI + AP (*)**MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP**

FONTES	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
BAGAÇO DE CANA (a ₁)	172,8	113,6	116,3	100,8	112,2	164,6	172,5	210,6	205,7	187,6	184,6
GERAÇÃO DE ELETRICIDADE (**)	59,2	66,7	68,7	76,2	100,8	171,2	279,5	345,4	403,7	524,9	576,4
• GERAÇÃO HIDRÁULICA	46,9	52,3	53,6	60,3	79,2	143,0	249,3	321,6	376,5	406,6	458,2
• GERAÇÃO TÉRMICA (b ₁)	12,3	14,4	15,1	15,9	21,6	28,2	30,2	23,8	27,2	21,7	25,3
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₁) = (a ₁) - (b ₁)	160,5	99,2	53,6	84,9	90,6	136,4	142,3	186,8	178,5	165,9	159,3
RENDIMENTO DAS TÉRMICAS (%) (2)	7,1	12,7	13,0	15,8	19,2	17,1	17,5	11,3	13,2	11,6	13,7
ÓLEO DIESEL (TERMOELÉTRICA "MÁRIO COVAS") (3) (a ₂)	-	7,3	42,6	141,6	199,5	0,1	-	-	-	0,2	-
GERAÇÃO TÉRMICA (b ₂)	-	0,4	10,7	45,9	94,0	-	-	-	-	0,03	-
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₂) = (a ₂) - (b ₂)	-	6,9	31,9	95,7	105,5	-	-	-	-	0,17	-
RENDIMENTO DA TÉRMICA (%)	-	5,5	25,1	32,4	47,1	-	-	-	-	15,0	-
GÁS NATURAL (TERMOELÉTRICA "MÁRIO COVAS") (3) (a ₃)	-	-	-	-	45,5	411,5	376,8	285,4	238,4	181,5	180,5
GERAÇÃO TÉRMICA (b ₃)	-	-	-	-	22,1	215,5	196,8	149,9	105,5	90,7	87,2
PERDAS NA GERAÇÃO TÉRMICA (c ₃) = (a ₃) - (b ₃)	-	-	-	-	23,4	196,0	180,0	135,5	132,9	90,8	93,3
RENDIMENTO DA TÉRMICA (%)	-	-	-	-	48,6	52,4	52,2	52,5	44,2	50,0	48,3

(*) PI + AP = Produtor Independente + Auto-Produtor

(2) Rendimento médio.

(**) 1 kWh=860 kcal (relação para a transformação de MWh em tEP médio, considerando 10.800 kcal/kg o poder calorífico do petróleo).

(1) Excluída a geração térmica na termoeletrica "Mário Covas" em Cuiabá.

(3) Em 2001, a Termoeletrica "Mário Covas" operou dez meses com óleo diesel e apenas dois meses com gás natural.

DESTILARIAS**MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP**

FONTES	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PRODUTOS DA CANA	341,9	351,1	355,7	302,7	417,0	421,4	514,0	511,8	484,7	422,3	489,1
• CALDO DE CANA (1)	313,4	316,6	321,6	277,3	385,4	386,5	477,7	473,7	449,3	355,8	424,9
• MELAÇO (2)	28,5	34,5	34,1	25,4	31,6	34,9	36,3	38,1	35,4	66,5	64,2
ÁLCOOL ETÍLICO	278,5	273,6	278,7	228,1	308,7	340,7	415,5	425,7	400,1	381,3	451,9
• HIDRATADO	173,8	126,2	128,1	86,8	172,1	168,4	159,6	189,1	242,2	219,6	253,2
• ANIDRO	104,7	147,4	150,6	141,3	136,6	172,3	255,9	236,6	157,9	161,7	198,7
PERDAS	63,4	77,5	77,0	74,6	108,3	80,7	98,5	86,1	84,6	41,0	37,2
RENDIMENTO MÉDIO (%) (3)	81,4	77,9	78,3	75,3	74,0	80,8	80,8	83,2	82,5	90,3	92,4

(1) Destinado à fabricação de álcool etílico

(2) Sub-produto resultante da fabricação de açúcar, utilizado para produção de álcool etílico.

(3) A imprecisão de alguns dados das indústrias (ton. de cana, melaço, m³ de álcool), podem propiciar rendimentos diferenciados dos reais.**CARVOARIAS****MATO GROSSO - UNIDADE: 10³ tEP**

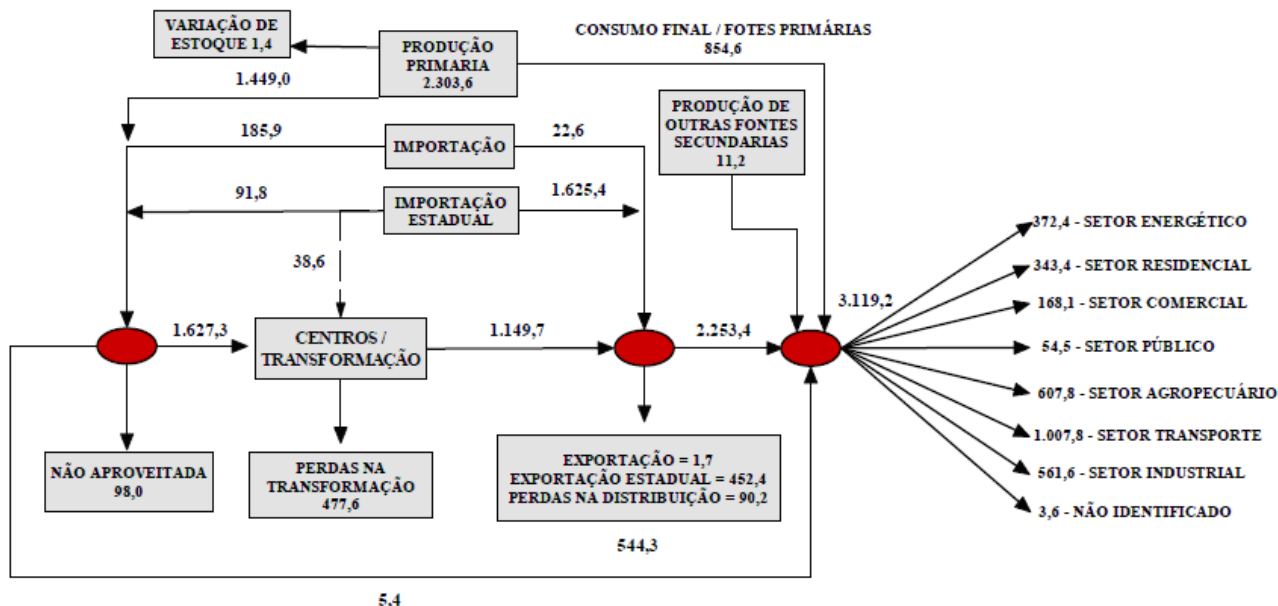
FONTES	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
LENHA	1,7	1,9	2,3	3,1	4,1	5,9	6,8	9,4	26,1	30,3	30,0
GERAÇÃO DE CARVÃO VEGETAL	1,6	1,7	2,0	2,7	3,5	5,0	5,7	8,2	22,6	26,4	26,1
PERDAS	0,1	0,2	0,3	0,4	0,6	0,9	1,1	1,2	3,5	56,7	3,9
RENDIMENTO MÉDIO (%)	94,0	89,5	86,9	87,1	85,4	84,7	83,8	87,2	86,6	87,1	87,0



Estado de Mato Grosso

MATO GROSSO – FLUXOGRAMA ENERGETICO – 2007

UNIDADE: 10⁶ tEP



Obs.: A linha tracejada é ilustrativa, informando que uma quantidade de óleo Diesel, proveniente da importação estadual, foi utilizada para gerar eletricidade, quantidade esta já computada na saída dos centros de transformação.

Secretaria de Indústria Comércio Minas e Energia - SICME

A configuração da rede hídrica mato-grossense caracteriza o Estado como um exportador de águas, propiciando o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos superficiais, pois, com raras exceções, os rios que drenam seu território não recebem contribuição das regiões de entorno.

O Índice de Qualidade da Água – IQA avaliado pelo ZEE (1997) foi classificado na categoria BOM, na maior parte dos pontos amostrados em todas as UPGS do território mato-grossense.

Contexto Geral das Bacias Hidrográficas do Estado de Mato Grosso Perante a Qualidade

O território de Mato Grosso se insere, ao nível nacional, em três unidades hidrográficas principais: a Região Hidrográfica do Paraguai, com área de 176.800 km², que abrange aproximadamente 20% da superfície estadual e as Regiões Hidrográficas Amazônica (592.382 km²) e Tocantins-Araguaia (132.238 km²) que, juntas, totalizam cerca de 80% do Estado.

A regionalização hidrográfica do Estado de Mato Grosso adotada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA compreende cinco regiões hidrográficas abrangendo 27 Unidades de Planejamento e Gerenciamento, conforme anteriormente apresentado no Quadro 01. Resgatando as principais conclusões do Relatório de Caracterização Hidrográfica do Estado de Mato Grosso (PNUD, 1995, op.citado), algumas particularidades devem ser levadas em conta nos mecanismos de gestão de recursos hídricos superficiais em território estadual.

Assim, os resultados descritos a seguir devem necessariamente ser integrados ao estudo temático de Hidrogeologia, no qual os recursos hídricos subterrâneos estão sendo analisados à luz da susceptibilidade de contaminação dos aquíferos às fontes potenciais de poluição e de contaminação. A rede de monitoramento de águas subterrâneas do ZEE foi estabelecida apenas para a 2a campanha do programa, na qual foram selecionados 29 pontos, buscando caracterizar a qualidade da água das principais Províncias Geológicas do Estado. Os pontos da Rede de Águas Subterrâneas (poços tubulares profundos) também foram codificados de forma sequencial recebendo as letras iniciais PS seguidas de duas letras iniciais de acordo com a bacia a que pertencem, tais como PSMD, PSTA, PSXI, PSAR e PSPR localizados respectivamente nas sub-bacias dos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia e Paraguai.

**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 06**

“Ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense”. As estratégias e indicadores são:

- 1- apoio aos sistemas de comercialização e distribuição da produção dos arranjos produtivos locais;
- 2- assistência técnica aos arranjos produtivos locais para melhoria da qualidade e aumento da produtividade;
- 3- descentralização e descontração regional do desenvolvimento;
- 4- capacitação da mão- de- obra e dos produtores dos arranjos produtivos locais.

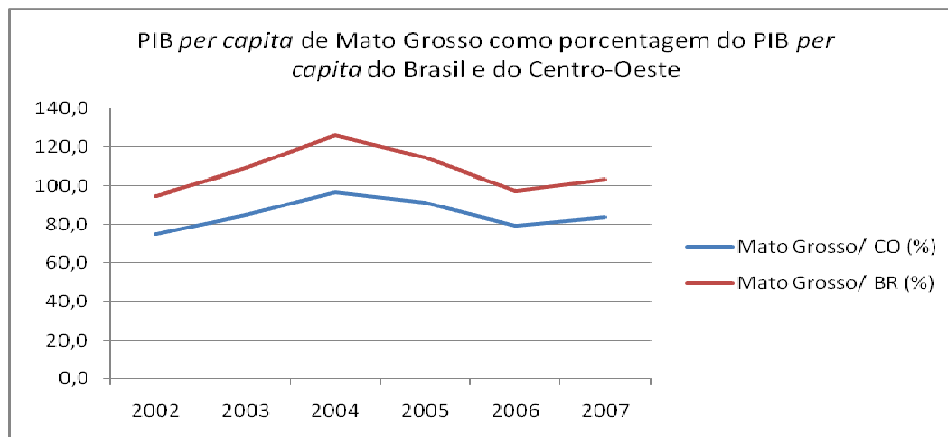
O exame de composição do PIB brasileiro por regiões se constitui ferramenta importante para a compreensão de sua evolução recente e das perspectivas relacionadas ao seu desempenho nos próximos anos. A relevância de sua segmentação geográfica da economia do país torna-se maior quando se considera que em um país de dimensões continentais como o Brasil são evidentes os efeitos sobre o crescimento econômico das distintas regiões decorrentes de seus aspectos físicos, ocupação populacional e colonização que proporcionam especificidades, muitas vezes distintas, nas respectivas estruturas de produção, com desdobramento sobre o mercado de trabalho e sobre o processo de geração e distribuição de renda em cada região.

- Economia – Produto Interno Bruto (PIB) per capita

Produto Interno Bruto a preços de mercado per capita: Brasil, região Centro-Oeste e Unidades da Federação do Centro-Oeste, 2002-2007

Regiões / Estados	Produto Interno Bruto a preços de mercado per capita (R\$)					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CENTRO-OESTE	10.565,26	12.228,01	13.845,69	14.605,73	15.545,74	17.844,46
Mato Grosso do Sul	7.004,24	8.772,33	9.461,22	9.561,12	10.592,44	12.411,18
Mato Grosso	7.928,05	10.347,23	13.444,59	13.365,06	12.340,79	14.953,58
Goiás	7.078,40	7.936,91	8.718,01	8.992,02	9.956,30	11.547,68
Distrito Federal	25.746,57	28.282,45	30.991,50	34.514,74	37.599,28	40.696,08
BRASIL	8.378,10	9.497,69	10.692,19	11.658,10	12.686,60	14.464,73
Mato Grosso/ CO (%)	75,0	84,6	97,1	91,5	79,4	83,8
Mato Grosso/ BR (%)	94,6	108,9	125,7	114,6	97,3	103,4

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais/SEPLAN-MT.
Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.





Estado de Mato Grosso

- Mercado de trabalho: atividade, desocupação, grau de formalização e rendimento

A qualidade do mercado de trabalho é condição decisiva para a melhoria sustentável da qualidade de vida, inclusive porque os rendimentos do trabalho representam 86,2% dos rendimentos domiciliares (o restante fica por conta dos programas de previdência e assistência social, além de juros e aluguéis). Além de baixas taxas de desemprego, é importante alcançar níveis crescentes de rendimento e progressivo aumento da incidência de empregados com carteira de trabalho, que assegura maior proteção ao trabalhador.

- Atividade

A população à disposição do mercado de trabalho em Mato Grosso (PEA) totaliza 1,6 milhões de pessoas, entre ocupadas e desocupadas (em 2008). A taxa de atividade é de 63,8% no conjunto da população, mas apenas 50,5% entre as mulheres. Para que a taxa de atividade entre as mulheres se equipare à dos homens, é necessário que outras 318 mil mulheres se integrem à população economicamente ativa (PEA).

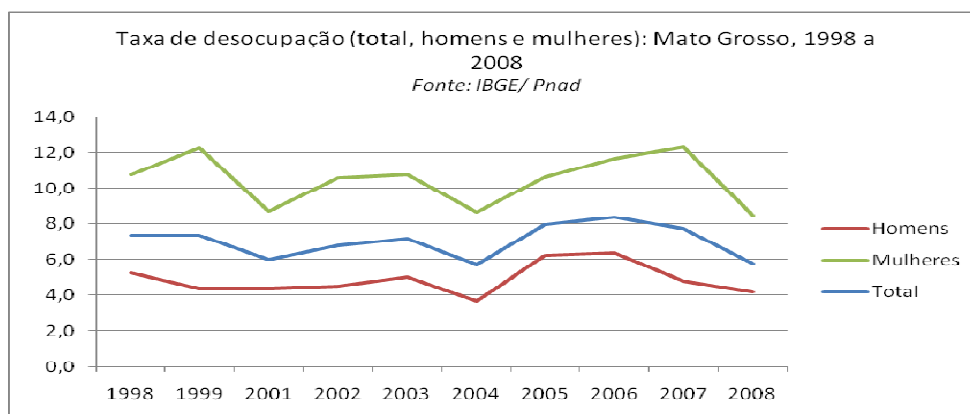
População em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA) e taxa de atividade, segundo o sexo: Mato Grosso, 2008

SEXO	PIA	Participação na PIA (%)	PEA	Participação na PEA (%)	Taxa de Atividade (PEA/PIA) (%)
Homens	1.289.884	51,1	986.352	61,2	76,5
Mulheres	1.234.232	48,9	625.219	38,8	50,7
Total	2.524.116	100,0	1.611.571	100,0	63,8

Fonte: IBGE (Pnad). Tabulações especiais: SEI/SEPLAN. PIA: idade ≥ 10 anos.

- Desocupação

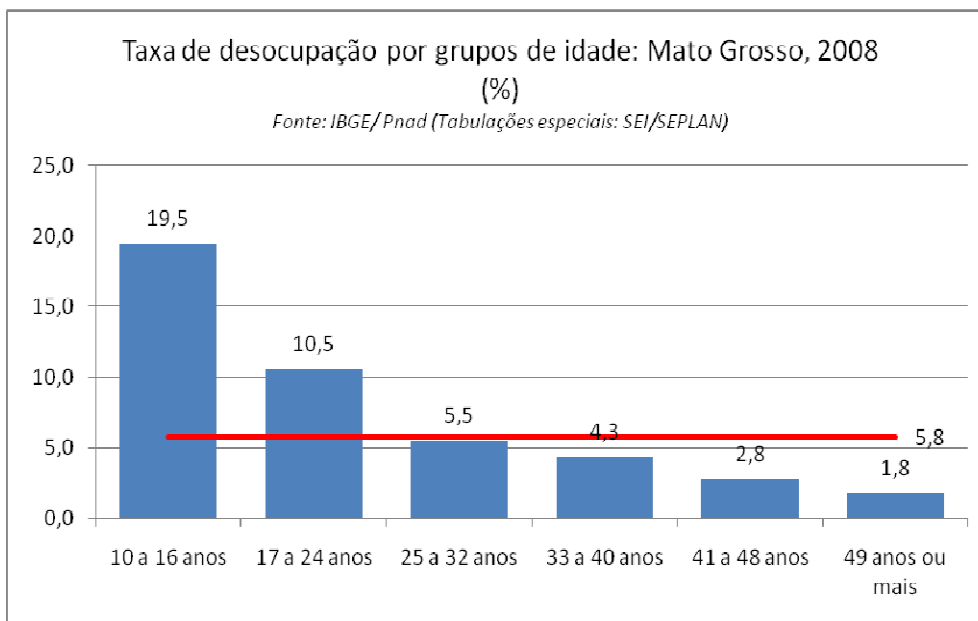
O nível de desocupação encerrou 2008 entre os níveis mais baixos da série 1998 – 2008, segundo dados da Pnad (IBGE). A redução do desemprego em 2008 pode ser atribuída ao provável desempenho econômico daquele ano, a se confirmar com a divulgação do PIB. Entretanto, o desemprego entre as mulheres mostra-se persistentemente maior e superior ao dobro do observado entre os homens. Em 2008 a desocupação alcançava 4,2% dos homens e 8,5% das mulheres (entre homens e mulheres economicamente ativos).



Os dados do mercado de trabalho mostram ainda que o desemprego, embora baixo na média da população, é bastante elevado entre os jovens, chegando a 19,5% na população de 10 a 16 anos e 10,5% no grupo com idade entre 17 e 24 anos. O desejo (ou necessidade) de trabalhar entre os muito jovens pode estar relacionado com os baixos rendimentos familiares e com o atraso ou abandono escolar. Dados da Pnad 2008 indicam que cerca de 234,7 mil pessoas estudam e trabalham em Mato Grosso. Esse número representa 24,7% de todos os estudantes e 15,4% da população total ocupada.



Estado de Mato Grosso



- Carteira de trabalho

Os dados da Pnad mostram que a incidência de carteira de trabalho entre empregados ainda é baixa, mas vem aumentando. Entre 2001 e 2008, a participação dos empregados com carteira aumentou de 41,1% para 52,5% do total de empregados. Excluindo-se os funcionários públicos estatutários e os militares da base de cálculo, a incidência de carteira de trabalho, em 2008, chega a 56,4%.

Os dados mostram que a baixa incidência de carteira de trabalho é particularmente crítica entre trabalhadores domésticos. Essa categoria ocupa cerca de 100,7 mil trabalhadores no Estado, mas apenas 22,2% possuem carteira de trabalho. Nas outras categorias ocupacionais (fora militares e servidores públicos estatutários) a presença de carteira de trabalho chega a 60,9% dos empregados, em 2008 (tabulações especiais feitas pela SEI/SEPLAN).

Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego: Mato Grosso, 2001 a 2008 (%)

Categoria do emprego	Ano							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100	100
Com carteira de trabalho assinada	41,1	44,6	43,6	44,9	48,3	49,04	51,21	52,52
Militares e funcionários públicos estatutários	11,5	13,1	15,4	13,2	13,4	13,15	14,38	13,41
Outros, sem carteira de trabalho assinada	47,4	42,3	41,0	41,9	38,3	37,8	34,41	34,07
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte (IBGE) Tabela 1916 (SIDRA)



Estado de Mato Grosso

**Incidência de carteira de trabalho entre trabalhadores domésticos e outras categorias:
Mato Grosso, 2008**

Categoria	Pessoas ocupadas			%		
	Com carteira	Sem carteira	Total	Com carteira	Sem carteira	Total
Trabalhadores domésticos	22.401	78.387	100.788	22,2%	77,8%	100,0%
Outras categorias (1)	464.591	297.757	762.348	60,9%	39,1%	100,0%
Total	486.992	376.144	863.136	56,4%	43,6%	100,0%

(1) Excluem-se: militares e servidores estatutários; empregadores, conta-própria e dados não classificados.
Fonte: IBGE (Pnad). Tabulações especiais: SEI/SEPLAN

- Rendimento do trabalho: nível e distribuição

O rendimento do trabalho tem apresentado um comportamento bastante instável, como mostram as tabelas a seguir, refletindo os altos e baixos da economia estadual. Houve uma queda pronunciada de 14,1% em 2003 e uma elevação impressionante de 22,5% em 2008, quando o rendimento médio individual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas alcançou a cifra de R\$ 1.080,00. É possível que a alta ocorrida em 2008 só tenha sido superada na ocasião do Plano Cruzado (1986). Vale ressaltar que os dados da Pnad são levantados em setembro, não refletindo os possíveis efeitos da crise internacional que afetou o Brasil no último trimestre de 2008.

**Rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, a preço corrente e constante:
Mato Grosso, 2001 a 2008.**

Ano	Rendimento médio mensal do trabalho		
	Preço corrente R\$	Preço constante (Def. pelo INPC)	Varição real (%)
2001	529	874	-
2002	613	924	5,7
2003	619	794	-14,1
2004	683	827	4,1
2005	706	814	-1,5
2006	798	895	9,9
2007	825	882	-1,5
2008	1.080	1.080	22,5

Fonte: IBGE (Pnad). Elaboração: SEI/ SEPLAN.
Nota: INPC acumulado de setembro a agosto.

**Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de
rendimento mensal de todos os trabalhos: Mato Grosso, 2001 a 2008 (%)**

Classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Ano							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 salário mínimo	3,6	5,6	4,6	2,6	5,0	5,4	5,0	6,7
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	15,2	17,6	17,7	17,8	18,9	20,6	18,3	18,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,8	26,5	27,6	32,1	30,9	32,1	35,5	33,0

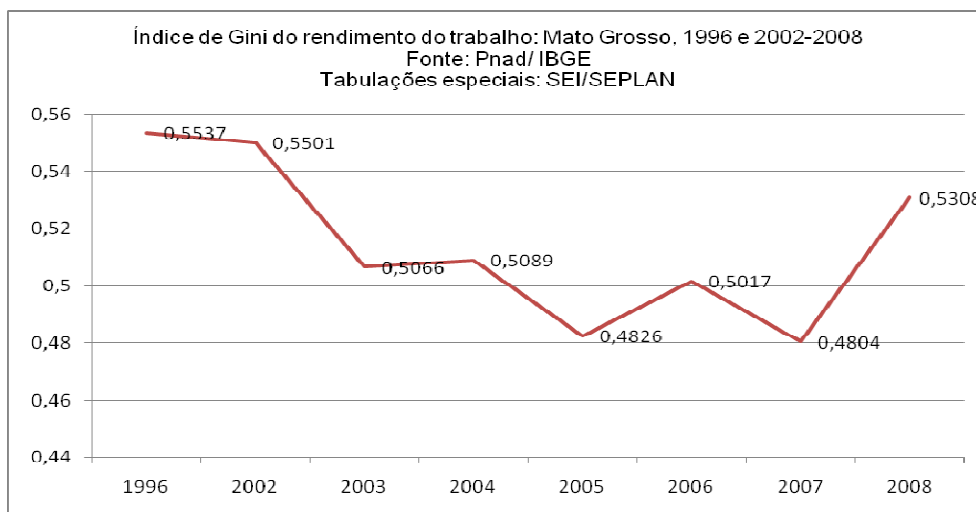


Estado de Mato Grosso

Classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Ano							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,0	14,4	15,1	11,7	11,8	12,8	12,4	12,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10,9	11,0	11,4	12,5	11,1	8,2	9,2	9,8
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7,5	7,4	5,5	6,7	6,1	6,0	5,7	6,0
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3,2	3,2	3,0	2,7	1,9	1,8	2,1	2,5
Mais de 20 salários mínimos	1,4	1,4	1,1	1,0	0,6	0,9	0,7	1,0
Sem rendimento	13,1	12,0	11,9	12,6	13,5	12,1	11,1	8,4
Sem declaração	0,4	0,9	2,1	0,5	0,1	0,1	-	1,7

Fonte: IBGE (Pnad). Tabela 1871 (SIDRA)

A desigualdade do rendimento do trabalho continua elevada, uma característica estrutural da economia brasileira como um todo. Entre 1996 e 2007, o índice de Gini dessa distribuição (em Mato Grosso) oscilou com tendência de redução. Mas, de 2007 a 2008 teve alta superior a 10% (de 0,4804 para 0,5308), revertendo parcialmente a tendência recente.



Outra constatação objeto de contínua atenção para as políticas públicas diz respeito à desigualdade de gênero e étnica no mercado de trabalho. Os dados da Pnad de 2008 mostram que a média salarial das mulheres (2,2 salários-mínimo) é 67% da média dos homens (3,2 salários-mínimo); e a média salarial dos pretos ou pardos (2,1 salários-mínimo) equivale a 54% da média salarial dos brancos (3,8 salários-mínimo).

**População ocupada e rendimento médio do trabalho da população ocupada, segundo o sexo:
Mato Grosso, 2008**

Sexo	População ocupada (1)	Rendimento do trabalho (R\$) (2)	Rendimento médio (R\$) (2)	Rendimento médio (Em Sal. Mín.) (3)
Homens	870.881	1.166.689.133	1.339,7	3,2
Mulheres	495.069	445.223.897	899,3	2,2
Total	1.365.950	1.611.913.030	1.180,1	2,8

(1) Exclusive população sem declaração de rendimento ou com rendimento nulo.

(2) Valores de setembro de 2008

(3) Sal. Mín. set/2008 = R\$ 415,00

Fonte: IBGE (Pnad) Tabulações especiais: SEI/SEPLAN



Estado de Mato Grosso

População ocupada e rendimento médio do trabalho da população ocupada, segundo a cor ou raça: Mato Grosso, 2008

Cor ou raça	População ocupada (1)	Rendimento do trabalho (R\$) (2)	Rendimento médio (R\$) (2)	Rendimento médio (Em Sal. Mín.) (3)
Branca	558.030	890.720.872,0	1.596,2	3,8
Preta	119.723	103.186.493,0	861,9	2,1
Amarela	5.794	12.178.100,0	2.101,8	5,1
Parda	672.746	596.353.745,0	886,4	2,1
Indígena	9.657	9.473.820,0	981,0	2,4
Total	1.365.950	1.611.913.030,0	1.180,1	2,8

(1) Exclusive população sem declaração de rendimento ou com rendimento nulo.

(2) Valores de setembro de 2008

(3) Sal. Mín. set/2008 = R\$ 415,00

Fonte: IBGE (Pnad) Tabulações especiais: SEI/SEPLAN

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 07

“Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Mato Grosso, com valorização da diversidade cultural com respeito aos povos indígenas e sua contribuição para a formação da cultura matogrossense”. As estratégias e indicadores são:

- 1- fomento ao intercâmbio entre as diferentes culturas regionais em Mato Grosso;
- 2- promoção apoio e fomento ao desenvolvimento cultural de Mato Grosso;
- 3- reconhecimento do Patrimônio histórico e cultural.

a) Gastos do Governo com Cultura.

Despesa total com cultura do Governo, segundo Grandes Regiões e Unidades de Federação - 2008

	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Difusão Cultural	Demais Subfunções	Totais	
BRASIL	155.649.818,84	1.085.280.530,67	533.681.800,43	1.774.612.149,94	
Centro Oeste				143.551.187,10	8,10%
Mato Grosso Sul	-	9.134.937,90	-	9.134.937,90	
Mato Grosso	897.712,03	8.811.989,33	4.752.698,76	14.462.400,12	
Goiás	5.213.369,10	7.344.509,79	10.941.681,11	23.499.560,00	
Distrito Federal	20.589,60	55.695.629,08	40.738.070,40	96.454.289,08	

Fonte: STN

O Patrimônio Histórico de Mato Grosso vem sendo revitalizado por várias ações lideradas pelo governo de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Cultura, em parcerias.

Imóveis que contam a história coletiva dos povos, como igrejas e museus são alvos de projetos em várias cidades como Vila Bela de Santíssima Trindade, Diamantino, Rosário Oeste, Cáceres e Poxoréu. É o Projeto Estadual de Recuperação e Revitalização do Patrimônio Histórico de Mato Grosso.



Estado de Mato Grosso

A finalidade destas ações, estando entre as prioridades do governo, é a de devolver para a sociedade bens que se não forem resgatados o mais breve possível logo serão apenas lembranças nas memórias dos mais velhos.

As igrejas Nossa Senhora do Bom Despacho e Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e o Palácio da Instrução são exemplos de ações lideradas pela Secretaria de Estado de Cultura, com o total apoio da comunidade e de empresas comprometidas com o setor.

A Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho foi reinaugurada no dia 30 de agosto de 2004. A recuperação de um dos principais cartões postais de Mato Grosso foi uma das prioridades do governador Blairo Maggi assim que assumiu o comando do Estado. Por seu intermédio, o Banco do Brasil destinou R\$ 715 mil nas obras da Igreja. A Secretaria de Estado de Cultura acompanhou a parceria em todas as etapas de recuperação do prédio.

Palácio da Instrução foi reinaugurado no dia 06 de dezembro de 2004. O projeto, considerado a maior obra de recuperação feita até hoje no Estado, demandou investimento de cerca de R\$ 1,8 milhão, oriundo de parceria com a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão. No local funciona a Biblioteca Estadual Estevão de Mendonça e o Conselho Estadual de Cultura.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi recuperada com recursos da comunidade, da Monsato e da Petrobrás. O Iphan - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Governo do Estado de Mato Grosso também apoiaram a iniciativa.

Outro projeto de recuperação é o da Igreja Senhor dos Passos. Orçado em R\$ 396 mil, foi custeado pelos governos federal e estadual. A Igreja foi a primeira obra-escola em restauro no Estado. O objetivo é que os profissionais envolvidos sejam da comunidade e que recebam orientação suficiente para que desempenhem demais trabalhos necessários neste campo em Mato Grosso.

O prédio do antigo Tesouro do Estado foi recuperado e entregue em novembro de 2006. Atualmente, abriga o Museu Histórico de Mato Grosso. Para a recuperação e instalação do prédio foram investidos cerca de R\$ 500 mil, pagos pelo Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, com apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O Seminário da Conceição (sede do Museu de Arte Sacra), Ponte de Ferro do Coxipó, e o Cine Teatro Cuiabá foram recuperados e entregues à população em 2009.

Com mais uma dezena de projetos, o governo aplica efetivamente o Programa de Revitalização do Patrimônio de Mato Grosso.

A coordenadoria de preservação do patrimônio Histórico e cultural tem como atribuição executar a política de preservação, conservação e proteção legal dos bens culturais, como edificações, sítios históricos e arqueológicos, museus, bibliotecas, bens móveis e imóveis, áreas de paisagem cultural, elaboração de projetos junto ao Ministério da Cultura e, em outros órgãos.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 08

“Conservação do meio ambiente e da biodiversidade (preservação e manutenção) uso e manejo sustentável dos recursos naturais (solo, água, minerais e bióticos em áreas de conservação) com diminuição das pressões antrópicas especialmente sobre floresta.” As estratégias e indicadores são:

- 1- fomento e disciplinamento do uso sustentável dos recursos naturais de Mato grosso;
- 2- promoção da educação ambiental formal e não formal;
- 3- manutenção e controle das unidades de conservação;
- 4- promoção do uso e manejo sustentável dos solos e águas em bacias hidrográficas.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT tem por missão “Garantir a conservação e preservação dos recursos naturais visando ordenar seu uso e promover o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental”. Neste contexto, atua diretamente no controle dos



Estado de Mato Grosso

desmatamentos e queimadas, na proteção das unidades de conservação estaduais e no monitoramento da ocupação e uso do solo. Visando o cumprimento de seu objetivo estratégico e de sua missão enquanto órgão público, a SEMA realizou as principais atividades listadas abaixo, segundo os indicadores estratégicos acima mencionados.

Disciplinamento do Uso Sustentável dos Recursos Naturais: Gestão Florestal

	2006	2007	2008	2009	Total	Medidas
Licença Ambiental Única	376	285	438	285	1.384	Un(s)
Termos de Retificação de Averbação de Reserva legal	446	336	483	259	1.524	Un(s)
Autorização para Exploração Florestal (Autex - PMFS)	170	160	341	42	713	Un(s)
Plano de Exploração Florestal	189	133	77	39	438	Un(s)
Autorização de Desmatamento	03	16	13	11	43	Un(s)
Análises do Meio Digital e Analógico de mapas		2.882	5.169	3.815	11.866	Un(s)
Áreas requeridas para crédito de reposição florestal	9.777,63	9.018,00	14.493,29	2.263,15	35.552,07	Hec(s)
Áreas autorizadas para crédito de reposição florestal	9.202,97	6.602,37	10.969,02	1.358,09	28.132,45	Hec(s)
Plano de Corte requerido			6.783,00	2.588,05	9.371,05	Hec(s)
Plano de Corte Autorizado			3.944,74	2.503	6.447,74	Hec(s)
Liberações de Reposição Florestal (Reflorestamento)	2.518.981,94	3.076.227,07	1.645.904,63	1.725.484,14	8.966.597,78	m ³
Liberações de Reposição Florestal Autorizadas (Reflorestamento)	1.430,00	4.615,00	2.091,00	1.273,00	9.409,00	Un(s)
Emissões de termos de Responsabilidade de Vinculação e Manutenção de Floresta Plantada - TVRF	29	27	25	06	87	Un(s)

Disciplinamento do Uso Sustentável dos Recursos Naturais:

- **Empreendimentos licenciados no Estado**

- Licenças emitidas durante o ano de 2009:

- * Licença Prévia: 1.161

- * Licença de Instalação: 1.083

- * Licença de Operação: 1.829

- **Educação Ambiental**

- Realização do seminário “Desafios Atuais: Mudanças Climáticas e Descentralização da Gestão Ambiental, durante a Semana do Meio Ambiente que tiveram como ações resultantes

- Entrega de carta de intenções ao Governo do Estado contendo as deliberações ambientais nos temas abordados durante a Semana do Meio Ambiente.

- Assinatura do termo de cooperação técnica com Instituto Ação Verde, com objetivo de realizar o diagnóstico sócio econômico ambiental das comunidades ribeirinhas do Rio Cuiabá

- Assinatura de termo de intenção com assembleia legislativa para revisão e regulamentação da Lei 7888/2003;



Estado de Mato Grosso

- Assinatura de termo de cooperação para descentralização da gestão ambiental em atividades de baixo impacto com municípios de Lucas do Rio Verde, Campo Verde, Cuiabá, Primavera do Leste e Sorriso.
- Elaboração de Planos de Enfrentamento de Problemas Ambientais nos municípios, Tapurah, Nova Uiratã, Conquista D' Oeste e Campo Verde como ação resultante do curso "Básico de Meio Ambiente e Educação Ambiental: Um Diálogo Inicial – 2009"
- Realização do Fórum "Impactos ambientais e Táticas da Educação Ambiental" para elaboração do Programa de Educação Ambiental da SEMA
- Realização de trabalhos com comunidades biorregionais de Valo Verde e Faval em parceria com MT Regional, SEDUC e poder público municipal no enfrentamento de problemas ambientais e sociais que tiveram como ações resultantes início do processo de regularização fundiária da comunidade Valo Verde pelo INTERMAT, criação da Associação de Pequenos Produtores rurais de Valo Verde
- A Educação Ambiental da SEMA, assume durante Programa do governo federal Mutirão Arco Verde Terra Legal, o compromisso de capacitação e formação de Educadores Ambientais para contribuir na criação dos conselhos municipais de meio ambiente nos municípios, Alta Floresta, Peixoto de Azevedo, Feliz Natal, Nova Uiratã, Marcelândia, Vila Rica, Confresa, São Félix do Araguaia, Querência, Gaúcha do Norte, Nova Maringá, Portos dos Gaúchos Juara, Brasnorte, Juara, Juína, Aripuanã, Colniza, Cotriguaçu e Nova Bandeirantes envolvidos no Mutirão.

• **Manutenção e Controle das Unidades de Conservação**

Tabela I - Distribuição das áreas protegidas do Estado de Mato Grosso-2010.

Tipos de Unidades	Área (ha)	Proporção do Estado (%)
Unidades de Conservação Municipais	695.397,30	0,76
Unidades de Conservação Estaduais	2.934.070,21	3,23
Unidades de Conservação Federais	2.028.557,85	2,24
Áreas Indígenas	13.447.043,80	14,91
Área total protegida	5.658.025,36	6,23
Área total do estado	90.680.600,00	100,00

Fonte SEMA / CUCO – MT.

Tabela II - Distribuição das unidades de conservação pelos biomas de Mato Grosso-2010.

Biomass no Estado de Mato Grosso	Área dos Biomas no Estado (ha)	Relação entre as áreas dos biomas e do Estado (%)	Áreas das UC's nos Biomas (Ha)	Relação entre as áreas das UC's e dos Biomas (%)
Floresta Amazônica	49.053.882,81	54,10	2.732.424,30	5,57
Cerrado	36.326.680,81	40,06	2.427.287,80	6,68
Pantanal	4.938.865,40	5,45	498.312,88	9,88
TOTAL	90.680.600,00	100,00	5.658.024,90	100,00

Fonte: SEMA / CUCO – MT.

- Criação dos cargos de Gerente das Unidades de Conservação (21 cargos).
- Priorização das ações relativas à elaboração e aprovação de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais. Tínhamos apenas um plano de manejo aprovado (Parque estadual da Serra Azul). No ultimo ano foram aprovados seis Planos de Manejos (Parque Estadual Igarapés do Juruena; Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul; Estrada Parque Estadual Rodovia MT - 040/361- trecho Santo Antônio de Leverger- Porto de Fora – Barão de Melgaço; Parque Estadual do Araguaia; Parque Estadual Serra de Santa Bárbara e da Reserva Ecológica de Apiacás.
- Criação de página na internet para a disponibilização de informações sobre as unidades de conservação estaduais e do ICMS Ecológico (Atualmente é possível obter informações sobre a localização,



Estado de Mato Grosso

legislação de todas as unidades de conservação estaduais pela internet, além de acessar as memórias de cálculo do ICMS Ecológico por município <<http://www.sema.mt.gov.br/cuco>>).

- Foram realizadas análises de imagens para decisões administrativas em processos de autos de infração, tendo sido analisados 405 (quatrocentos e cinco) processos que deram origem a 405 (quatrocentos e cinco) pareceres técnicos com delimitação da área impactada e, quando possível, identificação do responsável pelo dano.

- **Fiscalização em Unidades de Conservação**

- De janeiro a novembro foram realizadas ações de fiscalização no Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, Parque Estadual das Águas Quentes, Parque Estadual Encontro das Águas, Parque Estadual Cristalino, Parque Estadual do Araguaia, Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, APA Cabeceiras do Rio Cuiabá, APA Chapada dos Guimarães, Parque Estadual Dom Ozório Stoffel, Monumento Natural Morro de Santo Antônio, APA Salto Magessi, Parque Estadual Igarapés do Juruena e Estação Ecológica do Rio Ronuro, tendo sido emitidos 20 autos de infração, 30 autos de inspeção, 15 notificações, 02 termos de embargo e 07 termos de apreensão.

- **Fiscalização da Pesca**

- De janeiro a novembro de 2009 foram realizadas 168 operações de fiscalização, tendo sido emitidos 334 autos de inspeção, 224 recibos de doação, 43 notificações, 393 termos de apreensão e 208 autos de infração, totalizando R\$ 2.420.056,45 em multas. Foram apreendidos 14.307,10 quilos de pescado, 761 redes, 165 tarrafas, 4.724 anzóis, 420 espinhéis, 77 canoas, 69 molinetes, 43 varas de pesca, 34 remos, 25 freezers, 11 caixas de isopor, 08 veículos, 01 moto, 16 motores de popa, 08 motores rabeta, 47 armas de fogo, 11 barcos, 52 cartuchos de arma e 25 carteiras de pescador profissional.

- **Fiscalização de Caça e Tráfico de Animais Silvestres**

- Durante os onze primeiros meses de 2009 foram realizadas 47 operações de fiscalização específicas para caça e tráfico de animais silvestres, tendo sido apreendidos 311 animais e 82,100 kg de carne de caça, resultando na emissão de 11 autos de infração, 11 termos de apreensão, 07 termos de soltura e 04 recibos de doação. Convém salientar que durante as ações de fiscalização de pesca também são fiscalizadas a caça e o tráfico de animais silvestres.

- **Fiscalização de Empreendimentos**

- De janeiro a outubro de 2009 foram emitidos 382 autos de inspeção, 286 notificações, 05 termos de apreensão, 103 termos de embargo e 168 autos de infração, totalizando R\$25.003.400,00 em multas. Convém salientar que as fiscalizações realizadas pela ação 4082 (fiscalização das atividades poluidoras) estão diretamente relacionadas com as ações 4083 (fiscalização em áreas de disposição de resíduos sólidos e empreendimentos) e 2357 (fiscalização de empreendimentos usuários de água). Ou seja, a produtividade mensurada relativa à ação 4082, em determinadas situações, engloba as fiscalizações realizadas nas ações 4083 e 2357.

- **Monitoramento da qualidade e quantidade de água**

- Contratação de empresa especializada para realizar coletas de amostras de água.
- Elaboração de Projeto para implantação de uma rede de Monitoramento de Qualidade da Água subterrânea na Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço/Vermelho;
- Escolha dos pontos de monitoramento de águas subterrâneas da bacia do Rio São Lourenço/Vermelho.
- Atualização do Site da SEMA com informações sobre recursos hídricos (CEHIDRO, Outorga e Plano Estadual de Recursos Hídricos);
- Aquisição de estações hidrométricas automáticas e telemétricas, sua instalação e operação.
- Realização da campanha da balneabilidade de praias em 23 locais utilizados para banho e recreação, na Região Hidrográfica do Paraguai.
- Confecção e instalação de placas indicativas para balneabilidade.
- Monitoramento da Rede Hidrológica Básica da SEMA de 73 estações, nas seguintes sub-bacias: Rio Paraguai, Rio Cuiabá, Rio São Lourenço, Rio Teles Pires, Rio Juruena, Rio das Mortes, Rio das Garças, Rio Araguaia, Rio Guaporé e Rio Arinos.
- Atendimento a solicitações de amostragens e análises do Ministério Público, POLITEC, Secretaria de Estado de Saúde, JUVAM, Universidade Federal de Mato Grosso, outras Superintendências da SEMA e Diretorias de Unidades Desconcentradas da SEMA.
- Confecção do relatório de Balneabilidade - 2009.



Estado de Mato Grosso

- **Instrumentalização da Gestão de Recursos Hídricos**

- Publicação do “Plano Estadual de Recursos Hídricos”.
- Publicação do “Conjunto de Normas Legais Sobre Recursos Hídricos de Mato Grosso”.
- Publicação do Livro Governança Pública das Águas. (Em parceria com o Fórum Nacional de Órgãos Gestores das Águas).
- Sistematização de dados sobre recursos hídricos dos processos de Licenciamento Ambiental para o Cadastro do SIMLAM.
- Implantação do sistema computacional de apoio a tomada de decisão sobre Outorga de água (captação e diluição).
- Foram protocolados 73 pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos, foram emitidas 42 outorgas, 06 cadastros de outorga e 04 Declaração de reversa de disponibilidade hídrica.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 09

Visando o alcance do **OBJETIVO ESTRATÉGICO 9**, de “*Redução do ritmo de desmatamento e recuperação do passivo ambiental e das áreas degradadas dos biomas de Mato Grosso*”, a SEMA dentro do contexto de suas de monitoramento da cobertura vegetal do Estado, de fiscalização florestal e projetos pilotos de recuperação de áreas degradadas, teve como principais produtos obtidos no ano de 2009, as atividades abaixo listadas:

- **Monitoramento da Cobertura Vegetal:**

- No ano de 2009, foram mapeadas as áreas atingidas por queimadas em 2008, foram processadas 58 imagens do satélite Landsat 5 e 7 imagens do satélite CBERS_2B, com período de passagem compreendido entre julho e outubro de 2008, localizadas onde houve maior incidência dos dados de focos de calor fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- Foram realizadas a dinâmica de queimada e auditoria visual no software ArcGis 9.2, que resultou na quantificação das áreas queimadas por município, resultando em 1.484.500,00 hectares queimados no período de julho a outubro de 2008 em 91 municípios, sendo que a maior ocorrência de queimada se deu na região nordeste do Estado, conforme demonstrado na figura 3. Cabe ressaltar que a maioria dos municípios indicados no mapa abaixo com área queimada zero é em função de que sua a área não foi imageada, portanto a área queimada não foi quantificada.

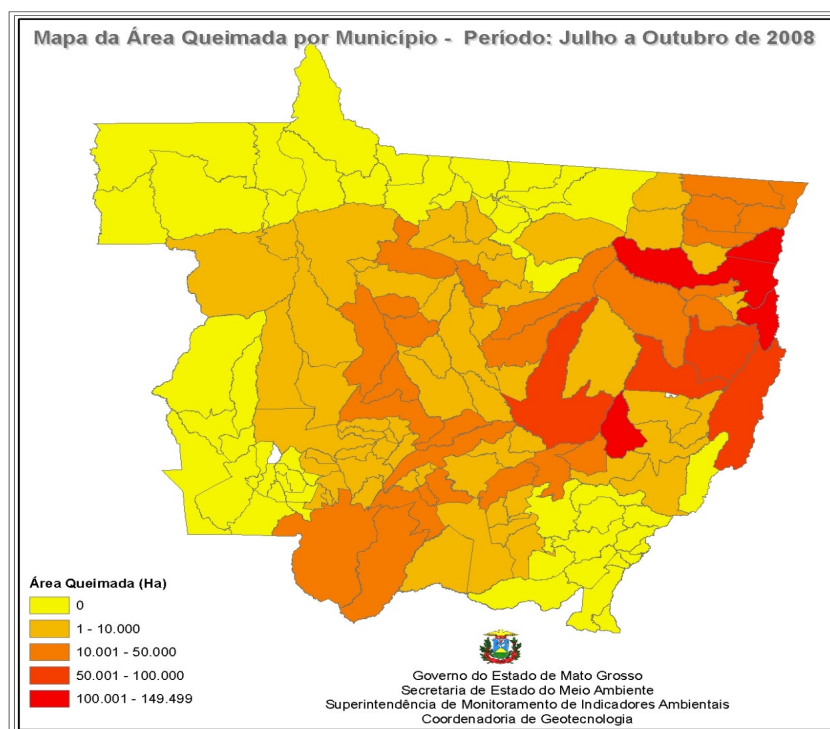


Figura 3 – Área queimada por município durante o período de julho a outubro de 2008.



Estado de Mato Grosso

- Foi constatado que, assim como nos municípios, as Unidades de Conservação situadas na região nordeste do Estado ocorreram as maiores queimadas, onde só no Parque Estadual do Araguaia foram queimados 106.514,93 há, e o total do estado foi de 166.085,12 há, conforme ilustrado na figura 5.

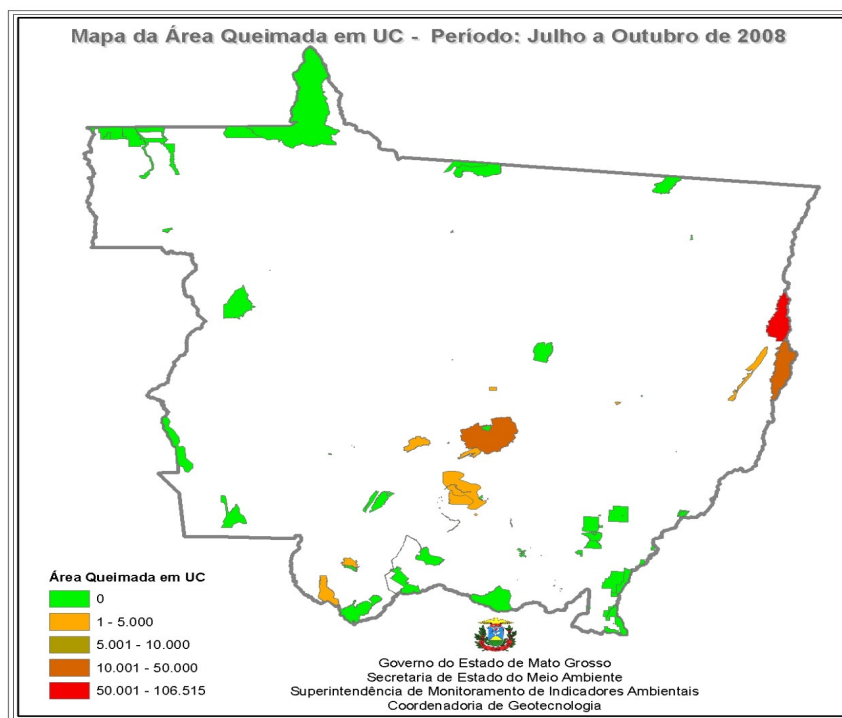


Figura 5 – Área queimada em Unidades de Conservação.

- Foram quantificados 351.229,47 hectares queimados no período de julho a outubro de 2008 em 23 das 72 terras indígenas situadas no estado, sendo 117.507,11 há queimados na terra indígena Parabubure e 80.529,27 há na terra indígena Marechal Rondon, conforme demonstrado na figura 6.

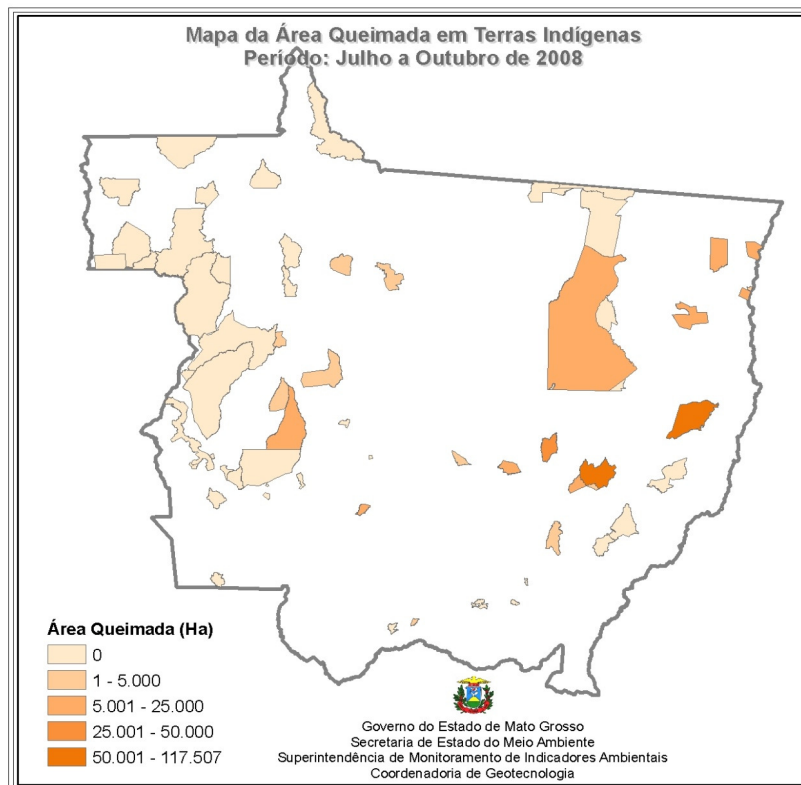


Figura 6 – Área queimada em Terras Indígenas.



Estado de Mato Grosso

- O Cerrado foi o Bioma onde se constatou a maior área queimada, totalizando 1.111.537,49 há, na Amazônia 306.518,88 há e no pantanal 66.444,38 há, conforme ilustrado na figura 7.

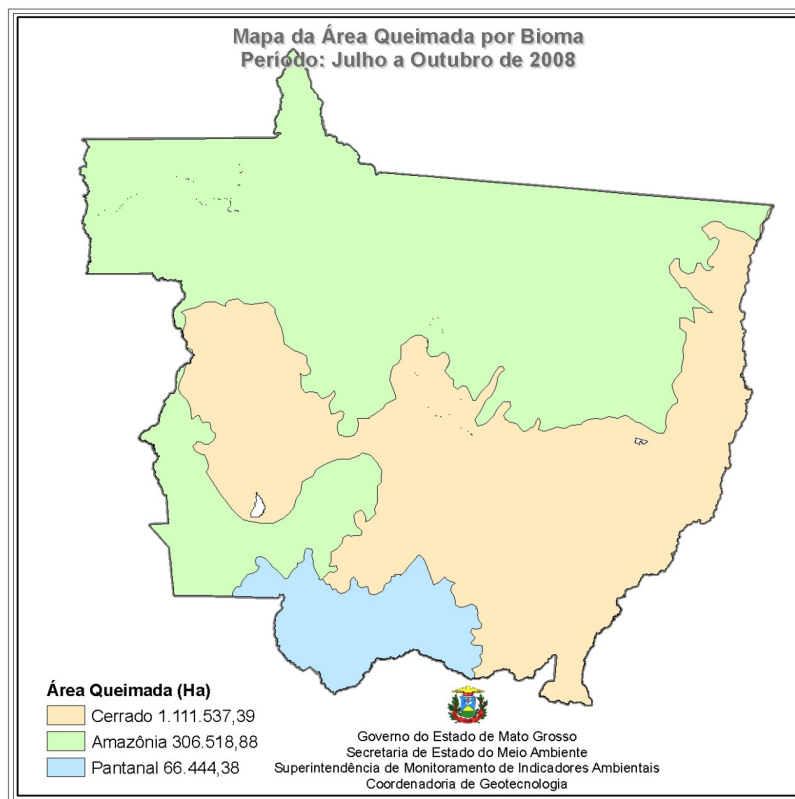


Figura 7 – Área queimada por Bioma.

- Foi constatado que em áreas indígenas foram queimados 351.229,48 há, 262.651,31 há em propriedades cadastradas na SEMA, 166.085,13 há em Unidades de Conservação, 106.005,20 há em Assentamentos e 69.570,22 há em áreas de reserva legal, conforme demonstrado na figura 8.

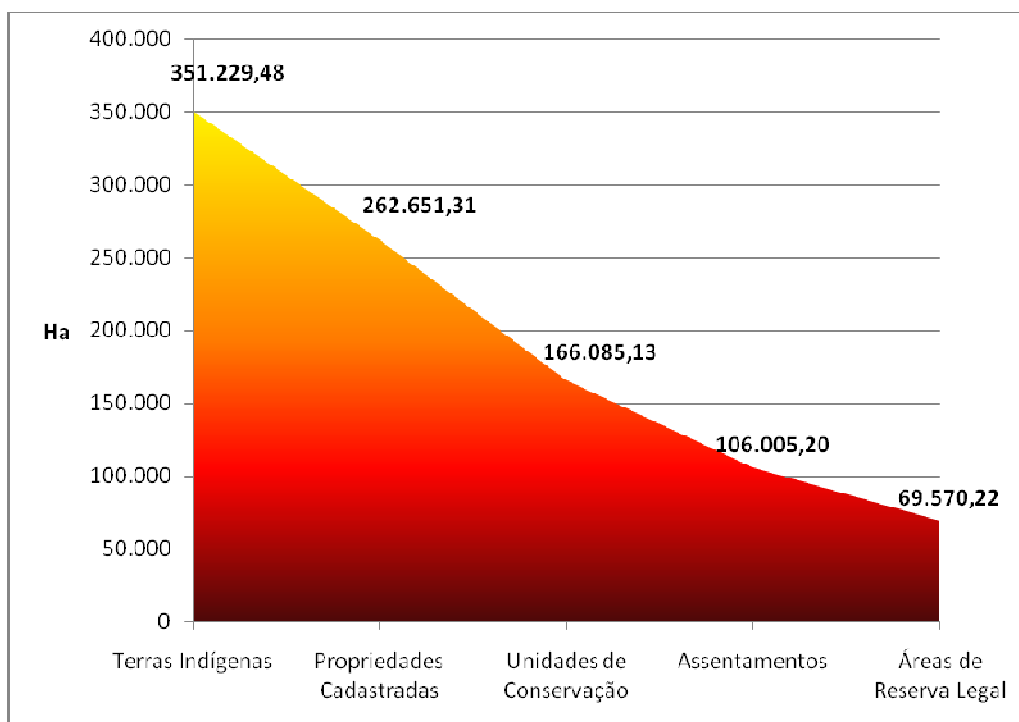


Figura 8 – Área queimada.



Estado de Mato Grosso

- Nas Unidades de Conservação foram queimados 3,05% do total de sua área, nos assentamentos o percentual foi de 2,91%, nas terras indígenas foi de 2,57% e nas propriedades cadastradas na SEMA foi de 1,21%, conforme demonstrado na figura 9.

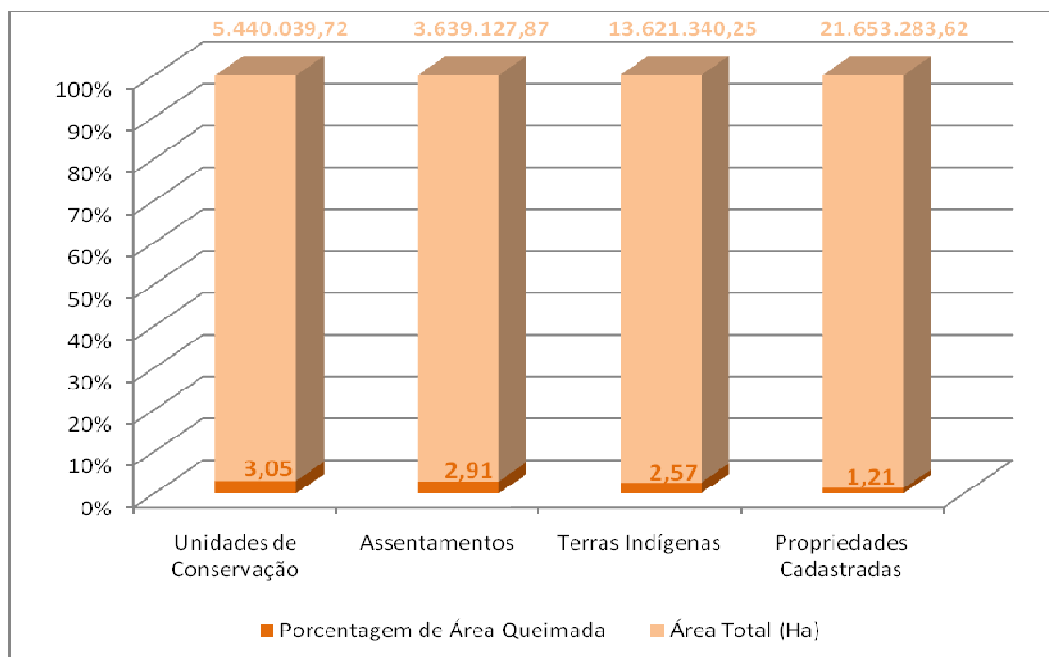


Figura 9 – Porcentagem de área queimada.

- Com os dados obtidos a partir do cruzamento das áreas queimadas com o cadastro de propriedades rurais desta Secretaria foram gerados 88 (oitenta e oito) pareceres técnicos e 12 (doze) cartas imagem que foram encaminhados ao setor de fiscalização para autuação dos responsáveis pelo ilícito.

- Foram confeccionadas ao todo 125 cartas imagens com polígonos de desmatamento em repasses mensais à Superintendência de Fiscalização para a emissão de autos de infração.

- Capacitação dos analistas de imagem em software específico para análises complexas gerando produtos específicos para a confecção de indicadores ambientais e insumos para a fiscalização ambiental, principalmente com relação à detecção e quantificação de áreas queimadas e desmatadas.

- Elaboração do Plano Estadual de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do MT (PPCDMT), realizado em estreita articulação com as diretrizes e programas do Governo Federal, em particular com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

- Contratação de serviços de terceiros para o Processamento digital de Imagens Landsat 5 e SPOT 5, interpretação, quantificação, plotagem dos desmatamentos ocorridos no Estado de Mato Grosso nos anos de 2008 e 2009 bem como inserção deste produto na base de dados do SLAPR e do Sistema Compartilhado de Fiscalização Ambiental.

• Fiscalização

- De janeiro a novembro de 2009 foram realizadas ações de **fiscalização de desmatamento** que resultaram na emissão de 842 autos de infração, tendo sido fiscalizados 55.400,3756 hectares de *áreas desmatadas em reservas legais*, 78.770,3891 hectares de *áreas passíveis de exploração* e 11.347,3147 hectares de áreas desmatadas em *áreas de preservação permanente*, resultando na aplicação de R\$ 363.388.005,41 em multas.

- No mesmo período foram emitidos 79 autos de infração referentes à *exploração seletiva* de 90.261,551 m³ de madeira, em área total de 18.817,6947 hectares, sem autorização da SEMA, totalizando R\$49.616.096,34 em multas. Foram emitidos ainda 444 autos de infração por irregularidades relativas à apresentação do licenciamento ambiental único (LAU), que totalizaram R\$ 75.354.010,99 em multas.

- Durante os primeiros onze meses de 2009 foram emitidos 355 autos de infração, referentes à **fiscalização de queimadas** de 115.496,6287 hectares de área queimada, sendo 46.473,0657 hectares em áreas agropastoris, 22.500,7406 hectares em áreas passíveis de exploração, 12.501,58 hectares em áreas de preservação permanente, 27.071,7888 hectares em áreas de vegetação nativa e 6.949,4536 hectares em áreas de reserva legal, resultando na aplicação de R\$ 442.867.452,45 em multas.



Estado de Mato Grosso

- De janeiro à novembro de 2009 foram realizadas ações de **fiscalização produtos e subprodutos da floresta**, em caminhões que resultaram na emissão de 100 autos de infração, referentes à apreensão de 3.260,7947 m³ de madeira, totalizando R\$ 907.102,37 em multas. No mesmo período, em ações de fiscalização realizadas em madeiras, foram emitidos 156 autos de infração, referentes à apreensão de 21.564,5373 m³ de madeira, resultando na aplicação de R\$6.340.411,58 em multas.

- **Recuperação de Áreas Degradadas**

- Identificação, mapeamento e quantificação das matas ciliares e áreas de reserva legal degradadas para todo o estado e daquelas degradadas por mineração nos municípios de Nova Marilândia e Poconé e por erosão em Araputanga e Reserva do Cabaçal. Para avaliação das áreas degradadas por mineração e por erosão foram adquiridas imagens de alta resolução, que possibilitam análises precisas da extensão da degradação e consequentemente na definição das alternativas mais adequadas à sua recuperação.

- Desenvolvimento dos projetos de recuperação de áreas degradadas por mineração, em Nova Marilândia, e de mata ciliar, em Campos de Júlio. O primeiro é de grande importância por servir de referência na recuperação de áreas de garimpo e o segundo pela demonstração da possibilidade de recuperação de propriedades rurais com técnicas de baixo custo.

- Implementação da primeira fase do SIGAD-MT, um sistema que possibilitará aos técnicos da SEMA-MT. A realização de uma melhor gestão das áreas degradadas no estado.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

“Democratização e aumento de eficiência da gestão pública do Estado e dos municípios e da excelência dos serviços públicos prestados à sociedade, com base na melhoria da estrutura do Estado e do controle sistemático dos recursos governamentais.”

As estratégias e indicadores são:

- 1- intensificação ao combate à corrupção nos serviços públicos
- 2- implantação do modelo de gestão apoiado na definição, consecução e avaliação de metas e indicadores;
- 3- profissionalização da gestão pública do Estado;
- 4- promoção da participação da sociedade na gestão pública e ampliação da transparência da gestão pública.

a) Equilíbrio fiscal – Relação entre o total da despesa orçamentária e o total da receita orçamentária realizadas no exercício.

Tabela I – Evolução da Relação entre Receita e despesa em Mato Grosso

Ano	2003	2004	2005	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Índice	1,009	0,998	1,004	0,998	1,004	1,0192	0,99	0,99	1,056

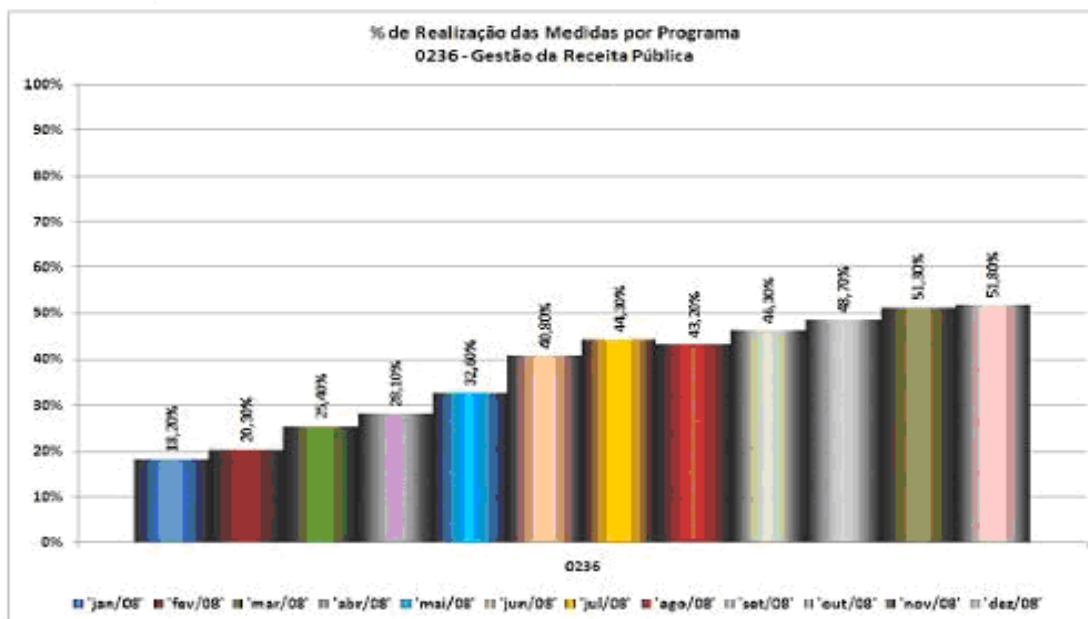
Fonte: Balanços Gerais do Estado (2003-2009)

b) Eficácia tributária – Comparação entre o ICMS efetivo (realizado) no exercício e o estimado por setor ou cadeia produtiva com base no crescimento da sua produção/consumo/faturamento, a variação de preços pelo IGP – DI, a alíquota média, subtraindo as renúncias e créditos e a evasão estimada.



Estado de Mato Grosso

Percentual de Realização dos Projetos/Atividades (0236) – Realização da receita pública – jan-dez/ 2008.



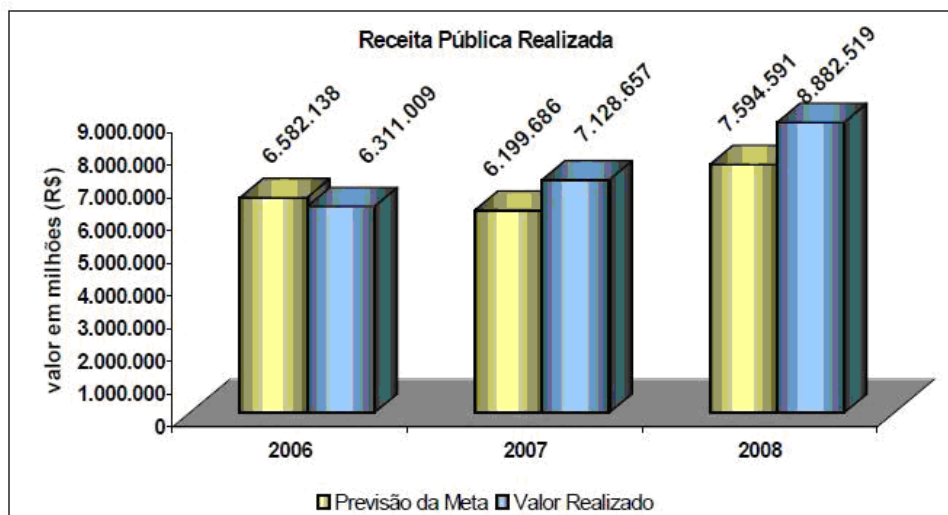
O Programa 0236 – Gestão da Receita Pública teve uma realização crescente no período jan-dez/2008, fechando em 51,80%

Tabela II - Evolução da Eficácia Tributária em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Eficácia Tributária	63,00%	63,00%	63,00%	64,00%	67,00%	69,70%	67,20%	68,80%	69,90%

Fonte: SEFAZ – MT.

Receita Pública Realizada - 2008



Fonte: SIDIR-Relatório de Receita Diária Acumulada APEA/SARP/SEFAZ-MT

Evolução da Receita Pública Total projetada em relação à realizada no período de 2008.



Estado de Mato Grosso

c) Previsão e realização de receita orçamentária (Receita total realizada/receita total orçada).

Tabela III – Evolução da realização da receita prevista em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita realizada	103,70%	111,00%	114,98%	114,54%	103,34%	91,01%	114,87%	117,43%	113,36%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

d) Resultado primário - Diferença entre o total da receita fiscal e da despesa fiscal (excluindo o serviço da dívida) em relação ao total da receita corrente líquida estadual.

Tabela IV – Evolução do Resultado Primário em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Resultado Primário	14,68%	15,88%	14,47%	13,57%	14,11%	10,15%	10,50%	12,68%	1,86%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

e) Juros líquidos da dívida pública estadual - Total da despesa com os juros da dívida pública (contratual e fundada) / total da receita corrente líquida estadual.

Tabela V – Evolução dos juros líquidos da dívida pública estadual em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Juros da dívida	8,50%	9,77%	7,84%	6,29%	7,41%	8,33%	7,87%	6,79%	7,32%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

f) Resultado nominal - Diferença entre o resultado primário e os juros da dívida/total da receita corrente líquida estadual. É o valor restante para amortização do principal da dívida, impedindo seu crescimento exponencial ao pagar apenas os juros.

Tabela VI – Evolução do Resultado nominal em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Resultado Nominal	6,18%	6,11%	6,63%	7,28%	6,70%	1,82%	10,16%	5,89%	-5,46%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

g) Amortização do principal da dívida pública estadual - Relação entre o total da despesa com amortização do principal da dívida pública em todos os contratos e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela VII – Evolução dos gastos com amortização da dívida pública em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Gastos com amortização da dívida	5,21%	4,47%	7,65%	8,48%	8,70%	6,05%	5,44%	4,63%	5,42%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)



Estado de Mato Grosso

h) Resultado operacional – Relação ente o superávit gerado após o pagamento de todas as despesas financeiras e não-financeiras e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela VIII – Evolução do resultado operacional em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Resultado Operacional	0,97%	1,64%	1,45%	1,20%	1,99%	4,23%	15,71%	12,68%	1,86%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

i) Despesas com pessoal – Relação entre o total da despesa com pessoal dos três poderes do Estado, incluindo servidores efetivos, comissionados, em estágio probatório, interinos, temporários, estagiários e terceirizados, inativos e pensionistas estaduais e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela IX – Evolução da relação entre as despesas de pessoal e a receita corrente líquida em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Despesas com pessoal	50,35%	51,05%	53,45%	47,12%	50,59%	54,43%	56,46%	45,10%	48,81%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

j) Serviço da dívida – Relação entre o valor total pago pelo Estado a título de juros, encargos e a amortização da dívida pública e o total da receita corrente líquida estadual.

Tabela X – Evolução dos serviços da dívida em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Serviço da dívida	3,71%	14,24%	15,62%	14,77%	16,11%	14,38%	13,30%	11,42%	12,73%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

k) Montante da dívida fundada - Relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a Receita Corrente Líquida anual, que deve situar-se em 2 segundo a resolução 40 de 09/04/2001 do Senado federal. Os valores apresentados aqui se referem à dívida fundada ou contratual nos respectivos anos.

Tabela XI – Evolução da dívida fundada em Mato Grosso

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida fundada	2,39	2,42	2,15	1,56	1,34	1,00	0,74	0,70	0,68

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

l) Renúncia fiscal estimada - total de receita de ICMS que o Estado deixa de recolher pela concessão de incentivos a setores específicos da economia ou cadeias produtivas (programas de incentivo, crédito outorgado, isenções, alíquota zero, crédito presumido, redução da base de cálculo) como instrumento de política econômica.



Estado de Mato Grosso

Tabela XII – Evolução da renúncia fiscal em Mato Grosso (milhões de Reais)

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Renúncia fiscal	368,00	579,00	738,00	885,00	863,00	746,00	685,00	1.083,00	1.138,00

Fonte: SEFAZ - MT

m) Participação da renúncia fiscal estimada na receita tributária estadual – Relação entre o total de renúncia fiscal estimada pelos incentivos concedidos por setor e o total da receita de ICMS estadual.

Tabela XIII – Evolução da relação entre a renúncia fiscal e a receita de ICMS em Mato Grosso.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Relação entre renúncia e receita de ICMS	27,00%	31,00%	31,00%	35,00%	26,00%	23,00%	20,42%	30,51%	26,62%

Fontes: Balanços Gerais do Estado (2001-2009).

n) Autonomia tributária do Estado - Relação receita tributária do Estado e o total da receita estadual.

Tabela XIV – Evolução da autonomia tributária em Mato Grosso.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Autonomia Tributária	53,07%	63,76%	65,84%	66,63%	63,94%	63,20%	57,99%	55,12%	58,77%

Fonte: Balanços Gerais do Estado (2001-2009)

o) Despesa de investimento – Relação entre as despesas de investimento e a receita corrente líquida.

Tabela XV - Evolução da relação entre os investimentos e a receita corrente líquida em Mato Grosso (valores correntes em milhões e reais).

Ano / Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Investimentos	200	250	311	484	605	546	567	845	1.172
Receita Corrente Líquida	2.100	2.513	2.274	2.831	3.407	3.746	4.882	6.182	6.467
Percentual de Participação	9,52	9,95	13,68	17,10	17,76	14,58	11,61	13,67	18,12

Fonte: Balanço Geral do Estado (2001-2009)

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

“Ampliação da infra-estrutura econômica e da competitividade da economia mato-grossense”, com as seguintes estratégias e indicadores:



Estado de Mato Grosso

- 1- expansão e recuperação da malha rodoviária do Estado (Estradeiro);
- 2- articulação com o governo federal para a recuperação e ampliação do sistema multimodal de transportes;
- 3- articulação com o governo federal para o aumento da produção e distribuição de energia elétrica;
- 4- estímulo à diversificação das fontes de energia;

a) Participação de Mato Grosso na formação do PIB do Brasil e do Centro-Oeste;

Tabela I – Evolução da participação de Mato Grosso na composição do PIB do Centro Oeste e do Brasil.

ANO	PIB MT/PIB BR (%)	PIB MT/PIB CO (%)
2003	1,64	18,21
2004	1,90	20,90
2005	1,74	19,70
2006	1,48	17,09
2007	1,60	18,09

Fonte: IPEADATA.

O programa estadual de construção e manutenção de estradas, o “ESTRADEIRO”, em 2009, executou 1.814,87 km em obras de estradas pavimentadas. Deste total 581,85 km foram de asfalto novo em rodovias estaduais e 265,52 km de pavimentação urbana. O número inclui também os 967,5 km de conservação e restauração de estradas pavimentadas.

Pavimentação de Rodovias

ITEM	EM 2009	ACUM/03/09
PAVIMENTAÇÃO COM RECURSOS SÓ SINFRA	414,89km	1.204,38km
PAVIMENTAÇÃO EM PARCERIA COM ASSOCIAÇÕES	166,96km	1.699,99km
PAVIMENTAÇÃO URBANA	265,52km	1.430,91 km
TOTAIS	847,37km	4.335,28km

Fonte: SINFRA/MT

Conservação e Restauração de Rodovias Pavimentadas

ITEM	EM 2009	ACUM/03/09
CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	706,00km	4.937,70km
RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	261,50km	1215,61km
RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA	58,83km	764,10km

Fonte: SINFRA/MT

Conservação e Restauração de Rodovias não Pavimentadas

ITEM	EM 2009	ACUM/03/09
PATROLAMENTO SINFRA	2.111,63km	118.126,47km
PATROLAMENTO SINFRA/CONSÓRCIOS	16.148,28km	24.867,33km
TOTAIS DE PATROLAMENTO	18.259,91km	142.993,80km
REVESTIMENTO PRIMÁRIO SINFRA	422,30km	17.594,74km
REVESTIMENTO PRIMÁRIO SINFRA/CONSÓRCIOS	5.793,85km	10.348,75km
TOTAIS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO	6.216,15km	27.943,40km

Fonte: SINFRA/MT



Estado de Mato Grosso

Foram ainda realizadas, em 2009, obras especiais, sendo, 995 m em pontes de concreto, 4774,44 m em pontes de madeiras em reforma e 3.175,50 m construção e reconstrução de pontes de madeira.

Reforma, Construção e Reconstrução de Pontes de Madeira e Pontes de Concreto

ITEM	EM 2009	ACUM/03/09
REFORMA DE PONTES DE MADEIRA	4.774,44m	27.473,74m
CONSTR. E RECONSTR. DE PONTES DE MADEIRA	3.175,50m	28.948,80m
PONTES DE CONCRETO	995m	3650,00m

Fonte: SINFRA/MT

Para ajudar na realização dos serviços rodoviários em todo o Estado, foram adquiridos 145 motoniveladoras, 73 pás carregadeiras, 79 escavadeiras hidráulicas, 376 caminhões basculantes, 4 comboios de lubrificação, 24 cavalos mecânicos, 4 pranchas de transporte de equipamento, num total de 705 equipamentos. No período entre 2003 e 2009 o montante adquirido pelo Governo do Estado somou 1.020 equipamentos.

Aquisição de Equipamentos

EQUIPAMENTO	EM 2009	ACUM/03/09
MOTONIVELADORA	145	214
PÁ CARREGADEIRA	73	108,00
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	79	100
CAMINHÃO BASCULANTE	376	524
CAMINHÃO COMBOIO DE LUBRIFICAÇÃO	4	25
CAVALO MECÂNICO	24	24
PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS	4	25
TOTAL DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	705	1020

Fonte: SINFRA/MT

Os Consórcios Rodoviários concluíram 166,96 km de asfalto novo em 2009. Com o número, a modalidade apresenta um total acumulado, entre os anos de 2003 e 2009, de 1.699,99 km de asfalto.

O Governo do Estado faz parceria com os produtores rurais para a pavimentação de rodovias. Desta maneira, valores e responsabilidades são divididas entre as partes.

Para o ano de 2010, o governo pretende investir aproximadamente R\$ 450 no programa "ESTRADEIRO".

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

“Redução da vulnerabilidade externa da economia com o declínio da participação das exportações de produtos “in natura” na economia estadual (percentual do PIB) e ampliação da participação de bens manufaturados na pauta de exportação mato-grossense”. As estratégias e indicadores são:

1. Consolidação das exportações dos produtos do agronegócio mato-grossense;
2. Promoção da exportação de produtos diversificados e de valor agregado

a) Participação do valor exportado por MT no total exportado pelo Brasil



Estado de Mato Grosso

Tabela I – Evolução do valor exportado no Brasil e em Mato Grosso.

Ano	Brasil (U\$ milhões)	Mato Grosso (U\$ milhões)	MT/BR (%)
2000	55.086,00	1.033	1,9
2001	58.222,64	1.396	2,4
2002	60.361,79	1.796	3,0
2003	73.084,14	2.186	3,0
2004	96.475,22	3.102	3,2
2005	118.309,00	4.152	3,5
2006	137.500,00	4.333	3,2
2007	160.649,00	5.131	3,2
2008	197.942,00	7.812	3,9
2009	152.995,00	8.495	5,6

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano



b) Participação das exportações no PIB estadual

Tabela II – Evolução da participação das exportações no PIB de Mato Grosso.

Ano	PIB a preços de mercado (R\$ milhões)	Exportações (R\$ milhões)	Exportações/PIB (%)
2000	13.428	1.890,52	14,08
2001	14.453	3.283,10	22,72
2002	17.888	5.263,29	29,42
2003	22.615	6.714,78	29,69
2004	27.935	9.075,19	32,49
2005	37.466	7.287,76	19,45
2006	35.258	7.604,41	21,57
2007	42.687	9.004,90	21,09
2008	46.955	13.710,06	29,20
2009	51.650	14.908,72	28,86

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano



Estado de Mato Grosso

c) Exportações per capita.

Tabela III – Evolução das exportações per capita em Mato Grosso (U\$/Hab).

Ano	População (mil)	Exportação (U\$ mil)	U\$/Hab
2000	2.504,35	1.033.354,00	412,6
2001	2.560,54	1.395.758,00	545,1
2002	2.604,72	1.795.792,00	689,4
2003	2.651,31	2.186.158,00	824,6
2004	2.759,13	3.101.887,00	1.124,2
2005	2.803,27	4.151.611,00	1.481,0
2006	2.857,00	4.333.376,00	1.516,8
2007	2.960,00	5.130.866,00	1.733,4
2008	3.010,00	7.812.295,00	2.595,4
2009	3.085,00	8.495.148,00	2.753

Fonte: IBGE, MDIC, IPEADATA, BANCO CENTRAL.

Nota: valores em U\$ convertidos para o Real pelo câmbio médio (venda) de cada ano

Participação dos produtos básicos nas exportações no Brasil e no Estado de Mato Grosso - 1999-2009.

ANOS	Brasil (em milhões)		Participação % dos Produtos Básicos - Brasil	Mato Grosso (em milhões)		Participação % dos Produtos Básicos - Mato Grosso
	Total das Exportações FOB (US\$)	Exportação de Produtos Básicos FOB (US\$)		Total das Exportações FOB (US\$)	Exportação de Produtos Básicos FOB (US\$)	
1999	48.013	11.828	24,63%	741	560	75,51%
2000	55.119	12.564	22,79%	1.033	871	84,29%
2001	58.287	15.349	26,33%	1.396	1.223	87,62%
2002	60.439	16.959	28,06%	1.796	1.536	85,51%
2003	73.203	21.186	28,94%	2.186	1.817	83,13%
2004	96.677	28.529	29,51%	3.102	2.562	82,58%
2005	118.529	34.724	29,30%	4.152	3.478	83,77%
2006	137.807	40.281	29,23%	4.333	3.710	85,62%
2007	160.649	51.596	32,12%	5.131	4.382	85,41%
2008	197.942	73.155	36,96%	7.812	6.893	88,23%
2009	152.995	62.156	40,63%	8.495	7.712	90,78%

Fonte: MDIC - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - acessado em Mai/2010

Elaboração: SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.



**EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO OBJETIVO ESTRATÉGICO 13**

“Diversificação da estrutura produtiva e adensamento das cadeias produtivas com ampliação da participação da indústria na economia estadual”. As estratégias e indicadores são:

Indústria e comércio

- 1- estímulo ao beneficiamento da produção de grãos com agregação de valor;
- 2- estímulo do beneficiamento da produção agroflorestal com agregação de valor;
- 3- estímulo ao beneficiamento da produção da pecuária de corte com agregação de valor, destacando a instalação de frigoríficos para a produção de carnes especiais e embutidos e de planta industrial para curtumes, artefatos de couro e calçados, e carcaças, inclusive de pescado;

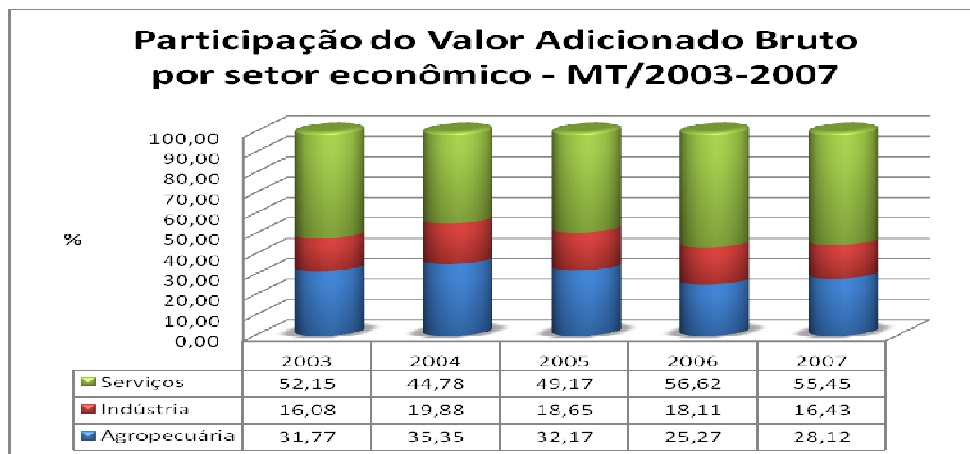
Agricultura

1. Verticalização das atividades do agronegócio empresarial e familiar;
2. Regularização fundiária com titulação das terras no Estado;
3. Fortalecimento da agricultura familiar e da pequena agroindústria.

**Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto do
Estado de Mato Grosso a Preço Básico 2002 a 2007**

Atividades Econômicas	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %	2007 %
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	21,63	24,88	29,67	26,16	18,33	22,18
Pecuária e pesca	8,11	6,89	5,68	6,01	6,94	5,94
Indústria extrativa mineral	0,21	0,23	0,28	0,17	0,24	0,14
Indústria de transformação	9,66	9,01	11,06	10,28	9,17	8,19
Construção	4,97	3,92	5,46	4,85	5,36	4,68
Prod.e distrib. de Eletric. e gás, água, esgoto e limp. urbana	2,34	2,93	3,07	3,35	3,34	3,40
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,96	15,42	13,73	14,04	13,40	14,57
Serviços de alojamento e alimentação	1,14	0,98	1,08	1,25	1,39	1,47
Transportes, armazenagem e correio	3,22	2,77	2,54	2,45	3,57	3,98
Serviços de informação	2,15	2,32	2,07	2,28	2,39	2,11
Interm. Finan., seguros e previdência complementar	4,79	3,87	3,02	3,60	4,34	4,06
Serviços prestados às famílias e associativos	1,49	1,46	1,19	1,21	1,57	1,33
Serviços prestados às empresas	2,16	2,11	1,23	1,48	1,96	1,80
Atividades imobiliárias e aluguel	10,41	8,57	7,37	7,92	9,16	8,55
Administração, saúde e educação públicas	14,38	12,59	10,51	12,19	15,22	14,33
Saúde e educação mercantis	1,33	1,17	1,16	1,83	2,54	2,30
Serviços domésticos	1,07	0,89	0,87	0,91	1,08	0,97

Fonte: CONAC/DPE/IBGE / **Elaboração:** SEPLAN-MT/Superintendência de Estudos e Informações.



RELATÓRIO DA AÇÃO



GOVERNAMENTAL

RAG 2009

Balanço dos Programas de Incentivos Fiscais



Governo do Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

**BALANÇO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS EM MATO GROSSO**

O governo do Estado de Mato Grosso, em continuidade com a implementação do Plano de Ação para aperfeiçoamento da gestão dos incentivos/renúncia fiscais, apresenta Anexo contendo os resultados da execução dos Programas de incentivos fiscais, com informações sobre a execução da renúncia fiscal e ainda, a avaliação dos indicadores e resultados desses Programas.

As Secretarias de Estado responsáveis por incentivos fiscais estão aperfeiçoando sua gestão, de forma integrada com as Secretarias de Fazenda e de Planejamento, que somado com outras medidas em execução, possibilitam de forma permanente e sistemática o controle e avaliação dos incentivos/renúncia fiscais, e ainda, a disponibilização de todas as informações aos órgãos de controle. Assim, buscamos cada vez mais a transparência e a efetividade na aplicação dos recursos públicos estaduais.

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA – SICME

ANEXO I
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS POR PROGRAMA E CONSOLIDADO - ANO 2009

PROGRAMAS - ANO 2009	Nº DE EMPRESAS	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)	NOVOS EMPREGOS GERADOS	
			DIRETOS	INDIRETOS
PROALMAT - Indústria	0	0,00	0	0
PROARROZ - Indústria	0	0,00	0	0
PROCAFÉ - Indústria	0	0,00	0	0
PROLEITE - Indústria	0	0,00	0	0
PROMINERAÇÃO	0	0,00	0	0
PRODEIC	48	1.308.559.211,86	10.800	32.400
PRODEI	0	0,00	0	0
PORTO SECO	53	0,00	0	0
TOTAL	101	1.308.559.211,86	10.800	32.400

Data Base: Dezembro/2009

ANEXO II
BENEFÍCIOS SOCIAIS: GERAÇÃO DE EMPREGOS E NÚMERO DE EMPRESAS - ANO 2009

PROGRAMAS ANO 2009	SALDO DE EMPRESAS EM DEZ/2008	NOVAS EMPRESAS (2009)	EMPRESAS SUSPENSAS/DESCRED.	TOTAL DE EMPRESAS DE 2002 A 2009	Nº EMPREGOS GERADOS 2002 A 2009		NOVOS EMPREGOS GERADOS ANO 2009	
					DIRETOS	INDIRETOS	DIRETOS	INDIRETOS
PROALMAT - Indústria	5	0	5	0	0	0	0	0
PROARROZ - Indústria	19	0	9	10	137	411	0	0
PROCAFÉ - Indústria	1	0	0	1	119	357	0	0
PROLEITE - Indústria	13	0	2	11	615	1.845	0	0
PROMINERAÇÃO	7	0	0	7	229	687	0	0
PRODEIC	205	48	21	232	24.479	73.437	10.800	32.400
PRODEI	7	0	1	6	556	1.668	0	0
PORTO SECO	245	0	53	298	0	0	0	0
TOTAL	502	48	91	565	26.135	78.405	10.800	32.400

Data Base: Dezembro/2009



Estado de Mato Grosso

ANEXO III
RELATÓRIO 2007 - ICMS E BALANÇO
RESUMO DO ICMS NORMAL, INCENTIVADO E RECOLHIDO - ANO 2009

PROGRAMAS ANO 2009	ICMS NORMAL	ICMS INCENTIVADO	ICMS RECOLHIDO	FUNDEIC REC.	FUNDED REC.	TAXA ADM.	EMPREGOS DIRETOS (2002 A 2009)	EMPREGOS INDIRETOS (2002 A 2009)	NOVOS EMP. DIRETOS (2009)	NOVOS EMP. IND. (2009)
PROALMAT-Indústria	1.142.715,15	971.307,89	171.407,25	49.288,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROARROZ-Indústria	5.368.374,71	3.945.834,40	1.422.540,30	197.528,26	0,00	0,00	137,00	411,00	0,00	0,00
PROCAFÉ-Indústria	2.838.788,37	2.412.970,13	425.818,24	120.648,51	0,00	0,00	119,00	357,00	0,00	0,00
PROLEITE-Indústria	23.712.188,89	16.900.359,98	2.982.373,47	832.290,54	0,00	0,00	615,00	1845,00	0,00	0,00
PROMINERAÇÃO	4.148.072,80	2.803.993,86	1.344.078,94	140.220,57	0,00	0,00	229,00	687,00	0,00	0,00
PRODEIC	608.701.738,07	440.978.108,92	167.723.629,15	15.173.147,87	3.660.402,55	0,00	24.479,00	73.437,00	10.800,00	32.400,00
PRODEI	6.686.076,93	4.680.232,86	2.005.844,07	234.011,64	280.813,97	7.421.369,77	556,00	1668,00	0,00	0,00
PORTO SECO	5.234.054,68	3.034.717,15	2.196.337,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	657.832.009,60	475.727.525,19	178.272.028,96	16.747.135,46	3.941.216,52	7.421.369,77	26.135,00	78.405,00	10.800,00	32.400,00

Data Base: Dezembro/2009

ANEXO IV
CONSOLIDADO DO QUADRO DEMONSTRATIVO DO ICMS
(DII - Demonstrativo do ICMS Incentivado) COM RENÚNCIA FISCAL
ICMS NORMAL - INCENTIVADO - FUNDEIC RECOLHIDO - FUNDED RECOLHIDO - ANO 2009

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS EM DEZ/2008	Nº EMPRESAS Suspensas/ Descréd.	NOVAS EMPRESAS	Nº EMPRESAS EM DEZ/2009	ICMS		
					NORMAL	INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	NÃO INCENTIVADO
1. PROARROZ	19	9	0	10	5.368.374,71	3.945.834,40	1.422.540,30
2. PROALMAT	5	5	0	0	1.142.715,15	971.307,89	171.407,25
3. PROCAFÉ	1	0	0	1	2.838.788,37	2.412.970,13	425.818,24
4. PROLEITE	13	2	0	11	23.712.188,89	16.900.359,98	2.982.373,47
5. PROMINERAÇÃO	7	0	0	7	4.148.072,80	2.803.993,86	1.344.078,94
6. PRODEIC	205	21	48	232	608.701.738,07	440.978.108,92	167.723.629,15
7. *PORTO SECO	245	0	53	298	5.234.054,68	3.034.717,15	2.196.337,54
8. PRODEI	7	1	0	6	6.686.076,93	4.680.232,86	2.005.844,07
SUB-TOTAL	502	38	101	565	657.832.009,60	475.727.525,19	178.272.028,96
9. REGIMA DE ESTIMATIVA							
9.1. Alcool e Açúcar							
9.2. Água Mineral							
9.3. Comércio							
9.4. Frigoríficos							
TOTAL	502	38	101	565	657.832.009,60	475.727.525,19	178.272.028,96

Fundeic retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado

* As empresas cadastradas no Porto Seco não recolhem o FUNDEIC

PROGRAMAS	FUNDEIC	FUNDEIC REC.	FUNDED	FUNDED REC.	AMORTIZAÇÃO PRODEI	TAXA ADM PRODEI	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
1. PROARROZ	197.291,77	197.528,26					0,00	100,000%
2. PROALMAT	48.565,51	49.288,07					0,00	100,000%



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS	FUNDEIC	FUNDEIC REC.	FUNDED	FUNDED REC.	AMORTIZAÇÃO PRODEI	TAXA ADM PRODEI	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
3. PROCAFÉ	120.648,51	120.648,51					3.658.853,70	65,949%
4. PROLEITE	845.017,99	832.290,54					10.076.594,45	167,719%
5. PROMINERAÇÃO	140.349,72	140.220,57					1.409.979,66	198,868%
6. PRODEIC	15.873.875,55	15.173.147,87	3.966.567,12	3.660.402,55			426.595.290,39	103,372%
7. *PORTO SECO	0,00	0,00	0,00	0,00			14.768.280,52	20,549%
8. PRODEI	234.011,64	234.011,64	280.813,97	280.813,97	30.678.646,20	7.421.369,77	28.159.472,09	16,620%
SUB-TOTAL	17.459.760,69	16.747.135,46	4.247.381,09	3.941.216,52	30.678.646,20	7.421.369,77	484.668.470,81	98,155%
9. REGIMA DE ESTIMATIVA								
9.1. Álcool e Açúcar		2.009.613,44						
9.2. Água Mineral		151.699,36						
9.3. Comércio		2.097.558,87						
9.4. Frigoríficos		4.301.638,64						
TOTAL	17.459.760,69	25.307.645,77	4.247.381,09	3.941.216,52	30.678.646,20	7.421.369,77	484.668.470,81	98,155%

Fundeic retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado

* As empresas cadastradas no Porto Seco não recolhem o FUNDEIC

**PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS ADMINISTRADOS PELA
SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA - SICME**

**QUADRO I
INDICADORES E METAS - ANO 2009**

INDICADORES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS - SICME	METAS PARA 2009	
	PREVISTAS	ALCANÇADAS
1. Quantidade de novas empresas credenciadas nos programas	10	48
2. Quantidade de novos empregos gerados nos programas	400	10.800
3. Variação da Remuneração média dos empregados (empregos diretos) das empresas incentivadas - em percentual	5%	9,06%
4. Quantidade de pessoas treinadas e capacitadas nos programas	1000	7.201
5. Faturamento bruto das empresas por empregados	270.000,00	260.106,96
6. Variação do faturamento bruto das empresas incentivadas em relação ao ano anterior - em percentual	10%	24,60%
7. Valor da importação via Porto Seco (R\$)	305.000.000,00	319.660.794,47
8. Variação da importação via Porto Seco em relação ao ano anterior	10%	30,64%
9. Variação dos Investimentos de máquinas e equipamentos (Total dos Investimentos Fixos) - em relação ao ano anterior	10%	25,76%

Analisando os resultados dos indicadores e as metas de 2009, temos:

Item 1 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 2 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 3 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 4 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 5 – Da meta prevista foi realizada 96,63%, o que a apesar de não ter atingido a meta na sua totalidade foi um bom resultado;

Item 6 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 7 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 8 – A meta em relação ao ano de 2008 foi superada 30,64%;

Item 9 – Ficou prejudicado em função da não implantação do sistema de controle proposto pelo CEPROMAT (sistema ainda em desenvolvimento), sendo assim utilizamos como base de cálculo os investimentos fixos realizados pelas empresas nos a nos de 2008 e 2009.



Estado de Mato Grosso

258 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL
QUADRO II
QUANTITATIVO DE EMPRESAS BENEFICIADAS, EMPREGOS E INVESTIMENTOS
ANO 2009

	PROGRAMAS	ICMS INCENTIVADO R\$	EMPRESAS BENEFICIADAS		EMPREGOS GERADOS		NOVOS INVESTIMENTOS R\$
			TOTAL	NOVAS	TOTAL	NOVOS	
1	PRODEIC	440.978.108,92	232	48	24.479	10.800	1.308.559.211,86
2	PRODEI	4.680.232,86	6	0	556	0	0,00
3	PROGRAMAS SETORIAIS	27.034.466,26	29	0	1.100	0	0,00
	PROALMAT - IND	971.307,89	0	0	0	0	0,00
	PROCAFÉ - IND	2.412.970,13	1	0	119	0	0,00
	PROARROZ - IND	3.945.834,40	10	0	137	0	0,00
	PROLEITE - IND	16.900.359,98	11	0	615	0	0,00
	PROMINERAÇÃO	2.803.993,86	7	0	229	0	0,00
4	PORTO SECO	3.034.717,15	298	0	0	0	0,00
	TOTAL GERAL	475.727.525,19	565	48	26.135	10.800	1.308.559.211,86

Data Base: Dezembro/2009

QUADRO III
INCENTIVOS CONCEDIDOS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO
VALOR DO ICMS INCENTIVADO - 2009

PROGRAMAS E SEGMENTOS	NOROESTE I	NORTE	NORDESTE	LESTE	SUDESTE	SUL	SUBTOTAIS DOS PROGRAMAS
1. PRODEIC	2.683.927,65	5.277.721,71	3.170.035,43	1.881.650,34	158.226.446,74	200.539.625,34	371.779.407,21
Indústria de Alimentos - Carnes		191.578,76			4.013.585,69	2.300.517,30	6.505.681,75
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.782.716,94	2.750.137,91	2.390.467,56	1.881.650,34	28.073.785,85	83.384.417,24	120.263.175,84
Fabricação de produtos têxteis						3.838.798,04	3.838.798,04
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados		212.503,47				9.238.724,38	9.451.227,85
Fabricação de produtos de madeira	157.490,50	2.123.501,57				6.159.007,22	8.439.999,29
Fabricação de móveis e indústrias diversas						4.101.402,83	4.101.402,83
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool					21.729.895,21	297.533,18	22.027.428,39
Fabricação de produtos químicos					1.627.490,30	3.329.663,02	4.957.153,32
Fabricação de artigos de borracha e plástico					17.936.929,81	30.861.501,16	48.798.430,97
Metalurgia básica	316.851,58				3.994.175,48	43.441.691,56	47.752.718,62
Fabricação de máquinas e equipamentos						4.453.062,29	4.453.062,29
Reciclagem					154.892,48	8.998.811,56	9.153.704,04
Indústria de caroço de algodão					79.940.691,85		79.940.691,85
Fabricação de embalagens de papel						134.495,56	134.495,56
Outros (Indústria de Produtos Minerais não Metálicos)	426.868,63		779.567,87		755.000,07		1.961.436,57
Comércio e Serviços							0,00



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS E SEGMENTOS	NOROESTE I	NORTE	NORDESTE	LESTE	SUDESTE	SUL	SUBTOTALS DOS PROGRAMAS
2. PRODEI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.283.707,42	4.283.707,42
Extração de minerais metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extração de minerais não metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.355.861,75	2.355.861,75
Fabricação de produtos têxteis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	926.053,05	926.053,05
Fabricação de produtos de madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metalurgia básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de móveis e indústrias diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001.792,62	1.001.792,62
Outros (C13, C14, D18, D21, D24, D26, D28 a D34, D37, E40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. PROGRAMAS SETORIAIS	0,00	5.344.370,74	0,00	2.383.935,29	589.536,92	6.004.846,64	14.322.689,59
PROALMAT - Indústria					175.725,80	721.553,94	897.279,74
PROCAFÉ - Indústria						2.412.970,13	2.412.970,13
PROMINERAÇÃO						2.296.051,49	2.296.051,49
PROARROZ - Indústria				263.781,18	413.811,12	574.271,08	1.251.863,38
PROLEITE - Indústria		5.344.370,74		2.120.154,11			7.464.524,85
4. COMÉRCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	133.771,98	2.700.329,45	2.834.101,43
PORTO SECO							0,00
PORTO SECO - Trading							0,00
PORTO SECO - Indústria e Comércio					21.122,75	492.163,49	513.286,24
PORTO SECO - Comércio					112.649,23	2.208.165,96	2.320.815,19
5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MATO GROSSO (1 + 4)							374.613.508,64
TOTAL SICME (1+ 2+ 3 + 4)							393.219.905,65

DATA BASE: DEZ/2008

PROGRAMAS E SEGMENTOS	SUBTOTALS DOS PROGRAMAS	SUDOESTE	OESTE	CENTRO OESTE	CENTRO	NOROESTE II	CENTRO NORTE	TOTAL DOS PROGRAMAS
1. PRODEIC	371.779.407,21	22.228.379,55	8.622.098,62	825.807,36	31.885.840,20	611.436,69	5.025.139,29	440.978.108,92
Indústria de Alimentos - Carnes	6.505.681,75	9.294.022,58	2.542.410,15		18.530.324,09			36.872.438,57



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS E SEGMENTOS	SUBTOTALS DOS PROGRAMAS	SUDOESTE	OESTE	CENTRO OESTE	CENTRO	NOROESTE II	CENTRO NORTE	TOTAL DOS PROGRAMAS
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	120.263.175,84	11.276.321,50	4.099.215,94	405.777,36	1.193.386,17	611.436,69		137.849.313,50
Fabricação de produtos têxteis	3.838.798,04	138.187,50						3.976.985,54
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	9.451.227,85	1.175.736,77					330.324,47	10.957.289,09
Fabricação de produtos de madeira	8.439.999,29	122.637,15		420.030,00	173.564,12		3.587.608,98	12.743.839,54
Fabricação de móveis e indústrias diversas	4.101.402,83							4.101.402,83
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	22.027.428,39				8.382.114,85			30.409.543,24
Fabricação de produtos químicos	4.957.153,32							4.957.153,32
Fabricação de artigos de borracha e plástico	48.798.430,97	221.474,05						49.019.905,02
Metalurgia básica	47.752.718,62						80.631,71	47.833.350,33
Fabricação de máquinas e equipamentos	4.453.062,29						192.610,81	4.645.673,10
Reciclagem	9.153.704,04						833.963,32	9.987.667,36
Indústria de caroço de algodão	79.940.691,85		1.980.472,53					81.921.164,38
Fabricação de embalagens de papel	134.495,56							134.495,56
Outros (Indústria de Produtos Minerais não Metálicos)	1.961.436,57				3.606.450,97			5.567.887,54
Comércio e Serviços	0,00							0,00
2. PRODEI	4.283.707,42	396.525,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.680.232,86
Extração de minerais metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extração de minerais não metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2.355.861,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.355.861,75
Fabricação de produtos têxteis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preparação de couros e fab. de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	926.053,05	396.525,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.322.578,49
Fabricação de produtos de madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos químicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metalurgia básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fabricação de móveis e indústrias diversas	1.001.792,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001.792,62
Outros (C13, C14, D18, D21, D24, D26, D28 a D34, D37, E40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. PROGRAMAS SETORIAIS	14.322.689,59	9.460.329,81	692.549,21	18.330,32	270.948,00	0,00	2.269.619,33	27.034.466,26
PROALMAT - Indústria	897.279,74	74.028,15						971.307,89
PROCAFÉ - Indústria	2.412.970,13							2.412.970,13



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS E SEGMENTOS	SUBTOTALS DOS PROGRAMAS	SUDOESTE	OESTE	CENTRO OESTE	CENTRO	NOROESTE II	CENTRO NORTE	TOTAL DOS PROGRAMAS
PROMINERAÇÃO	2.296.051,49		507.942,37					2.803.993,86
PROARROZ - Indústria	1.251.863,38		135.073,37	18.330,32	270.948,00		2.269.619,33	3.945.834,40
PROLEITE - Indústria	7.464.524,85	9.386.301,66	49.533,47					16.900.359,98
4. COMÉRCIO EXTERIOR	2.834.101,43	0,00	133.546,10	0,00	32.392,60	0,00	34.677,02	3.034.717,15
PORTO SECO	0,00							0,00
PORTO SECO - Trading	0,00							0,00
PORTO SECO - Indústria e Comércio	513.286,24						34.677,02	547.963,26
PORTO SECO - Comércio	2.320.815,19		133.546,10		32.392,60			2.486.753,89
5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE MATO GROSSO (1 + 4)	374.613.508,64							444.012.826,07
TOTAL SICME (1+ 2+ 3 + 4)	393.219.905,65							475.727.525,19

DATA BASE: DEZ/2008

QUADRO IV-A
VALORES PREVISTOS POR PROGRAMAS VERSUS REALIZADOS DA RENÚNCIA FISCAL 2009

PROGRAMAS:	DESCRIÇÃO DO SEGMENTO	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2009 R\$ (prevista na LOA 2009)	RENÚNCIA REALIZADA 2009 R\$	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL EM 2009
	PROALMAT/Indústria	0,00	971.307,89	100,00%
	PROARROZ/Indústria	0,00	3.945.834,40	100,00%
	PROCAFÉ/Indústria	3.658.853,70	2.412.970,13	65,949%
	PROLEITE/Indústria	10.076.594,45	16.900.359,98	167,719%
	PROMINERAÇÃO	1.409.979,66	2.803.993,86	198,868%
	SUB-TOTAL	15.145.427,81	27.034.466,26	178,499%
	PRODEIC	426.595.290,39	440.978.108,92	103,372%
	PORTO SECO	14.768.280,52	3.034.717,15	20,549%
	PRODEI	28.159.472,09	4.680.232,86	16,620%
	TOTAL	484.668.470,81	475.727.525,19	98,155%

QUADRO IV-B
VALORES POR PROGRAMAS E SEGMENTOS VERSUS REALIZADOS DA RENÚNCIA FISCAL 2009
ICMS NORMAL - ICMS INCENTIVADO - ICMS RECOLHIDO -
FUNDEIC RECOLHIDO - FUNDED RECOLHIDO

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS EM DEZ/2009	INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
1. PROARROZ	10	3.945.834,40	0,00	100,00
2. PROALMAT	0	971.307,89	0,00	100,00
3. PROCAFÉ	1	2.412.970,13	3.658.853,70	65,95
4. PROLEITE	11	16.900.359,98	10.076.594,45	167,72



Estado de Mato Grosso

PROGRAMAS	Nº EMPRESAS EM DEZ/2009	INCENTIVADO (Renúncia Realizada)	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2008 (prevista na LOA)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL 2008
5. PROMINERAÇÃO	7	2.803.993,86	1.409.979,66	198,87
6. PRODEIC	232	440.978.108,92	426.595.290,39	103,37
6.1. Preparação de couros e fabricação de art. de couro, artigos de viagens e calçados		10.957.289,09	44.846.991,24	24,43
6.2. Metalurgia básica		47.833.350,33	38.307.624,22	124,87
6.3. Reciclagem		9.987.667,36	7.497.644,29	133,21
6.4. Fabricação de Artigos e Borrachas e Plásticos		49.019.905,02	34.548.363,25	141,89
6.5. Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas		174.721.752,07	105.371.576,91	165,81
6.6. Fabricação de Produtos de Madeiras		12.743.839,54	20.636.344,53	61,75
6.7. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas (Ind. de Carvão de Algodão; Ind. de Prods Minerais não Metálicos)		91.590.454,75	35.243.578,58	259,88
6.8. Fabricação de Máquinas e Equipamentos		4.645.673,10	6.696.857,13	69,37
6.9. Fabricação de Produtos Têxteis		3.976.985,54	28.915.367,99	13,75
6.10. Fabricação de Coque, refino de Petróleo e Prod. Alcool		30.409.543,24	1.103.329,72	2.756,16
6.11. Fabricação de Papel, celulose e produtos de madeira		134.495,56	75.522,67	178,09
6.12. Fabricação de Produtos Químicos		4.957.153,32	79.257.607,01	6,25
6.13. Comércio e Serviços		0,00	24.094.482,85	0,00
7. *PORTO SECO	298	3.034.717,15	14.768.280,52	20,55
7.1. Porto Seco - trading		0,00	204.882,93	0,00
7.2. Porto Seco - indústria e Comércio		547.963,26	10.312.417,25	5,31
7.3. Porto Seco - Comércio		2.486.753,89	4.250.980,34	58,50
8. PRODEI	6	4.680.232,86	28.159.472,09	16,62
8.1. Fab. De Artigos de Borracha e Plástico		0,00	722.037,15	0,00
8.3. Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas		1.001.792,62	5.776.301,97	17,34
8.4. Fab. De Prods Alimentícios e Bebidas		2.355.861,75	13.718.717,17	17,17
8.5. Metalurgia Básica		0,00	4.332.226,48	0,00
8.6. Preparação e Artefatos de Couro		1.322.578,49	3.610.188,73	36,63
SUBTOTAL	565	475.727.525,19	484.668.470,81	98,16
9. REGIMA DE ESTIMATIVA				
9.1. Alcool e Açúcar				
9.2. Água Mineral				
9.3. Comércio				
9.4. Frigoríficos				
TOTAL	565	475.727.525,19	484.668.470,81	98,16

Data Base: Dezembro/2010

Fundeic retirado dos DII - Demonstrativos do ICMS Incentivado

Obs: Os Segmentos Indústria de Carvão de Algodão e Indústria de Produtos Minerais não Metálicos estão lançados no segmento Fabricação de Móveis e Indústria Diversas (não são produtos de madeira)



Estado de Mato Grosso

QUADRO V

OBJETIVOS/LEGISLAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	% FUNDEIC	LEGISLAÇÃO
PRODEI	Fomentar a implantação e expansão de atividades que promovam o Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso.	Prazo especial pagamento de ICMS – 10 anos; Limitado a 70% do valor devido.	5%	Leis 5.323/88, e alterado pelas Leis 6.242/93; 7.367/00; 5.741/91; 7.577/01; 7.452/01; 7.727/02; 7.867/02; 7.799/02; 7.969/03; 6.688/95; 8.421/05; 6.896/97; 6.978/97; 8.622/06; 8.630/06.
PRODEIC	Contribuir para expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas, o aumento da competitividade estadual, a conservação de recursos naturais e preservação do meio ambiente, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.	Redução de base de cálculo, crédito presumido ou diferimento do ICMS.	5%	Leis 7958/03, 8431/05, 8.607/07, 8.675/07, B8.719/07 e Decretos 1.432/03, 7083/06, 80/07, 838/07, 2038/2009.
PROALMAT/Indústria	Dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido pelo Estado de Mato Grosso, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimento público e privado, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7183/99 e Decreto 1154/00. Foi encerrado em 12/11/2009 (Prazo de 06 anos).
PROCAFÉ/Indústria	Dinamizar o processo de industrialização do café produzido no Estado de Mato Grosso, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimentos públicos e privados, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7309/00 e Decreto 2437/01



Estado de Mato Grosso

PROGRAMA	OBJETIVO	INCENTIVO	% FUNDEIC	LEGISLAÇÃO
PROLEITE/Indústria	Promover e estimular a indústria do leite dentro dos mais altos padrões de sustentabilidade social, ambiental e econômica, em conformidade com as crescentes demandas da sociedade em geral e dos consumidores nacionais e internacionais, oferecendo benefício e incentivos fiscais àquelas indústrias e, também, as de máquinas, equipamentos, instalações, embalagens e insumos voltados ao agronegócio do leite, instaladas em Mato Grosso.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7608/01 e Decreto 4629/02
PROARROZ/Indústria	Dinamizar o processo de industrialização do arroz produzido no Estado de Mato Grosso, dentro dos padrões tecnológicos e ambientais de qualidade e de preservação, bem como estimular investimento público e privado, oferecendo incentivos fiscais às indústrias regularmente cadastradas e credenciadas.	Crédito fiscal de até 85% do ICMS devido	5%	Lei 7607/01 e Decreto 4366/02
PROMINERAÇÃO	Incremento da cadeia produtiva da mineração, incentivando a agregação de valor, a modernização e a industrialização das atividades minerais, promovendo a inserção competitiva do setor.	Crédito fiscal de até 70% do ICMS devido	5%	Lei 7606/01 e Decreto 4135/02
PORTO SECO	Fomentar o Comércio Exterior do Estado de Mato Grosso.	Diferimento de até 100%; Base de Calculo reduzida até 58,82%; Crédito Presumido de até 83,33%.	Não está previsto na Lei 7958/03, Decreto 1.432/03. Fundec	Lei 7958/03, Decreto 1.432/03.

QUADRO VI**AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA – SICME****RELATÓRIO ANUAL - REFERÊNCIA 2009**

1. Programa: **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMÉRCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (PRODEIC, PRODEI, Proarroz/Indústria, Proalmat/Indústria, Procafé/Indústria, Proleite/Indústria e Promineração).**



Estado de Mato Grosso

Objetivo: Contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

1.1. Avaliação da efetivação dos valores dos incentivos concedidos (refere-se à análise quantitativa da realização da renúncia – Quadro IV):

Programas	Estimativa da Renúncia Fiscal 2009 - R\$ (prevista na LOA)	Renúncia Fiscal Realizada 2009 R\$	% Utilizado da Renúncia em 2009 R\$
Proalmat/Indústria	0,00	971.307,89	100,00%
Proarroz/Indústria	0,00	3.945.834,40	100,00%
Procafé/Indústria	3.658.853,70	2.412.970,13	65,949%
Proleite/Indústria	10.076.594,45	16.900.359,98	167,719%
Promineração	1.409.979,66	2.803.993,86	198,868%
Prodeic	426.595.230,39	440.978.108,92	103,372%
Porto Seco (Comércio Exterior)	14.768.280,52	3.034.717,15	20,549%
Prodei	28.159.472,09	4.680.232,86	16,620%
Total	484.668.470,81	475.727.525,19	95,155%

Quantitativamente, a realização da Renúncia Fiscal global dos Programas de Incentivos foi inferior à estimativa prevista pela LOA 2008 - Lei nº 8.957 de 07/08/2008, com um percentual de realização de 98,155%.

Alguns Programas ultrapassaram a estimativa (Proleite, Promineração e Prodeic). Isto ocorreu, principalmente, em razão das empresas que estão credenciadas no Prodeic estarem fazendo investimentos em máquinas e equipamentos na implantação dos projetos.

Para o ano de 2009, não houve estimativa da Renúncia Fiscal para os Programas Proalmat e Proarroz em função do encerramento do Programa Proalmat em novembro/2009 de acordo com prazo de vigência da Lei nº. 7.183/99 e a migração das empresas beneficiadas no Programa Proarroz para o Programa Prodeic. Foi encerrado em 12/novembro/2009 (Prazo de 06 anos).

1.2. Avaliação dos indicadores, metas e alcance do objetivo do programa (refere-se à análise qualitativa de cada indicador e sua meta do Quadro I, e da análise de alcance do objetivo).

INDICADORES E METAS 2008

INDICADORES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS - SICME	METAS para 2009	
	PREVISTAS	ALCANÇADAS
1. Quantidade de novas empresas cadastradas nos programas	10	48
2. Quantidade de novos empregos gerados nos programas	400	10.800
3. Variação da Remuneração média dos empregados (empregos diretos) das empresas incentivadas - em percentual	5%	9,06%
4. Quantidade de pessoas treinadas e capacitadas nos programas	1.000	7.201
5. Faturamento bruto das empresas por empregados	270.000,00	260.106,96
6. Variação do faturamento bruto das empresas incentivadas em relação ao ano anterior – em percentual	10%	24,60%
7. Valor da importação via Porto Seco (R\$)	305.000.000,00	219.660.794,47



Estado de Mato Grosso

INDICADORES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS FISCAIS - SICME	METAS para 2009	
	PREVISTAS	ALCANÇADAS
8. Variação da importação via Porto Seco em relação ao ano anterior	10%	30,64%
9. Variação dos Investimentos de máquinas e equipamentos (Total dos Investimentos Fixos) - em relação ao ano anterior	10%	25,76%

Analisando os resultados dos indicadores e as metas de 2009, temos:

Item 1 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 2 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 3 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 4 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 5 – Da meta prevista foi realizada 96,63%, o que a apesar de não ter atingido a meta na sua totalidade foi um bom resultado;

Item 6 – A meta foi superada bem acima do previsto;

Item 7 – A meta foi superada acima do previsto;

Item 8 – A meta em relação ao ano de 2008 foi superada em 30,64%;

Item 9 – Ficou prejudicado em função da não implantação do sistema de controle proposto pelo CEPROMAT (sistema ainda em desenvolvimento), sendo assim foi utilizado como base de cálculo os investimentos fixos realizados pela empresas nos anos de 2008 e 2009.

2. Avaliação dos Resultados previstos e alcançados pela Renúncia Fiscal

No ano de 2009, 48 empresas foram credenciadas no Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial - Prodeic, realizando novos investimentos no valor total de R\$ 1.308.559.211,86 (não incluso investimentos realizados e número de empresas cadastradas com incentivos no Porto Seco) cujos valores representam um incremento no investimento de 175,06% sobre o valor do ICMS incentivado – R\$ 475.727.525,19 (incluso o Porto Seco) do corrente ano, evidenciando de que os Incentivos Fiscais estão sendo aplicados em novos investimentos, que movimentaram as cadeias produtivas, gerando ICMS indiretos, não computados como benefício fiscal (retorno).

Neste ano, a média de investimentos realizados por empresa foi de R\$ 27.261.650,23, apresentando um incremento de 46,72% em relação ao ano de 2008.

Do total de 343 beneficiadas no ano nos Programas da SICME (não incluso o Porto Seco), houve a saída ano de 2009 de 38 empresas, permanecendo 257 empresas conforme quadro II e anexo II.

A média de empregos diretos por empresa foi de 225 e indiretos 675.

O investimento privado por emprego direto: R\$ 121.162,88; indireto: R\$ 40.387,63 e total: R\$ 161.550,51.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SEDER/MT

ANEXO I PRODUTORES E PROPRIEDADES CERTIFICADAS - EMPREGOS GERADOS EM 2009

PROGRAMAS - ANO 2009	Nº DE PROPRIEDADES	Nº DE PRODUTORES	ÁREA PLANTADA (HÁ)	EMPREGOS GERADOS	
				DIRETOS	INDIRETOS
PROALMAT - Agricultura	218	190	323.891,67	17.500	84.000
TOTAL	218	190	323.891,67	17.500	84.000

Fonte: PROALMAT/ CONAB

Data Base: Dezembro/2009



Estado de Mato Grosso

ANEXO II
TOTAL DO ICMS NORMAL REGIONALIZADO DO PROALMAT NO ANO DE 2009

ICMS NORMAL	LESTE	METROPOLITANA E BAIXADA CUIABANA	NORTE	OESTE	SUL	ICMS NORMAL TOTAL MT	ICMS INCENTIVADO	ICMS RECOLHIDO
Janeiro	324.982,44	61,19	1.228.285,52	1.768.589,27	5.516.944,32	8.838.862,74	6.629.147,06	2.209.715,69
Fevereiro	221.712,18	0,00	1.245.833,80	1.147.305,57	4.269.505,59	6.884.357,14	5.163.267,86	1.721.089,29
Março	288.445,55	553,81	1.260.670,01	1.541.647,29	3.813.396,37	6.904.713,03	5.178.534,77	1.726.178,26
Abril	209.197,48	0,00	674.951,99	1.394.029,31	3.991.547,54	6.269.726,32	4.702.294,74	1.567.431,58
Mai	101.923,88	179.461,07	1.033.248,54	945.089,89	4.037.089,74	6.296.813,12	4.722.609,84	1.574.203,28
Junho	121.321,53	0,00	674.609,14	951.761,91	1.750.388,46	3.498.081,04	2.623.560,78	874.520,26
Julho	219.719,03	0,00	1.408.816,19	548.639,25	3.264.286,94	5.441.461,41	4.081.096,06	1.360.365,35
Para oficializar a certificação das propriedades cadastradas, foram publicados no Diário Oficial do Estado 09 Resoluções da Câmara de Desenvolvimento Agrícola – CDA/MT, de acordo com a Lei nº 6.883 em seu Artigo 17-A, § 2º, indicando o contribuinte, a inscrição estadual e respectiva operação beneficiada, determinando o período de fruição do benefício fiscal. Resoluções concernentes a safra 2009	316.109,68	0,00	1.647.375,45	1.942.421,21	5.924.116,43	9.830.022,77	7.372.517,08	2.457.505,69
Setembro	479.486,24	0,00	1.923.254,58	2.221.259,07	8.926.595,91	13.550.595,80	10.162.946,85	3.387.648,95
Outubro	436.421,48	0,00	1.366.257,52	3.903.581,16	8.408.162,10	14.114.422,26	10.585.816,70	3.528.605,57
Novembro	470.373,77	77.808,73	3.959.974,37	6.954.060,40	13.870.155,39	25.332.372,66	18.999.279,50	6.333.093,17
Dezembro	435.929,79	0,00	394.207,41	1.837.161,19	4.204.982,60	6.872.280,99	5.154.210,74	1.718.070,25
TOTAL 2009	3.625.623,05	257.884,80	16.817.484,52	25.155.545,52	67.977.171,39	113.833.709,28	85.375.281,96	28.458.427,32

Fonte: SEFAZ-MT

ANEXO III
VALORES PREVISTOS POR PROGRAMAS VERSUS REALIZADOS DA RENÚNCIA FISCAL 2009

PROGRAMAS:	DESCRIÇÃO DO SEGMENTO	ESTIMATIVA RENÚNCIA 2009 (prevista na LOA 2009) (R\$)	RENÚNCIA REALIZADA 2009 (R\$)	% UTILIZADO DA RENÚNCIA FISCAL EM 2009
	PROALMAT/ AGRICULTURA	112.550.710,97	113.833.709,28	101,14%
	TOTAL	112.550.710,97	113.833.709,28	101,14%

Fonte: PROALMAT/ SEFAZ-MT



Estado de Mato Grosso

Obs: Para oficializar a certificação das propriedades cadastradas, foram publicados no Diário Oficial do Estado 09 Resoluções da Câmara de Desenvolvimento Agrícola – CDA/MT, de acordo com a Lei nº 6.883 em seu Artigo 17-A, § 2º, indicando o contribuinte, a inscrição estadual e respectiva operação beneficiada, determinando o período de fruição do benefício fiscal. Resoluções concernentes a safra 2009.

ANEXO IV
OBJETIVOS/LEGISLAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVOS

OBJETIVO	INCENTIVO	LEGISLAÇÃO
Recuperação e expansão da cultura do algodão no Estado de Mato Grosso, dentro de padrões tecnológicos e ambientais de produtividade e qualidade, bem como estimular investimentos públicos e privados, visando promover o processo de verticalização e agroindustrialização, oferecendo incentivos fiscais produtores rurais interessado.	Aos produtores de algodão que atenderem aos pré-requisitos definidos no art. 2º será concedido um incentivo fiscal de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre o valor de comercialização do algodão, abrangendo, ainda, a respectiva prestação de serviço de transportes nos casos de vendas com cláusula CIF.	- Lei 6883/97; - Lei 7171/99; - Lei 7183/99; - Lei 7751/2002; - Lei 7874/2002; - Lei 8621/2006; - Lei 9066/2008.
Para oficializar a certificação das propriedades cadastradas, foram publicados no Diário Oficial do Estado 09 Resoluções da Câmara de Desenvolvimento Agrícola – CDA/MT, de acordo com a Lei nº 6.883 em seu Artigo 17-A, § 2º, indicando o contribuinte, a inscrição estadual e respectiva operação beneficiada, determinando o período de fruição do benefício fiscal. Resoluções concernentes a safra 2009		Res. 008/2009; Res. 012/2009; Res. 014/2009; Res. 021/2009; Res. 026/2009; Res. 028/2009; Res. 031/2009; Res. 036/2009; Res. 037/2009

Fonte: PROALMAT



Estado de Mato Grosso

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
Arnaldo Alves de Souza Neto

SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO
Regiane Berchieli

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E TECNOLOGIA
Graziele Cauhy Pichioni

CHEFE DE GABINETE
Carla Cristina Araújo Vasquez

SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Maria Clara Rocha M. C. Cathalat

ASSESSORIA TÉCNICA DE ORÇAMENTO
Gastão de Melo
Janeo Marcos Corrêa

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL 2009
Jesuíno Mateus Vianna Moraes
Vínia Paula Rodrigues Stocco

EQUIPE TÉCNICA

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
EDSON DA COSTA RIBEIRO
Coordenador

Ademilson Dias de Moura
Evanildes Leite Padilha da Silva
Gisele Gugel
Jocilene Rodrigues de Oliveira e Silva
Joel Martins da Rocha
Júlia Satie Yokokura
Jumelice Maria da Silva e Silva
Lucimar Cintra de Oliveira Miranda
Nailur da Costa Marques Carvalho
Pamela de Carvalho Vieira
Telma Auxiliadora Silva Coutinho Rodrigues
Telma Monteiro Lima Rassi
Vínia Paula Rodrigues Stocco

**COORDENADORIA DE POLÍTICAS
ECONÔMICAS E AMBIENTAIS**
JESUÍNO MATEUS VIANNA MORAES
Coordenador

Antônia Luiza Ribeiro Pereira
Antonio Sergio de Moraes
José Maria Pedroso da Silva
Luciana Machado Guim
Lucienne Machado
Luzineth Conceição Soares
Maria Justina de Almeida Josetti
Najla Braz Nassarden
Pedro José Schossler Flores



Estado de Mato Grosso

**COORDENADORIA DE POLÍTICAS
INSTRUMENTAIS**
LUIZ CLÁUDIO PEREIRA SCHEFFER
Coordenador

Debora Pinheiro da Silva Lima
Fernandes Costa Oliveira
Francisley Marcelo Batista Siqueira
José Mário de Albuquerque Affi
Josenil Lemes Duarte
Maria da Glória Brito Santos Corrêa
Telma Pereira da Silva Viana

**COORDENADORIA DE ESTUDOS FISCAIS E
LEGISLAÇÃO**
RAFAEL ALBERTONI MAZETO
Coordenador

Angelica Auler Galvão de Barros
Geraldo César Gonçalves da Silva
Jocilene de Oliveira Silva Palma
William Rangel de Moura

**COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO**
GLÓRIA MARIA DA SILVA
Coordenadora

Angela Maria da Silva
Ivana Celia da Cruz Lobato
Marize Bueno de Souza Soares

APOIO ADMINISTRATIVO

Augusto Evangelista da Silva
Celina Kimiko Minakami
Maria Áurea Ferreira Coelho
Marcelo Evaristo Souza Coelho
Olimpio de Arruda Pinto

COORDENADORIA DO FIPLAN
MÁRCIO BARBOSA BRANDÃO
Coordenador

Angela Maria da Silva
Graciely Ribeiro Correa

**ANALISTAS DOS INDICADORES
ESTRATÉGICOS E CENÁRIO FISCAL**

Ana Lúcia da Silva Paula Rodrigues
Antonio Abutakka
Edmar Augusto Vieira
Eduardo Matsubara
Fernandes Costa Oliveira
Francisley Marcelo Batista Siqueira
Tereza Neide Nunes Vasconcelos
Vitória Mello de Arruda (SEMA)

ELABORAÇÃO DO RAG 2009

EQUIPE TÉCNICA

Jesuino Mateus Vianna Moraes
Vinia Paula Rodrigues Stocco
Fernandes Costa Oliveira
Francisley Marcelo Batista Siqueira
Graciely Ribeiro Correa
Jose Mario de Albuquerque Affi
Najla Braz Nassarden
Telma Auxiliadora Silva Coutinho Rodrigues

DESIGNER GRÁFICO

Ricardo Sardinha Clemente

APOIO

Antonio Sergio de Moraes
Augusto Evangelista da Silva
Marcelo Evaristo Souza Coelho

COLABORADORES

Angela Maria da Silva
Carla Cristina Araújo Vasquez
Celina Kimiko Minakami
Márcio Barbosa Brandão
Maria Clara Rocha M. C. Cathalat
Nilson Antonio Batista
Regiane Berchieli

EQUIPE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Edvaldo dos Santos Queiroz
Marcel Kuniochi
Oáleson Marcos Carvalho
Walter Antonio Devanir Lembi
Wellington Mesquita Farias Gomes

EQUIPE CEPROMAT

Lúcio Flávio dos Santos
Lauro Emerson Dantas Balceiro



Governo do Estado de Mato Grosso

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
RAG 2009